

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS  
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
CURSO DE MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**MATEUS HENRIQUE JUNG NASCIMENTO**

**POLÍTICAS DE AUSTERIDADE NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UM ESTUDO DAS  
PERCEPÇÕES DE PROFESSORES DE UMA ESCOLA ESTADUAL NO  
RIO GRANDE DO SUL**

**SÃO LEOPOLDO**

**2023**

MATEUS HENRIQUE JUNG NASCIMENTO

**POLÍTICAS DE AUSTERIDADE NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UM ESTUDO DAS  
PERCEPÇÕES DE PROFESSORES DE UMA ESCOLA ESTADUAL NO  
RIO GRANDE DO SUL**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Monika Weronika Dowbor

São Leopoldo

2023

N244p Nascimento, Mateus Henrique Jung.  
Políticas de austeridade na educação básica : um estudo das percepções de professores de uma escola estadual no Rio Grande do Sul / Mateus Henrique Jung Nascimento. – 2023.  
115 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2023.

“Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Monika Weronika Dowbor”.

1. Educação pública. 2. Políticas públicas. 3. Austeridade.  
4. Burocracia do nível de rua. 5. Desmonte do Estado. I. Título.

CDU 37.057

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Bibliotecária: Amanda Schuster – CRB 10/2517)

MATEUS HENRIQUE JUNG NASCIMENTO

**POLÍTICAS DE AUSTERIDADE NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UM ESTUDO DAS  
PERCEPÇÕES DE PROFESSORES DE UMA ESCOLA ESTADUAL NO  
RIO GRANDE DO SUL**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Aprovado em 3 de outubro de 2023

**BANCA EXAMINADORA**

Monika Weronika Dowbor - orientadora. UNISINOS / UFPel

---

Componente da Banca Examinadora – Instituição a que pertence  
Carlos Alfredo Gadea Castro – UNISINOS

---

Componente da Banca Examinadora – Instituição a que pertence  
Roberta Carnelos Rezende - UFBA

---

Componente da Banca Examinadora – Instituição a que pertence

## **AGRADECIMENTOS À CAPES**

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

Este trabajo fue realizado con el apoyo de la Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Dedico este trabalho de pesquisa à memória de pessoas muito queridas e que infelizmente não estão mais neste plano terreno. Pessoas estas que são até hoje e sempre serão os meus exemplos de moralidade, de ética e de compromisso com o próximo e com a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna.

Em memória da minha querida e amada mãe:  
Sara Inês Jung Nascimento (18/10/1950 - 17/11/2006).

Em memória de meus avós maternos:  
Erna Olinda Jung (05/04/1927 - 22/02/2009);  
Evaldo Walter Jung (30/12/1919 - 13/02/2003).

Em memória de meus avós paternos:  
Osnadia da Conceição Almeida do Nascimento (11/12/1937 - 08/01/1991);  
Luiz Gonzaga do Nascimento (21/06/1932 - 27/05/2006).

Em memória do meu irmão:  
Davi Jung Nascimento (19/12/1987 - 10/07/1988).

## AGRADECIMENTOS

*“Bem aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque eles serão fartos”*

(Mateus. 5:6).

*“Bem aventurados os que sofrem perseguição por causa da justiça, porque deles é o reino dos céus”* (Mateus. 5:10).

*“Jesus disse: Amai a vossos inimigos e orai pelos que vos perseguem”* (Mateus. 5:44).

São com essas palavras bíblicas que representam o meu espírito frente aos desafios que a vida me apresentou e todas as intempéries que enfrentei ao longo dessa caminhada durante a minha estada na pós-graduação que começo essa sessão de agradecimentos e dedicatórias desta Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, agradecendo em primeiro lugar a Deus e a minha família, em especial a minha mãe Sara (em memória), ao meu pai Túlio e a minha irmã Áurea. Foram eles que estiveram junto de mim, me apoiando e me incentivando de forma incondicional. Foram eles que me fizeram não desistir do meu sonho de realizar o Mestrado em Ciências Sociais por mais difícil e complexo que pudesse ser, ainda mais quando este estava se realizando durante a Pandemia de Covid-19, onde eu e todos os meus colegas de curso tivemos que realizar nossas aulas, bem como todos os trabalhos de pesquisa, de forma remota. Essa situação apenas reforçou a necessidade de aumentar os meus vínculos com a minha família e com Deus para que eu pudesse ter forças e energia o suficiente para a realização do trabalho de pesquisa científica. Trabalho este que não é fácil, ainda mais em um país como Brasil, cuja sociedade não valoriza a Ciência e a Educação da forma devida. Por isso algumas pessoas são de extrema importância nesse processo de desenvolvimento dessa dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Começo agradecendo a professora Monika Dowbor que me orientou ao longo desta dissertação, em especial na parte final. Agradeço por sua atenção e disponibilidade em me atender e me orientar da melhor forma possível o desenvolvimento deste trabalho de pesquisa que acaba de resultar nessa dissertação de mestrado. Também agradeço ao professor Carlos Pinho que me orientou no início desta dissertação e que por motivos particulares não pode se fazer presente nesta etapa final. Também agradeço a professora Marília Veronese, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unisinos que

me auxiliou com questões burocráticas e acadêmicas relacionadas ao curso e ao agradecê-la agradeço aos demais professores do corpo docente do PPGCS Unisinos que sempre procuraram contribuir da melhor forma possível ao longo das aulas e nos momentos de pesquisa com contribuições e sugestões ao trabalho de pesquisa. Não menos importante nessa caminhada agradeço a toda equipe de funcionários da Unisinos, em especial a secretaria do PPGCS.

Como bolsista que teve o seu curso financiado pela Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - vinculada ao Ministério de Ciência e Tecnologia do Governo Federal não poderia deixar de agradecer pelo apoio e suporte financeiro que me permitiu cursar um curso de pós-graduação, o que é essencial para qualquer trabalhador da área de educação. E ao agradecer à Capes agradeço a toda a população brasileira que me possibilitou através dos seus impostos que mais um dos seus conterrâneos chegasse ao nível do Mestrado, o que em um país como o Brasil é para poucos.

Agradeço, também, aos profissionais de saúde que me ajudaram, me auxiliaram e contribuíram para minha recuperação em função das crises de ansiedade e de depressão que tive durante a realização do mestrado. Minha gratidão eterna.

Por último, mas não menos importante aqueles e aquelas que participaram diretamente desta pesquisa e que possibilitaram com que ela saísse do papel, se desenvolvesse e ganhasse vida: agradeço a cada um dos meus colegas, professores e professoras, do Instituto Estadual Coronel Genuíno Sampaio que participaram desta pesquisa respondendo o questionário que enviei para cada um deles. A participação de cada um e de cada uma foi fundamental para que o resultado apresentado fosse o mais fidedigno possível, de forma a poder contribuir com o desenvolvimento científico e a melhoria da educação em nosso país. Assim sendo agradeço a pessoa da Diretora do Instituto Estadual Coronel Genuíno Sampaio Magali Cappelatti que autorizou que eu realizasse a pesquisa junto ao grupo de professores.

Encerro esta seção de agradecimentos e dedicatórias agradecendo a todas as pessoas que fazem parte da minha vida e que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho de pesquisa. Muito Obrigado!

*“A história da sociedade até os nossos dias é a história da luta de classes”*  
(Karl Marx).

*“A história se repete, a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa”*  
(Karl Marx).

*“Não me assento com homens vãos nem me associo com os hipócritas”*  
(Salmos. 26:4).

*“Educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo.”* (Paulo Freire).

*“Ouve o conselho, e recebe a instrução para que sejas sábio, nos teus últimos dias”*  
(Provérbios. 19:20).

## RESUMO

Em um momento de profundas mudanças sociais na sociedade brasileira e por consequência nas Políticas Públicas, faz-se necessário analisar e compreender os impactos que as mesmas têm no conjunto da sociedade. Nesse sentido a presente dissertação é resultado de um longo trabalho de pesquisa que procura apresentar através de um estudo de caso uma análise sociológica a respeito da percepção dos professores de uma escola pública estadual que compõem a rede estadual de ensino do estado do Rio Grande do Sul, Brasil sobre os impactos que as políticas públicas de educação tem na chamada burocracia do nível de rua e por consequência na forma como estes professores exercem o seu trabalho docente em um cenário de desmantelamento e desmonte nas diferentes esferas que compõem a educação pública no Brasil. Também compõem o desenvolvimento desta Dissertação a análise sociológica acerca dos processos que envolvem as políticas de austeridade, trazendo como exemplo a Proposta de Emenda à Constituição 241 / Emenda Constitucional 95 e os seus impactos mais concretos à educação pública básica brasileira.

**Palavras-chave:** educação pública; políticas públicas; austeridade; burocracia do nível de rua; desmonte do Estado.

## **ABSTRACT**

At time of profound social changes in Brazilian society and consequently in Public Policies, it is necessary to analyze and understand the impacts they have on society as a whole. In this sense, this dissertation is the result of a long research work that seeks to present, through a case study, a sociological analysis regarding the perception of teachers at a state public school that make up the state education network in the state of Rio Grande do Sul, Brazil on the impacts that public education policies have on the so-called street-level bureaucracy and consequently on the way these teachers carry out their teaching work in a scenario of dismantling in the different spheres that make up public education in Brazil. This Dissertation also includes a sociological analysis of the processes involving austerity policies, bringing as an example the Proposed Amendment to the Constitution 241 / Constitutional Amendment 95 and its more concrete impacts on Brazilian basic public education.

**Keywords:** public education; public policy; austerity; street level bureaucracy; dismantling the State.

## RESUMEN

En un momento de profundos cambios sociales en la sociedad brasileña y consecuentemente en las Políticas Públicas, es necesario analizar y comprender los impactos que tienen sobre la sociedad en su conjunto. Fruto de un prolongado trabajo de investigación, esta disertación busca presentar, a través de un estudio de caso, un análisis sociológico acerca de la percepción de los docentes de una escuela pública estatal que integran el red estatal de educación en el estado de Rio Grande do Sul, Brasil sobre los impactos que las políticas públicas de educación tienen sobre la llamada burocracia de nivel de calle y consecuentemente sobre la forma en que estos docentes realizan su labor docente en un escenario de desmantelamiento y desmantelamiento en las diferentes esferas que componen la educación pública en Brasil. También forma parte del desarrollo de esta disertación el análisis sociológico de los procesos que involucran políticas de austeridad, trayendo como ejemplo la Propuesta de Enmienda a la Constitución 241 / Enmienda Constitucional 95 y sus impactos más concretos en la educación pública básica brasileña.

**Palabras clave:** educación pública; políticas públicas; austeridad; burocracia a pie de calle; desmantelamiento del Estado.

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 - Gasto primário do Governo Federal em porcentagem do produto interno bruto (PIB), antes da Emenda Constitucional nº 95 (EC 95) e projeção até 2037.....57
- Figura 2 - Mínimos para gastos federais com manutenção e desenvolvimento do ensino na regra antiga e na Emenda Constitucional nº 95 (EC 95).....58

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - Relação entre Políticas de Austeridade Fiscal com Neoliberalismo e Burocracia do Nível de Rua.....	29
---	----

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição por sexo autodeclarado dos respondentes.....	68
Gráfico 2 – Distribuição de idade dos respondentes.....	69
Gráfico 3 – Distribuição de cor, raça/etnia autodeclarado dos respondentes.....	70
Gráfico 4 – Distribuição da cidade de nascimento autodeclarada dos respondentes.....	71
Gráfico 5 – Distribuição do estado de nascimento autodeclarado dos respondentes.....	71
Gráfico 6 – Distribuição do grau de escolaridade dos respondentes.....	73
Gráfico 7 – Distribuição do curso de formação inicial autodeclarado dos respondentes.....	73
Gráfico 8 – Distribuição das redes de ensino em que os respondentes atuam.....	74
Gráfico 9 - Percepção quanto à Infraestrutura Externa.....	76
Gráfico 10 - Percepção quanto à Infraestrutura Interna.....	77
Gráfico 11 - Percepção quanto à Infraestrutura de Laboratórios.....	77
Gráfico 12 - Percepção quanto à Infraestrutura de apoio.....	78
Gráfico 13 - Percepção quanto à Infraestrutura de Desenvolvimento de Trabalho.....	80
Gráfico 14 - Percepção quanto à Alimentação oferecida pela escola.....	80
Gráfico 15 - Percepção quanto à limpeza dos ambientes da escola.....	81
Gráfico 16 - Percepção quanto às Atividades Extracurriculares oferecidas pela escola.....	81
Gráfico 17 - Percepção quanto aos materiais de apoio pedagógico oferecidos pela escola. ....	82
Gráfico 18 - Você já ouviu o termo: Neoliberalismo?.....	84
Gráfico 19 - Sabes do que se trata: Neoliberalismo? .....	84
Gráfico 20 - Você já ouviu o termo: Políticas de Austeridade?.....	86
Gráfico 21 - Sabes do que se trata: Políticas de Austeridade?.....	86
Gráfico 22 - Você já ouviu o termo: Políticas Públicas?.....	87
Gráfico 23 - Você sabe para que servem as Políticas Públicas?.....	88
Gráfico 24 - Conhecimento a respeito de Políticas Públicas na área de educação.....	88

Gráfico 25 - Conhecimento a respeito do processo de implementação de Políticas Públicas na área de educação.....	88
Gráfico 26 - Conhecimento a respeito do processo do Projeto de Emenda à Constituição 241.....	89
Gráfico 27 - Conhecimento a respeito do Teto de Gastos públicos implementado pelo governo federal em 2016.....	90
Gráfico 28 - Conhecimento a respeito da previsão de congelamento de gastos públicos em todas as esferas, inclusive na área da educação, por parte da PEC 241.....	90
Gráfico 29 - O que você acredita que mais impactou a qualidade da educação em nosso país ao longo dos últimos 5 anos?.....	91
Gráfico 30 - Percepção dos Impactos da PEC do Teto de Gastos Públicos na educação pública brasileira.....	91
Gráfico 31 - Percepção dos Impactos da Pandemia da Covid-19 na educação pública brasileira. ....	92
Gráfico 32 - Percepção dos efeitos do “sucateamento” da educação quanto a problemas de ordem material e imaterial. ....	94
Gráfico 33 - Percepção dos efeitos do “sucateamento” da educação quanto a prejuízos à saúde física.....	94
Gráfico 34 - Para melhorar a qualidade da educação pública em nosso estado e em nosso país são necessários grandes investimentos financeiros de forma que a maior parcela do orçamento público deveria estar destinada à educação.....	96
Gráfico 35 - Para melhorar a qualidade da educação pública em nosso estado e em nosso país é necessário o investimento em recursos humanos.....	96
Gráfico 36 - Para melhorar a qualidade da educação pública em nosso estado e em nosso país é necessário o investimento em recursos materiais e de infraestrutura.....	97
Gráfico 37 - Você acredita que Políticas Públicas de austeridade como é o caso da PEC do Teto de Gastos impactam a qualidade da educação pública em nosso país.....	98
Gráfico 38 - Você acredita que Políticas Públicas têm impacto de modificar, positivamente ou negativamente, a realidade social existente em um país.....	98

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Percepção quanto à Infraestrutura de apoio.....	79
--	----

### LISTA DE SIGLAS

ABCP	Associação Brasileira de Ciência Política
ANPOCS	Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Ciências Sociais
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CRFB	Constituição da República Federativa do Brasil
CNE	Conselho Nacional de Educação
EC	Emenda Constitucional
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MDE	Manutenção e Desenvolvimento da Educação
MEC	Ministério da Educação
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PEC	Projeto de Emenda à Constituição
PNE	Plano Nacional de Educação
PPGCS	Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais
PROUNI	Programa Universidade para Todos
SBS	Sociedade Brasileira de Sociologia
S.M.	Salário Mínimo
SUS	Sistema Único de Saúde
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	18
1.1 REVISÃO DA LITERATURA	24
1.2 MARCOS CONCEITUAIS: AUSTERIDADE E A BUROCRACIA DO NÍVEL DE RUA	27
1.3 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS	37
1.4 APRESENTAÇÃO DA ESTRUTURA DO TRABALHO	39
<b>2 METODOLOGIA</b>	41
<b>3 CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL E O DIREITO À EDUCAÇÃO</b>	45
<b>4 POLÍTICAS DE AUSTERIDADE: O QUE SÃO? QUAIS SÃO SUAS CARACTERÍSTICAS, OS SEUS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO PÚBLICA: EXEMPLO DA PEC 241/95 E O DESMONTE DO ESTADO BRASILEIRO</b>	51
<b>5 ESTUDO DE CASO: REFLEXOS PRÁTICOS DA AUSTERIDADE ECONÔMICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA. COMO QUE A BUROCRACIA DO NÍVEL DE RUA É IMPACTADA PELAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE AUSTERIDADE</b>	67
5.1 1ª PARTE DO QUESTIONÁRIO: IDENTIFICAÇÃO	68
5.2 2ª PARTE DO QUESTIONÁRIO: FORMAÇÃO E ATUAÇÃO NO MAGISTÉRIO	72
5.3 3ª PARTE DO QUESTIONÁRIO: PERCEPÇÃO DO(A) PROFESSOR(A) SOBRE OS IMPACTOS OCORRIDOS NA ESCOLA NOS ÚLTIMOS 5 ANOS (JANEIRO DE 2019 A MAIO DE 2023)	75
5.4 4ª PARTE DO QUESTIONÁRIO: COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO	84
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	100
<b>APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) – TERMO DE ASSENTIMENTO (TA)</b>	106
<b>APÊNDICE B – MODELO DE QUESTIONÁRIO</b>	109
<b>ANEXO A – APOIO INSTITUCIONAL</b>	114
<b>ANEXO B – FINANCIAMENTO PÚBLICO</b>	115

## 1 INTRODUÇÃO

Em um cenário de desmantelamento e desmonte das políticas públicas se faz necessária a reflexão acerca do papel das mesmas dentro da estrutura do Estado e a importância das mesmas para a sociedade. Neste sentido cabe às ciências sociais, em especial a ciência política, pensar como que as políticas públicas se desenvolvem e quais são os seus papéis em uma sociedade notadamente marcada pela desigualdade social e com distribuição desigual de seus recursos econômicos e sociais entre seus cidadãos. É dentro deste cenário que o presente trabalho procura abordar a questão sociológica que tange o impacto das políticas neoliberais na educação pública brasileira e, mais especificamente, a percepção dessas políticas pelos profissionais diretamente responsáveis pela implementação das políticas, isto é, a burocracia de nível de rua. (LOTTA, 2012).

Assim sendo é necessário, inicialmente pensarmos a respeito do que é o que são as políticas públicas em um sentido mais amplo, seu papel dentro da sociedade, suas características, formas de atuação e os resultados que pretende obter. Em um sentido mais amplo, uma política pública é toda e qualquer ação do poder público que vise a atender aos interesses da coletividade e/ou de determinados grupos que compõem a sociedade. Em suma deve-se ter clareza de que uma política pública é uma diretriz que servirá de orientação. “[...] *uma orientação de policy maker à atividade ou à passividade de policy maker, e também é o conjunto de ações ou inações derivadas dessa diretriz*” (SECCHI, 2017, p. 7). Uma política via de regra deve procurar promover melhorias para a sociedade, isto é, deve procurar atender a sociedade de forma “benéfica” de forma que os indivíduos/cidadãos que compõem esta, possam se beneficiar da mesma e por consequência possam se desenvolver individualmente e coletivamente. Porém por outro lado uma política pública pode, também, ter o sentido oposto do que mencionado, isto é, o poder público pode se valer de uma política pública para não dar acesso aos indivíduos/cidadãos a aquilo que lhes é de direito. Um exemplo que pode ser apresentado a partir de obra de Secchi (2017) refere-se à situação de inação quando um determinado grupo de funcionários públicos, funcionários da área da saúde, recusam-se a implementar uma determinada diretriz Ministerial que visa atender determinada população em situação de vulnerabilidade. Ilustrando teoricamente este exemplo temos a situação apresentada por McConnell e Hart que têm a seguinte abordagem:

Se um governo está realmente (e literalmente) ‘não fazendo nada’ pode ser um ponto de discussão. Perante uma emergência humanitária no estrangeiro, os meios de comunicação social e os opositores políticos podem acusar o governo de ‘não fazer nada’ para ajudar a resolver a crise, mas o governo pode dizer que está ‘fazendo tudo’ que pode realisticamente. (MCCONNELL; HART, 2019, p. 4, tradução nossa).

Este é um ponto importante para que se possa entender que em muitas situações há uma diferença entre discurso e prática a respeito da ação de um governo e por consequência da aplicação prática de uma política pública.

Definimos a inação política, portanto, como uma instância e/ou padrão de não intervenção por decisores políticos individuais, organizações públicas, governos ou redes políticas em relação a uma questão dentro e potencialmente dentro da sua jurisdição e onde outras questões plausíveis potenciais intervenções políticas não ocorreram. Existem várias vantagens nesta definição que nos ajudam a enfrentar, pelo menos para fins heurísticos, os desafios metodológicos de inação política. Em primeiro lugar, é suficientemente abrangente para captar a inação, isso não é apenas inadvertido, mas também proposital. Embora tenhamos alguma simpatia pelo argumento de que esta última constitui “ação”, é também “inação” porque constitui um exemplo ou padrão de não intervenção dos formuladores de políticas: não comprometer recursos, não propor projetos de lei, não autorizar ou realizar ações executivas onde tais intervenções poderiam foram empreendidos. Com efeito, como veremos, ao reconhecer que algumas formas de inação são intencionais e até estratégicas, chegamos ao cerne de grande parte do poder, ideologia e gestão política de agendas políticas envolvidas na criação ativa de uma distância entre decisores políticos e aqueles que poderiam esperar o seu envolvimento (MCCONNELL; HART, 2019, p. 4, tradução nossa).

É importante salientar que toda e qualquer política pública não está separada do seu contexto social, histórico, político e econômico. Ela pode ser resultado da construção coletiva que envolve uma série de atores e sociais que procuram ter os seus interesses atendidos pela estrutura do Estado ou ainda fruto de ação autônoma do Estado. Isto significa que uma política pode atender aos interesses de um determinado grupo da sociedade e ao mesmo deixar de lado outros grupos, por diferentes motivos: seja por uma questão de exclusão, seja por uma questão de reparação histórica. Estes motivos serão explicitados ao longo do trabalho. Assim sendo, desta forma este trabalho parte da investigação de como que as políticas públicas de educação são concebidas e impactadas em um cenário marcado pela crescente e incessante ascensão do neoliberalismo no Brasil, em especial a partir do golpe que culminou no processo de Impeachment da Presidenta da República Dilma Rousseff no ano de 2015 e a consequente entrada no Governo Federal dos presidentes da república: Michel Temer (2015-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022).

Dentro deste período estão inseridas as políticas de austeridade econômica que se constituem em um conjunto de políticas públicas que têm amplo impacto nas diferentes esferas da vida pública e social brasileira, não excluindo a educação pública. Sendo a principal política de austeridade o Projeto de Emenda à Constituição, conhecida como PEC do Teto de Gastos – PEC 241/95. Esta PEC 241/95 se tornará o principal carro chefe das políticas de austeridade no Brasil nos últimos anos e terá papel decisivo na (des)construção das políticas públicas que visam o desmonte do Estado, em especial nas áreas de educação e saúde. Nesse sentido cabe observar e analisar como a PEC 241/95 impactou as políticas públicas de educação no Brasil a partir do ano de 2016. Em primeiro lugar é necessário entender que a PEC 241/95 teve como principal objetivo fazer com que o Governo Federal ao longo de um período de vinte anos não gastasse em um ano mais do que arrecadou no ano anterior em impostos, tributos, taxas e outras formas obtenção de recursos. Nesse sentido, a PEC 241/95 viria como um instrumento de controle de gastos públicos. No que tange o impacto da PEC 241/95 na educação pública deve-se levar em conta o impacto no Ministério da Educação (MEC) e por consequência no desenvolvimento das políticas públicas na área de educação. Fazendo um pequeno e breve retorno à promulgação da Constituição Federal (CRFB) de 1988 sobre a educação deve-se observar que a CRFB colocou a educação como um direito de todos e dever do Estado.

O direito fundamental à educação previsto na CRFB /88 e na LDB determina como objetivo da educação o fomento à cidadania e ao pleno desenvolvimento humano, e prevê o aumento progressivo da garantia de tal direito (GOES, 2017, p. 77).

Assim sendo o Estado brasileiro assumiu a educação como algo a ser garantido a todos os seus cidadãos de forma que precisou e ainda precisa garantir dentro do seu orçamento público as condições financeiras para poder garantir a todos os seus cidadãos este direito constitucional.

Quanto aos impactos da PEC 241/95 na educação pública brasileira deve-se observar a dinâmica de implementação da PEC. Em primeiro lugar ela prevê que o Estado brasileiro não deve gastar em um ano mais do que arrecadou no ano anterior. Em segundo lugar, que cada um dos três poderes teria o seu orçamento específico não podendo um poder se utilizar de eventuais “sobras orçamentárias” de outro poder. Isto significa que caso o Ministério da Educação viesse a precisar de um aporte

financeiro, este deveria necessariamente vir de um outro ministério que venha a compor o Poder Executivo e não do Poder Legislativo ou Judiciário, por exemplo.

O texto da PEC 241 especifica que os limites orçamentários para as despesas primárias serão estabelecidos de forma individualizada para cada um dos Poderes, Executivo, Judiciário e Legislativo [...]. Isto significa que, se houver uma “folga” em um Poder, no Judiciário, por exemplo, esse valor não poderá ser transferido para o Poder Executivo [...]. (AMARAL, 2016, p. 659).

Observa-se assim que a PEC 241/95 já causa impactos na dinâmica que envolve as políticas públicas de educação uma vez que acaba por diminuir os seus recursos próprios uma vez que o MEC acaba tendo que “disputar” esses mesmos recursos com outras áreas de caráter social.

[...] [É] praticamente ‘impossível’ que essa ‘guerra’ interna para definição do orçamento do Poder Executivo seja vencida por qualquer um dos programas sociais como (...), PROUNI (...) ou Benefícios de Proteção Continuadas (BPC), parte da Lei Orgânica de Assistência Social que beneficia idosos com mais de 65 anos e deficientes físicos com renda per capita abaixo de ¼ do salário mínimo (S.M.), com um S.M. mensal etc (AMARAL, 2016, p. 659).

Assim sendo uma das principais políticas públicas, a Manutenção e Desenvolvimento da Educação (MDE), de educação aplicada pelo MEC acaba por sofrer com os impactos da PEC 241/95 com os seus valores estando limitados à variação do IPCA.

Dessa forma, os valores financeiros associados à Manutenção e Desenvolvimento da Educação (MDE), vinculados pelo artigo 212 da Constituição de 1988, estarão limitados à variação do IPCA – mesmo que o volume da arrecadação de impostos que ficam na União cresça acima da inflação [...] (AMARAL, 2016, p. 659).

Observa-se assim os impactos que a PEC 241/95 trouxe para educação pública brasileira, em especial, na questão dos recursos financeiros.

Assim, nessa dissertação, analisa-se o caráter neoliberal da PEC 241/95 e as políticas públicas que são implementadas dentro desse espectro. Nesse sentido cabe comentar no que se constituem as políticas neoliberais e como elas acabam por servir de âncora para o desenvolvimento da PEC 241/95. Assim, buscou-se entender quais políticas públicas específicas foram criadas e implementadas a partir da PEC 241/95 no setor de educação. Observou-se, assim, que o caráter neoliberal da PEC 241/95 se deve ao fato de ela estar no bojo das políticas de austeridade, buscando assim um maior controle dos gastos públicos. Em suma, a PEC 241/95 tem como objetivo final

implementar controle de gastos públicos. Logo se demonstra o caráter neoliberal da PEC 241/95, quanto aos impactos da mesma na área da educação.

Assim, reduzir os recursos disponíveis para aplicação na área educacional, ou limitar seu crescimento quando não se encontram ainda em patamar adequado, pode acabar por comprometer os benefícios advindos do esforço fiscal considerado (GOMES, 2016, p. 48).

Esta análise apresentada é importante para compreendermos os impactos que a PEC 241/95 acaba tendo nas políticas públicas de educação, ainda mais em um contexto social de disputas políticas e um cenário de crise social. Assim deve-se observar a importância do investimento em educação.

Após analisou-se, a partir de um estudo de caso, se e quais são os impactos das políticas públicas educacionais estruturadas a partir do viés neoliberal foram interpretadas e entendidas pelos professores (regentes de sala de aula e gestores).

Dentro desse estudo de caso, analisou-se como os professores pesquisados percebem os impactos das políticas neoliberais e as políticas públicas desenvolvidas a partir dessas políticas dentro do seu exercício profissional. Ou seja, analisou-se o impacto da PEC na chamada burocracia do nível de rua (LOTTA, 2012): que é o nível da estrutura do poder público que mais próximo está dos cidadãos, no caso abordado por este trabalho estamos falando dos professores e gestores da escola pública. Desta forma este trabalho de pesquisa teve como objetivo também analisar como a burocracia do nível de rua que tem por função executar a política pública em última instância compreende e entende os impactos das políticas públicas que executa no marco das políticas de cunho neoliberal.

Em resumo, a pesquisa analisou os impactos das políticas de austeridade econômica nas políticas públicas de educação, com foco na compreensão da burocracia do nível de rua, e para isso foram utilizados conceitos teóricos importantes, a partir das contribuições de Lotta (2012), por meio de um além de um estudo de caso em uma instituição de ensino público estadual do Rio Grande do Sul.

No primeiro capítulo que se encerra neste parágrafo foram apresentados o problema de pesquisa, os objetivos bem como a metodologia. De forma clara o presente capítulo abordou os principais conceitos que dizem respeito às políticas públicas e os seus impactos na sociedade. Também abordou os conceitos de neoliberalismo e de austeridade e como estes impactam a formação de diferentes políticas públicas. Ainda neste capítulo foi abordado o conceito de burocracia do nível

de rua e como esta, igualmente, impactada pelas políticas públicas. Ainda neste capítulo introdutório foi apresentado o objeto de estudo e como o mesmo foi pesquisado através dos métodos de pesquisa utilizados pelas ciências sociais. No segundo capítulo fez-se a revisão da literatura, apresentação do marco teórico e do problema de pesquisa. Neste capítulo procura-se elaborar uma revisão da literatura que leve em consideração os seguintes marcos teóricos e conceituais: políticas públicas, neoliberalismo, burocracia do nível de rua e austeridade. Esses marcos teóricos foram importantes para o desenvolvimento do trabalho, bem como para a análise dos resultados da pesquisa. A revisão da literatura acerca dos impactos do neoliberalismo apoiou-se nas contribuições de Wendy Brown que busca analisar os impactos que as ações de caráter neoliberal contribuem para o desenvolvimento das políticas de austeridade e por consequência no chamado desmonte do Estado. Acerca das características das políticas públicas e das suas formas de organização contribui Leonardo Secchi e Rossi et al contribuem para uma análise mais profunda sobre as políticas de austeridade. Quanto à burocracia do nível de rua, Lotta traz importantes contribuições a respeito da importância desse segmento na implementação das políticas públicas. Já no terceiro capítulo serão abordadas as questões e implicações éticas do presente trabalho de pesquisa. Neste capítulo são abordadas quais foram os procedimentos aplicados para que a pesquisa pudesse ser realizada dentro de todos os padrões éticos exigidos e estabelecidos. No capítulo quatro denominado Construção Histórica das Políticas Educacionais no Brasil e o Direito à Educação buscou-se realizar uma retrospectiva a respeito das políticas públicas que constituíram o direito à educação no Brasil. Neste capítulo, através das contribuições de Gentili, Arroyo, Cury, entre outros, busca-se compreender como se deram os diferentes processos que envolvem as políticas públicas educacionais no Brasil. Este capítulo é de extrema importância, pois nos mostra como as políticas públicas educacionais passam por diferentes transformações ao longo do tempo de forma a atender as diferentes necessidades da população. No capítulo cinco denominado Políticas de Austeridade: o que são? Quais são as suas características, os seus impactos na educação pública: exemplo da PEC 241/95 e o desmonte do Estado brasileiro procura-se abordar o que são as políticas de austeridade em um sentido mais amplo, quais são as suas características econômicas e a relação das mesmas com o neoliberalismo e os impactos das mesmas na políticas públicas. É um capítulo que busca apresentar a relação das políticas públicas de austeridade com caráter

neoliberal e os impactos das mesmas a partir do exemplo da PEC 241 / 95. A partir dessa relação estabelecida é possível analisar os impactos da PEC 241 / 95 nas diferentes esferas do serviço público, em especial os impactos que ocorreram nos espaços educacionais.

## 1.1 REVISÃO DA LITERATURA

Quanto à revisão da literatura, o trabalho de pesquisa mobilizou diferentes literaturas das áreas que se relacionam com o objeto de pesquisa do presente trabalho. Assim foram mobilizadas literaturas das áreas de ciências sociais, em especial da ciência política e da sociologia, bem como das áreas de educação, políticas públicas e economia. A literatura mobilizada serviu de referencial teórico-conceitual bem para a análise e a interpretação dos referidos resultados obtidos pela pesquisa. A literatura também serviu como suporte para o desenvolvimento dos marcos teóricos e metodológicos de sustentação da pesquisa. No campo teórico conceitual a pesquisa trabalhou com os conceitos que permeiam a compreensão das ideias e conceitos de austeridade, de neoliberalismo, de políticas públicas e de burocracia do nível de rua, mobilizando assim diferentes compreensões teórico conceituais. Quanto à questão da construção histórica das políticas educacionais no Brasil foram trazidas ao debate as contribuições de Acácia Kuenzer e Pablo Gentili e no que tange o direito à educação no Brasil as contribuições de Carlota Boto, Carlos R. J. Cury, Pedro Goergen e Miguel Arroyo.

No que tange a compreensão e análise acerca dos conceitos de austeridade e neoliberalismo foi utilizado o livro: Economia para poucos: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil organizado por: Pedro Rossi, Esther Dweck e Ana Luíza Matos de Oliveira. Esta obra apresenta um conjunto de textos que exprimem ideias e conceitos a respeito da constituição das concepções de austeridade e de neoliberalismo, bem como os seus impactos na sociedade brasileira. Quanto aos impactos do neoliberalismo e as políticas de desmonte do Estado foram mobilizados as literaturas encabeçadas por Fabiane Previtali e Cílon Fagiani através do artigo: Trabalho digital e educação no Brasil; e Fernando Abrucio através do artigo: Bolsonaro e Educação: quando a meta é a desconstruir uma política pública, procuram abordar como que ocorre o desmantelamento das políticas públicas e os

seus impactos diretos e indiretos na estrutura do serviço público e na burocracia que o compõem. Relacionando-se com este tema acerca da constituição neoliberalismo e os seus impactos será mobilizada os conceitos de Wendy Brown que considera que para o neoliberalismo a educação deve estar voltada exclusivamente para o mercado de trabalho (BROWN, 2023). Quanto a compreensão do conceito de política pública foi mobilizada através do livro: Políticas Públicas – conceitos, esquemas de análise, casos práticos de Leonardo Secchi que contribui para a compreensão e análise conceitual do que são as Políticas Públicas e sua atuação. Assim sendo a literatura mobilizada estabelece pontes entre os diferentes campos de estudo que o trabalho de pesquisa pretende analisar sociologicamente bem como compreender como as políticas públicas se operacionalizam enquanto conceito sociológico. Neste sentido, de modo a facilitar a compreensão acerca da temática das políticas públicas com maior clareza, faz-se necessário apresentar alguns exemplos que ilustram bem o que são as políticas em diferentes áreas, como bem apresenta em sua obra, Secchi (2017), na página 11.

- a) Fundação da primeira escola no Brasil, em Salvador; Saúde: programa de distribuição gratuita de medicamentos em uma parceria entre municípios, estados e Governo Federal por meio do Sistema Único de Saúde (SUS);
- b) Educação: programa de reforço escolar para alunos com dificuldade de aprendizado nas disciplinas de Português e Matemática do ensino fundamental do estado do Amazonas;
- c) Segurança: instalação de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs)
- d) Gestão: metodologia de Avaliação de Desempenho Individual associado à remuneração variável para os servidores do estado de Minas Gerais;
- e) Meio ambiente: mecanismos de desenvolvimento limpo (MDL) criado pelo Protocolo de Quioto, da Organização das Nações Unidas (ONU), como estratégia de redução de gases de efeito estufa;
- f) Saneamento: Política Nacional de resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010);
- g) Habitação: programa Minha Casa Minha Vida do Governo Federal em parceria com estados, municípios, bancos públicos e organizações da sociedade civil;

- h) Emprego e Renda: programa Meu Primeiro Trabalho, do Governo do Estado de São Paulo, voltado para estudantes de escolas públicas conseguirem inserção no mercado de trabalho;
- i) Previdência Social: legislação especial que permite que trabalhadores rurais possam se aposentar, por idade, cinco anos antes que os trabalhadores urbanos.

A partir desses exemplos apresentados pode-se observar a gama de situações em que as políticas públicas estão inseridas e a importância que cada uma possui dentro da sua área de atuação. É claro que esta lista apresentada é apenas um pequeno grupo das principais políticas públicas que temos em nosso país nos mais diferentes níveis governamentais e dessa forma a partir dessa breve contextualização a respeito do que são as políticas públicas parte-se para o objeto em si deste trabalho e procurará relacionar os tópicos: políticas públicas e educação. Quanto às relações de políticas de austeridade fiscal e a emergência de novas formas de gerenciamento da educação somam-se ao arcabouço teórico desta pesquisa as contribuições de Maria Malta Campos e Ana Cavaliere e quanto ao gerencialismo e as transformações no Estado Neoliberal europeu e as suas implicações ao Bem Estar Social e as políticas sociais somam-se: Almerindo Afonso e Roger Dale.

Esta literatura mobilizada que constitui esta revisão é resultado dos estudos acerca da temática que envolve os impactos do neoliberalismo e a construção e o desenvolvimento de políticas públicas ao longo do curso de mestrado em Ciências Sociais. Ela abrange as principais características do processo de desenvolvimento do neoliberalismo enquanto corrente de pensamento socioeconômico bem como os processos de desenvolvimento de políticas públicas e as políticas de austeridade econômica.

## 1.2 MARCOS CONCEITUAIS: AUSTERIDADE E BUROCRACIA DO NÍVEL DE RUA

Quanto ao marco teórico que se pretende estabelecer, o presente trabalho de pesquisa irá procurar dentro deste espectro analisar o conceito de austeridade. A austeridade enquanto conceito caracteriza-se por ser uma política de maior controle de gastos, em especial, públicos. Ela costuma ser aplicada em países que estejam passando por situações de déficit orçamentário muito alto e que não conseguem mais se sustentar. Os planos de austeridade via de regra caracterizam-se através do corte

de despesas que são consideradas supérfluas e/ou dispensáveis. De uma forma mais ampla, o conceito de austeridade pode ser definido como uma política de ajuste da economia fundada na redução de gastos públicos e no papel do Estado (ROSSI *et al*, 2019). Nesse sentido o marco teórico-conceitual constitui-se em central para a análise teórica da pesquisa uma vez que é o centro do debate sociológico, político e econômico e que é a referência que explica o conjunto de ações que são tomadas e que impactam de forma direta e indireta nas políticas públicas. Nesse sentido, o conceito de austeridade servirá de marco teórico central para o desenvolvimento da pesquisa, assim aglutinando os demais conceitos teóricos: como neoliberalismo e burocracia do nível de rua em torno de si. Ao definir a austeridade a partir da contribuição de Rossi *et al* (2019) como marco teórico central, é possível entender como as políticas de cortes orçamentários, redução de gastos públicos e desregulamentação econômica têm impactado as políticas educacionais e as consequências dessas medidas para a sociedade como um todo.

As práticas políticas em nome dessa ideia assumiram protagonismo no Brasil em 2015 como um plano de ajuste de curto prazo da economia brasileira. Porém, em 2016, os princípios da austeridade passaram a nortear o setor público de forma estrutural com a Emenda Constitucional 95 (EC95) que impõe uma redução do tamanho relativo do Estado para os próximos 20 anos. Essa nova forma de gestão do orçamento público tem consequências macroeconômicas e distributivas e condiciona a capacidade dos governos de induzir o crescimento econômico e de promover o bem-estar social, conforme discutido na literatura econômica. Tal mudança também afeta o financiamento da atuação pública em diversos campos sociais como na educação (ROSSI *et al*, p. 2).

Por meio do conceito de austeridade, que ganhou força a partir da Inglaterra em função da crise econômica internacional de 2008, como forma de imposição aos países da periferia do capitalismo cresceram os movimentos de austeridade, bem como o debate acadêmico acerca da temática (ROSSI *et al*, 2019), será possível relacionar diferentes aspectos da pesquisa, como a política fiscal, a economia e as políticas públicas de educação, integrando os diversos conceitos teóricos em torno de um tema central. Um ponto central para o entendimento sobre o conceito de austeridade é compreender que o mesmo não tem o seu início com a crise econômica internacional de 2008, mas, sim, muito antes, tampouco é um termo originário da economia.

A palavra tem origens na filosofia moral e aparece no vocabulário econômico como um neologismo que se apropria da carga moral do termo, especialmente para exaltar o comportamento associado ao rigor, à disciplina,

aos sacrifícios, à parcimônia, à prudência, à sobriedade e reprimir comportamentos dispendiosos, insaciáveis, pródigos, perdulários (ROSSI *et al*, p. 3. 2019).

A palavra também ganha força em outros momentos da história durante as guerras mundiais quando os governos se utilizam dela para justificar e legitimar o racionamento e a regulação dos recursos de origem privada em prol da mobilização e dos recursos a favor da guerra (ROSSI *et al*, 2019). Assim sendo a palavra austeridade possui um histórico mais longo e mais amplo do que a sua utilização apenas pela área econômica, porém é a partir dela que a mesma começa a ganhar destaque e notoriedade e assim começa a impactar de forma mais direta as ações dos governos e suas políticas públicas. Nesse sentido é importante compreender a lógica da austeridade econômica e fiscal e os seus impactos nas ações dos governos e nas políticas públicas.

A defesa da austeridade fiscal sustenta que, diante de uma desaceleração econômica e de um aumento da dívida pública, o governo deve realizar um ajuste fiscal, preferencialmente com corte de gastos públicos em detrimento de aumento de impostos. Esse ajuste teria efeitos positivos sobre o crescimento econômico ao melhorar a confiança dos agentes na economia. Ou seja, ao mostrar responsabilidade em relação às contas públicas, o governo ganha credibilidade com os agentes econômicos e, diante da melhora nas expectativas, a economia passa por uma recuperação decorrente do aumento do investimento dos empresários, do consumo das famílias e da atração de capitais externos. A austeridade teria, portanto, a capacidade de reequilibrar a economia, reduzir a dívida pública e retomar o crescimento econômico (ROSSI *et al*, 2019, p. 4-5).

Além disso, é importante destacar que o marco teórico não se limita apenas ao conceito de austeridade. Outros conceitos teóricos relacionados ao neoliberalismo e à educação também serão abordados e discutidos, como por exemplo: a burocracia do nível de rua a fim de oferecer uma análise mais completa e precisa sobre a temática em questão. Em vista disso é apresentado o esquema abaixo que demonstra a forma como se relacionam estes três conceitos ao longo do trabalho. As políticas de austeridade fiscal encontram-se no centro da análise e são impactadas pelas políticas de caráter neoliberal que encontram na sua volta. Estas por sua vez impactam a burocracia do nível de rua que se encontra na margem do esquema, ilustrando como esta também se encontra na margem de decisões do serviço público. Nesse sentido, pode-se observar que as políticas de austeridade fiscal partem do centro e vão para

as margens onde acabam por encontrar a burocracia do nível de rua e por consequência na população em geral.

Ilustração 1: Relação entre Políticas de Austeridade Fiscal com Neoliberalismo e Burocracia do Nível de Rua.



Fonte: Esquema elaborado pelo autor

Por *burocracia do nível de rua* se entende aquele grupo de funcionários públicos que atuam diretamente no atendimento à população e que de forma direta são reconhecidos pela população atendida por seus serviços como o rosto do Estado. Isto é, para o cidadão o funcionário público que o atende é a representação do Estado, sendo este o principal executor da política pública. No caso da educação esta representação da burocracia do nível de rua é exercida pelos professores, equipe diretiva e funcionários da escola uma vez que esta é instituição pública que está mais próxima do atendimento ao cidadão e que por fim atua na execução e aplicação da política pública. Assim faz-se necessário entender um pouco mais a respeito do o papel que cabe a burocracia do nível de rua e como a mesma atua.

Weber (1947) foi um dos primeiros teóricos a analisar a questão da burocracia. Para ele, a discussão sobre o tema estava associada à análise dos tipos de autoridade. As sociedades humanas constituíram governos com dois tipos de legitimidade: a carismática e a tradicional. Com a evolução da sociedade industrial moderna e o conseqüente desenvolvimento do sistema de administração do Estado, Weber aponta o surgimento de um novo tipo de autoridade, ligado à racionalidade-legal. Para o autor, essa autoridade constitui-se sobre a crença na legalidade de padrões de regras normativas e na manutenção de um sistema de burocracias baseado em leis e regras (LOTTA, 2012, p. 3).

Observa-se assim que atividade burocrática é uma atividade que acompanha as sociedades humanas, em especial, a partir do desenvolvimento da industrialização e por consequência do sistema de administração do Estado. A burocracia é uma forma de organização do Estado moderno e que acaba por permear todas as esferas que constituem este Estado, desde as esferas mais altas com amplo poder de decisão política até as esferas mais baixas que têm como função serem as executoras das políticas definidas pelas esferas superiores. Também é necessário observar um ponto importante apresentado por Lotta (2012) que diz respeito ao modelo apresentado por Weber no qual o burocrata, isto é, o agente que atua na burocracia é um fiel executor das políticas públicas, ou seja, não cabe ao burocrata ter paixões ou realizar julgamentos. Ao burocrata cabe seguir o que está nas regras e nas leis. Neste sentido os procedimentos devem ser seguidos de forma clara e objetiva, assim garantindo a hierarquia e as suas atribuições (LOTTA, 2012). Este é um ponto importante para o entendimento do conceito de *burocracia do nível de rua*, uma vez que historicamente a noção e o conceito de burocracia esteve vinculado às esferas mais altas do serviço público, uma vez que estas são as responsáveis pela organização do Estado e das políticas públicas que este irá colocar em prática. Para uma melhor compreensão do que é a burocracia do nível de rua faz-se necessário observar que esta é a parte da burocracia responsável pelo primeiro acesso do cidadão aos serviços oferecidos pelo Estado.

Na medida em que são responsáveis por executar as políticas no contato com os cidadãos, esses profissionais acabam, ao mesmo tempo, personificando ou materializando a imagem do Estado e tomando decisões alocativas que impactam o bem-estar da população. (CAVALCANTI; LOTTA; PIRES, 2018, p. 229).

Corroborando para esta interpretação a contribuição de Lipsky que aborda sobre o papel que os burocratas de nível têm ao determinarem o acesso da população aos serviços ofertados pelo governo, aos direitos, aos benefícios e à estrutura básica do

Estado. “Lispky aponta que são os burocratas de nível de rua que determinam o acesso do público a direitos e benefícios governamentais e é por meio deles que a população consegue acessar a administração pública” (CAVALCANTI; LOTTA; PIRES, 2018, p. 229-230). Porém, cabe observar que ao longo dos anos, em função dos processos de modernização do Estado, o modelo weberiano de burocracia foi dando lugar a outros modelos e arranjos que acabaram por modificar as atribuições e funções dos burocratas (LOTTA, 2012).

Nos últimos anos tem havido, na literatura, um processo crescente de mudança na análise do papel dos burocratas, que, por sua vez, impacta o pensamento acerca do próprio funcionamento do Estado e da sua relação com a sociedade. (LOTTA, 2012, p. 4).

Essa percepção de mudança acerca do papel da burocracia acaba por permitir uma análise que contemple aqueles que também atuam nas esferas mais baixas do serviço público não apenas como meros executores e implementadores de política pública, mas como atores e agentes que participam das tomadas de decisões políticas.

A partir de suas análises empíricas, os autores observam que os burocratas, nas democracias contemporâneas, não apenas administram, mas participam com os políticos do processo de tomada de decisão, configurando-se também como *policymakers*. (LOTTA, 2012, p. 4)

Um segundo ponto importante a respeito da chamada burocracia do nível de rua é que ela diz respeito a uma atuação é sim burocrática com um alto nível de saturação de regras e normas, porém não é exclusiva. Esta situação vai direto ao ponto que diz respeito à atuação do espaço da escola pública e os burocratas que nela trabalham.

O trabalho nas linhas de frente do serviço público é, ironicamente, saturado de regras, mas não a elas restrito. Em vez de depender dessas regras para guiar as chamadas decisões discricionárias sobre os casos, os trabalhadores estabelecem, primeiro, as identidades dos usuários e fazem julgamentos sobre “quem são os merecedores”. A partir daí, recorrem às normas e regras da política pública ou do serviço para embasar a concessão ou racionalizar e justificar seus julgamentos, em caso negativo. Portanto, os trabalhadores se concentram em quem são as pessoas, em relação a tipos previamente imaginados [...] (LOTTA; PIRES, 2019, p. 138).

Este exemplo apresentado por Lotta e Pires (2019) indica que a burocracia do nível de rua é um instrumento do Estado que vai além da mera execução e implementação de políticas públicas, ela é um instrumento que se permite “pensar” dentro de suas possibilidades a política pública, sendo esta um formulador de ações

concretas ao atendimento da população. Neste sentido cabe um conjunto de reflexões acerca do tema da pesquisa. Em primeiro lugar cabe observar como se constrói a concepção de Política Pública. No que se refere à concepção de políticas públicas cabe a referência ao conceito do termo Política Pública desenvolvido por Secchi (2017) que considera que as políticas públicas devem tratar do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões. A concepção de política apresentada por Secchi vai além daquela cunhada por Bobbio (2002), que entende a política da seguinte forma: “*Politics, na concepção de Bobbio (2002), é a atividade humana ligada à obtenção e manutenção e manutenção dos recursos necessários para o exercício do poder sobre o homem*” (SECCHI, 2017, p. 1). Secchi compreende a política a partir do termo em inglês “*policy*”, que é mais voltado para a ação concreta e que possui uma relação mais direta com as orientações para a decisão e ação (SECCHI, 2017). Assim sendo o conceito de “política pública” que será utilizado ao longo deste trabalho tem relação com este segundo termo, mais pautado para a questão concreta de ação e orientação da política pública.

O termo ‘política pública’ (*public policy*) está vinculado a esse segundo sentido da palavra ‘política’. Políticas Públicas tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões (SECCHI, 2017, p. 1).

Nesse sentido, é importante entendermos que uma política pública é resultado de uma construção que busca atender aos interesses do público, do comum, isto é, aos interesses da coletividade que compõem determinada sociedade. Porém, para que se possa entender como que uma política pública é implementada faz-se necessário levar-se em consideração o modo como a mesma é definida. Em primeiro lugar, é necessário compreender que a mesma consiste em uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público (SECCHI, 2017). Isto é, ela tem por objetivo enfrentar um problema que afeta o espaço e meio público onde o conjunto ou parte da sociedade está presente.

Uma política pública possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público, em outras palavras, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante. (SECCHI, 2017, p. 2).

Assim sendo deve-se ter o cuidado de entender que qualquer definição de política pública é arbitrária (Secchi, 2017), uma vez que aborda diversos temas e

questões onde estão envolvidos diferentes atores e grupos sociais com objetivos sociais distintos. Para facilitar o entendimento Secchi (2017) apresenta três questionamentos básicos para a compreensão e entendimento do que são as políticas públicas:

- 1) Políticas Públicas são elaboradas exclusivamente por atores estatais? Ou também por atores não estatais?
- 2) Políticas Públicas também se referem à omissão ou à negligência?
- 3) Apenas diretrizes estruturantes (de nível estratégico) são políticas públicas? Ou as diretrizes mais operacionais também podem ser consideradas políticas públicas?

Estes três questionamentos ajudam ao/a leitor/a do texto compreender um pouco mais acerca de como as políticas públicas de uma forma mais geral são planejadas, elaboradas e construídas. A partir desta breve apresentação mais geral e ampla sobre a definição e conceituação de política pública o trabalho se esmiúça de forma mais detalhada acerca das políticas públicas na área da educação básica e de como que estas sofrem os impactos da agenda neoliberal, que é agravada pelas políticas de desmonte do Estado e pela pandemia de Covid-19. Neste sentido cabe observar como se deu o chamado desmonte do Estado em dois momentos: um primeiro momento pré PEC 241/95 e em um momento pós PEC 241/95. Soma-se a estes projetos de poder neoliberal e que têm na política de austeridade o seu principal arcabouço. Para uma melhor compreensão acerca desta temática cabe uma reflexão feita pelo economista Luiz Carlos Bresser Pereira sobre a PEC 241/95 e que foi publicada pelo portal IHU Unisinos em 16 de outubro de 2016. Na reportagem publicada pelo portal IHU Unisinos, Pereira comenta que

[o] objetivo dessa emenda não é o ajuste fiscal, que é necessário, mas a redução do tamanho do Estado, que nada tem de necessária. Ao contrário do que afirmam os economistas liberais, a carga tributária brasileira não tem crescido e não há uma crise fiscal estrutural: apenas uma crise fiscal conjuntural (PORTAL IHU UNISINOS, 2016).

Em outro ponto da reportagem, Pereira comenta a respeito do tamanho da disputa que está sendo travada em função da PEC 241/95 e do desmonte do Estado de Bem Estar Social.

Um capítulo impressionante dessa luta de classes de cima para baixo está hoje sendo travado no Brasil através da PEC 241, que visa a desmontagem do Estado Social brasileiro – ou seja, reduzir em termos per capita seus gastos com educação e saúde. Com o aumento da população e do PIB os recursos para esses dois fins necessariamente se reduzirão em termos percentuais do PIB e em termos per capita (PORTAL IHU UNISINOS, 2016).

Assim sendo dentro do seu projeto de reconfigurações do Estado brasileiro a PEC 241/95 cumpre o papel de atender as demandas dos setores econômicos e empresariais o que trará para dentro do Estado de vez a lógica mercadológica o que acabará por trazer impactos na área de educação.

Nesse processo de reconfigurações, o Estado Brasileiro, consolida-se, de fato, como um Estado gerencial para atender os interesses do mercado e dos grupos econômicos, assumindo a perspectiva de Estado penal para os pobres, no recorrente exercício da violação de direitos e de múltiplas formas de repressão, como via de enfrentamento da questão, ao contrário, preservam e garantem estes interesses no âmbito do Estado (CARVALHO, 2017, p. 7).

Voltando para a questão no que tange a questão da agenda neoliberal com ampla capacidade de definição de políticas públicas, o trabalho de José Carlos Libâneo, João Ferreira de Oliveira e Mirza Seabra Toschi Educação Escolar - Políticas, Estrutura e Organização (2012) aborda, entre outros temas, os impactos do neoliberalismo enquanto um fator importante dentro de um projeto de ajuste e reformas que o setor da educação. Neste sentido o projeto de desmonte do Estado se encaixa dentro do escopo neoliberal de saída do Estado como agente provedor e efetivo de políticas públicas e passa ser um regulador dos serviços ora antes prestados por ele. Assim sendo faz-se necessário trazer para o debate a contribuição de Wendy Brown que considera a seguinte situação:

Para o neoliberalismo, educação é formação para o trabalho; não o enxerga como uma formação que joga luz sobre a humanidade, o mundo, a natureza ou a cultura. Trata a educação simplesmente como forma de desenvolver o capital humano, e essa perspectiva foi concretizada por meio do desinvestimento na educação pública, especialmente no ensino superior, mas onde também as escolas foram afetadas e sua qualidade caiu drasticamente (BROWN, 2023, p. 1).

A partir desta contribuição trazida por Brown, observa-se que o neoliberalismo compõe uma agenda econômica que acaba por desempenhar um papel central na concepção e visão de mundo acerca do processo educativo. Para o neoliberalismo a educação, em especial, pública deve procurar atender aos interesses dos agentes e atores econômicos, desta forma limitando-se a formação para o trabalho, abrindo assim mão do pensamento crítico e reflexivo.

Isso agrava o problema da população de classes trabalhadora e média que não vivem nos centros urbanos, que não conhecem o mundo, não querem conhecer o mundo e se sentem ameaçadas pelo mundo. E isso, por sua vez, exacerba o conservadorismo, o anti-intelectualismo, a xenofobia e tudo o mais (BROWN, 2023, p. 1).

Outro ponto que corrobora para a compreensão teórico - conceitual sobre o neoliberalismo e os seus impactos diz respeito a sua forma de atuação e como o mesmo impacta as ações do Estado e da sua burocracia ao impor uma série de reformas que em última instância acabam por atender aos interesses do chamado “mercado” (SPRINGER, 2016).

Além de procurar desregular os mercados, promover o comércio ‘livre’ e promover a mobilidade desobstruída de capitais, o neoliberalismo inclui tipicamente os seguintes pontos mais delicados: procura impedir todas as formas de despesa pública e iniciativa coletiva através da imposição de taxas de utilização e da privatização de ativos detidos em comum [...] (SPRINGER, 2016, p. 19, tradução nossa).

Esse ponto acaba por caracterizar uma das principais características do neoliberalismo e dos seus impactos. Nesse sentido também se faz necessário observar que como bem observa Springer (2016) o neoliberalismo acaba por se caracterizar em um modelo que estimula o individualismo, a competitividade e a autossuficiência econômica de forma a colocar estes como o centro das ações tanto do Estado e dos respectivos governos como também da sociedade através de um conjunto de valores incontestáveis. Em face destes valores incontestáveis o neoliberalismo se organiza enquanto sistema que adota um “[...] *regime de mercado de trabalho flexível, com empregos de baixos salários, onde a mão-de-obra as relações são livres de sindicalização e negociação coletiva*” (SPRINGER, 2016, p. 19, tradução nossa). Essas situações apresentadas acabam por abarcar todas as áreas e setores da sociedade de forma a modificar o conjunto não apenas das relações sociais, mas em especial das relações econômicas e políticas de forma a impactar diretamente as políticas públicas. Nesse sentido faz-se observar a seguinte situação:

À medida que o neoliberalismo se expandia como uma abstração teórica multifacetada entre os estudiosos, o consenso de definição sobre o que poderia realmente ser significado pelo termo diminuiu sem surpresa. O neoliberalismo foi criticado como sofrendo de promiscuidade (envolvido com muitas perspectivas teóricas), onipresença (tratada como um fenômeno universal ou global) e onipotência (SPRINGER, 2016, p. 20, tradução nossa).

Dentro deste cenário apresentado pode-se considerar que a educação pública não fica de fora, sendo amplamente atingida por este conjunto de reformas do Estado que buscam atender aos interesses do capital financeiro/econômico.

A reorganização do capitalismo mundial para a globalização da economia assim como o discurso do neoliberalismo de mercado e das mudanças técnico-científicas trouxeram novas exigências, agendas, ações e discurso ao

setor educacional, sobretudo a partir da década de 1980. Esse novo momento evidencia a crise de um modelo societário capitalista-liberal estatizante e democrático-igualitarista que direcionou, de certa forma, o projeto de modernização a partir da Segunda Guerra (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012, p. 108).

Observa-se assim que a educação pública brasileira acaba por entrar dentro da nova configuração que se desenha em nível mundial de forma a adotar uma configuração que busca atender as demandas do mercado capitalista-liberal.

Diante do exposto, verifica-se que a nova configuração estrutural e educacional, no plano mundial, impõe novos desafios e novo discurso ao setor educacional. A lógica do capitalismo concorrencial global e do paradigma da liberdade econômica e da eficiência e da qualidade encaminha, de forma avassaladora, novo modelo societário e as novas reformulações necessárias no setor educacional.” (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012, p. 119).

Entre os objetivos desta pesquisa analisou-se através de um Estudo de Caso realizado em uma instituição de ensino público estadual do estado do Rio Grande do Sul os impactos e percepções acerca das políticas de austeridade econômica nas políticas públicas de educação tal como são compreendidos e percebidos pelos professores. Dentro desta contextualização foi utilizada ao longo da pesquisa, como objeto de política de austeridade a PEC 241/95 também conhecida como PEC do Teto de Gastos. Neste sentido, cabe observar que a PEC do Teto de Gastos Públicos gerou um impacto significativo na educação pública uma vez que limitou por um período de vinte anos os investimentos públicos nessa área, trazendo assim inúmeras consequências para este setor.

Os investimentos em educação retrocederam ao patamar de 2002, em torno de R\$ 1,7 bilhão, após o máximo de R\$ 8,2 bilhões em 2012 e os gastos com custeio tiveram queda significativa nos últimos três anos, chegando ao patamar de R\$ 39,5 bilhões em 2018 (ROSSI *et al*, 2019, p. 15).

Dentro deste cenário, as escolas públicas passaram a ter menos recursos para investir em melhorias de infraestrutura, na contratação de professores e no oferecimento de programas e atividades extracurriculares. Universidades públicas também foram afetadas, com reduções no orçamento para pesquisa, extensão e investimentos em novos equipamentos. Além disso, a PEC 241/EC 95 também afetou programas importantes, como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e o Programa Universidade para Todos (ProUni). Com menos recursos, esses programas tiveram sua oferta reduzida, prejudicando a população que depende desses programas para ter acesso à formação profissional e ao ensino

superior. Outro impacto da PEC 241/EC 95 foi a dificuldade para as instituições públicas de educação lidarem com a inflação, já que os recursos disponíveis para a educação eram limitados ao orçamento do ano anterior, corrigido pela inflação. Isso significa que as instituições tiveram menos recursos para enfrentar os aumentos de preços e a demanda crescente por serviços educacionais. Em resumo, a PEC 241/EC 95 teve um impacto negativo na educação pública brasileira, prejudicando a oferta de ensino e afetando programas importantes, além de dificultar o enfrentamento da inflação e a melhoria da infraestrutura educacional.

A partir da análise dos impactos destas políticas, como já mencionado verificou-se, através de um Estudo de Caso, como a “burocracia do nível de rua”, isto é, como os funcionários públicos da área de educação (professores) que diretamente atuam no atendimento à população compreendem os impactos advindos desta política pública de austeridade e os impactos reais na execução e prestação do serviço público.

### 1.3 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

Quanto às considerações éticas que compõem o presente trabalho de pesquisa, faz-se necessário apresentá-las uma vez que a pesquisa foi desenvolvida a partir de um Estudo de Caso realizado com um grupo de seres humanos. Isto é, foram aplicados questionários aos participantes do referido estudo, onde os mesmos tiveram perguntas para serem respondidas. Estas perguntas foram referentes a percepções pessoais, bem como a percepções de caráter profissional. Como o Estudo de Caso que compõem a referida pesquisa foi realizado no mesmo ambiente onde o pesquisador tem o seu espaço/ ambiente profissional de trabalho, fez-se necessário a apresentação deste conjunto de considerações éticas. Este é um ponto importante a ser esclarecido pois explica e ao mesmo justifica certo enviesamento no resultado final da pesquisa, uma vez que os participantes da referida pesquisa de campo fazem parte do grupo de trabalho do qual o pesquisador também faz parte.

Para fins de justificativa, o pesquisador escolheu o seu espaço/ ambiente profissional para o desenvolvimento da pesquisa por se tratar de um tema que envolve a espinha dorsal da constituição da instituição de ensino a ser pesquisada. Isto é, por se tratar de uma instituição pública que está inserida na área da educação esta está sujeita às determinações de suas mantenedoras que em última instância são os

poderes públicos definidores de políticas públicas. Neste sentido, a instituição pública de ensino deve seguir a política pública definida por suas mantenedoras. Por este motivo, o pesquisador procurou entender, compreender e analisar como que o conjunto de políticas públicas aplicadas pelas mantenedoras impacta na prática diária que compõem o seu trabalho e o trabalho dos seus colegas de instituição.

Levando em consideração estes pontos apresentados, a pesquisa é pautada pelos princípios que regem a ética em pesquisa científica, sendo dessa forma a pesquisa submetida no site da Plataforma Brasil para fins de submissão do projeto de pesquisa. Após esta etapa, no momento de execução do Estudo de Caso, os participantes da pesquisa foram informados dos objetivos das características que compõem a mesma, bem como dos seus direitos enquanto integrantes voluntários da presente pesquisa. Após a finalização da pesquisa com os resultados finais os participantes foram convidados pelo pesquisador a acompanharem a divulgação dos referidos resultados que irão compor a pesquisa. Neste sentido é importante salientar que após a finalização do referido trabalho de pesquisa o mesmo será submetido à apresentações em congressos e demais eventos das área de Ciências Sociais, Sociologia e Políticas Públicas, em especial: o Congresso Anual da ANPOCS - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais, o Congresso Brasileiro de Sociologia da SBS - Sociedade Brasileira de Sociologia, o Congresso Brasileiro de Ciência Política da ABCP - Associação Brasileira de Ciência Política, Encontro Nacional de Políticas Públicas, entre outros, bem como também em eventos da área de Educação. Esta submissão do trabalho em eventos científicos além de ser uma forma de contribuição para o desenvolvimento científico do país é uma exigência para este trabalho em específico, uma vez que o pesquisador recebe financiamento da Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, órgão vinculado ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação do Governo Federal, através de uma bolsa de pesquisa, e desta forma faz-se necessário esta devolutiva à sociedade brasileira do investimento ocorrido ao longo do período de realização desta pesquisa dentro do curso de mestrado em Ciências Sociais que totaliza trinta meses. Também fará parte da devolutiva do trabalho de pesquisa a apresentação e publicização dos resultados ao grupo pesquisado. Essa devolutiva ao grupo tem por objetivo permitir que o grupo pesquisado tenha acesso aos resultados da pesquisa que ajudou a construir. Assim sendo dessa forma o conhecimento

científico se massifica e torna-se mais acessível a um número maior de pessoas, difundido por mais ambientes e espaços sociais.

#### 1.4 APRESENTAÇÃO DA ESTRUTURA DO TRABALHO

Quanto à estrutura do trabalho, o mesmo está organizado em seis capítulos que procuram apresentar o conjunto de tendências sociológicas a respeito das compreensões do grupo de professores pesquisados a respeito dos impactos das políticas públicas.

No capítulo um é feita a introdução da presente dissertação onde são apresentados os principais pontos teórico-conceituais que nortearão a mesma. Também compõem a presente introdução a apresentação dos marcos teóricos referentes as políticas públicas de austeridade e o conceito de burocracia do nível de rua, bem como a revisão da literatura que envolve o presente trabalho de pesquisa. Este capítulo de introdução se encerra com a apresentação das considerações éticas que envolveram a coleta de dados e de informações para o desenvolvimento da presente pesquisa.

No capítulo dois é feita a apresentação da metodologia de pesquisa através das técnicas utilizadas para a obtenção dos dados e das informações referentes ao estudo de caso. É um capítulo que busca apresentar as características metodológicas da pesquisa e como os dados e resultados são interpretados e analisados pelo pesquisador.

No capítulo três será feita uma apresentação da construção histórica e social das políticas públicas de educação, como estas surgiram, se desenvolveram e seus impactos no desenvolvimento social e político.

No capítulo quatro será feita uma análise sociológica das políticas de austeridade e os impactos das mesmas na educação pública. Nesse capítulo irá se analisar como que as políticas de austeridade impactam nas políticas públicas de educação.

No capítulo cinco serão apresentados os dados referentes ao estudo de caso, bem como as tendências que corroboram para a análise dos referidos dados. Por ser um capítulo de apresentação de dados ele procura apresentar os dados a partir do questionário aplicado no estudo de caso. É um capítulo que busca apresentar ao leitor os dados da pesquisa levando em consideração os resultados com as suas

respectivas tendências sociológicas. E por último, no capítulo seis, apresentam-se as considerações finais onde são apresentados os resultados finais da presente pesquisa, bem como algumas hipóteses levantadas a partir dos dados coletados.

## 2 METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa foi composta, em uma primeira etapa, de pesquisa bibliográfica sobre o tema acerca das características que envolvem as políticas de austeridade e os seus impactos nas políticas públicas de educação. Esta pesquisa bibliográfica teve como objetivo principal levantar as características que envolvem a formulação de políticas públicas com caráter de austeridade, bem como buscar os marcos legais das mesmas e os impactos para a área de educação a partir de dados concretos. Dados estes que foram coletados e obtidos a partir de estudos já realizados acerca do tema em periódicos de artigos científicos da área de ciências sociais e afins, livros, teses, dissertações e trabalhos de conclusão que abordam a temática pesquisada. Quanto às palavras-chave que compõem a revisão da literatura foram utilizadas as seguintes: educação pública; políticas públicas; austeridade; burocracia do nível de rua; desmonte do Estado. Essa busca se deu através das referências bibliográficas utilizadas ao longo da pesquisa e buscam apresentar as principais características que norteiam a presente pesquisa. Neste sentido é importante salientar que as palavras-chave buscam apresentar os principais pontos que são abordados ao longo do presente trabalho de pesquisa.

Em uma segunda etapa, analisou-se através de um estudo de caso numa instituição educacional pública quais foram os impactos resultantes do “sucateamento” da educação resultante das políticas de austeridade na percepção dos professores. Neste sentido, para uma melhor compreensão do tema de pesquisa e uma melhor obtenção do resultado final e a sua conseqüente análise sociológica fez-se necessário a compreensão de alguns limites. Inicialmente é necessário compreender que o presente estudo, por se tratar de um estudo com um grupo restrito terá como resultado a análise referente ao presente grupo, desta forma os resultados apresentados não devem ser tratados como resultados a serem generalizados e sim resultados que refletem as características do grupo pesquisado. *“Por objetivar compreender todo o comportamento do grupo, o estudo de caso não pode ser concebido segundo uma mentalidade única para testar proposições gerais”* (BECKER, 1993, p. 118).

Assim sendo, a pesquisa foi estruturada a partir de um questionário (em anexo) que foi aplicado aos participantes da pesquisa, isto é, a 47 professores e professoras de uma escola pública. O instrumento teve por objetivo verificar o entendimento e a compreensão dos participantes da pesquisa acerca dos impactos efetivos do

“sucateamento” da educação resultante das políticas de austeridade. Por efeitos do “sucateamento” da educação entende-se desde questões materiais que fazem parte da prática docente cotidiana até questões imateriais que envolvem condição psicológica docente.

Assim sendo os questionários que foram aplicados seguiram uma estrutura simples visando possibilitar ao professor pesquisado um claro entendimento acerca dos assuntos que estão sendo questionados dentro da pesquisa. Dessa forma os questionários estavam divididos em quatro partes de perguntas, a primeira parte é composta por 6 perguntas de apresentação pessoal do professor pesquisado, sendo que destas seis perguntas metade delas era dissertativa enquanto a outra metade era objetiva. A segunda parte de perguntas é composta por 4 perguntas referentes à formação escolar e atuação no magistério do professor pesquisado, sendo estas, três questões objetivas e uma dissertativa. A terceira parte refere-se à percepção do(a) professor(a) da escola sobre os impactos ocorridos na escola nos últimos 5 anos, no período de janeiro de 2019 a maio de 2023. Impactos estes que foram analisados a partir de uma escala de 0 a 10, sendo 0 o número que indica percepção de que as condições da escola pioraram muito, 5 que indica percepção que as condições da escola permanecem iguais a de cinco anos atrás e 10 que indica percepção de que as condições da escola melhoraram muito. A quarta parte refere-se à compreensão e interpretação das políticas de educação por parte do professor pesquisado e é composta por 14 perguntas, sendo treze questões objetivas e uma questão dissertativa. Neste ponto cabe ressaltar que o questionário aplicado teve caráter quantitativo, priorizando questões fechadas ao invés de questões abertas. Dessa forma o questionário aplicado lançou-se da estatística descritiva como forma de análise de dados. Assim, observa-se que os resultados da presente pesquisa decorrem das respostas obtidas no questionário e analisadas a partir dos resultados obtidos.

Reitera-se que a pesquisa utilizou o estudo de caso em virtude do tema de pesquisa que é a percepção de um grupo de indivíduos, professores, sobre um determinado conjunto de políticas públicas dentro do espaço de uma escola pública.

O estudo de caso geralmente tem um propósito duplo. Por um lado, tenta-se chegar a uma compreensão abrangente do grupo em estudo: quem são os seus membros? Quais são as suas modalidades de atividade e interação e

estáveis? Como elas se relacionam umas com as outras e como o grupo está relacionado com o resto do mundo (BECKER, 1993, p. 118).

Esta colocação que é apresentada por Becker traduz a síntese do Estudo de Caso e quais são as suas características principais.

As perguntas do questionário foram formuladas a partir dos quadros teóricos e conceituais da pesquisa.

Também se faz necessário comentar que a diretora da escola onde ocorreu a pesquisa autorizou a realização da mesma (em anexo). Para entender teoricamente a seleção dos participantes da pesquisa é necessário se utilizar da definição “seleção” apresentada por Bauer & Gaskell (2008) para explicarem a seleção de entrevistados que participam de entrevistas individuais e grupais:

O termo "seleção" é empregado explicitamente em vez de 'amostragem'. Isto porque a amostragem carrega, inevitavelmente, conotações dos levantamentos e pesquisa de opinião onde, a partir de uma amostra estatística sistemática da população, os resultados podem ser generalizados dentro de limites específicos de confiabilidade. Na pesquisa qualitativa, a seleção dos entrevistados não pode seguir os procedimentos da pesquisa quantitativa [...] (BAUER; GASKELL, 2008, p. 67).

A partir desta definição teórica apresentada por Bauer & Gaskell é possível traçar uma relação entre pesquisas que se utilizam do método qualitativo de entrevistas e os estudos de caso, uma vez que ambos procuram compreender sociologicamente de forma mais aprofundada as características sociais dos grupos que estudam, de forma a obter resultados que irão ser mais precisos no que tange às características sociais do grupo estudado em questão. Dessa forma as perguntas do questionário procuraram responder a questões teóricas que compõem o objeto de estudo desta pesquisa e assim sendo foram formuladas a partir dos quadros teóricos/conceituais que compõem a pesquisa. “*Ao mesmo tempo, o estudo de caso também tenta desenvolver declarações teóricas sobre a regularidades do processo e estrutura sociais*” (BECKER, 1993, p. 118).

Quanto aos resultados de pesquisa deve-se observar que foi utilizado o método de estudo de caso presente estudo de caso deve-se ressaltar que o mesmo foi realizado na mesma escola onde o pesquisador que realizou esta pesquisa trabalha, de forma que os resultados, também refletem a relação do pesquisador com o grupo de pesquisados. Do mesmo deve-se ressaltar, também, que a escolha dessa escola por parte do pesquisador deve-se ao fato de que ela possui um grupo de professores que atendem a todos os níveis da educação básica, tendo a escola um número de 39

turmas, sendo dessas: 9 turmas de Ensino Fundamental, compreendendo uma turma por ano do 1º ao 9º, e 30 turmas de Ensino Médio. Esses números fazem com o corpo docente da escola tenha um número total de 47 docentes, sendo 70,2% do sexo feminino e 29,8% do sexo masculino. Buscou assim analisar os resultados através de uma análise descritiva dos dados apresentados.

### **3 CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL E O DIREITO À EDUCAÇÃO**

A construção histórica das políticas educacionais no Brasil é um tema complexo e debatido por diversos pesquisadores. A educação no Brasil tem uma longa história, que remonta ao período colonial. No entanto, foi apenas no século XIX que o governo brasileiro começou a investir de forma significativa na educação. A primeira constituição brasileira, promulgada em 1824, já previa a educação como direito universal. No entanto, foi apenas na segunda metade do século XIX que o governo brasileiro começou a implantar políticas educacionais mais efetivas. Em 1879, foi criado o Ministério da Instrução Pública, responsável por coordenar as políticas educacionais do país. No início do século XX, o governo brasileiro investiu na construção de escolas públicas e na formação de professores. Também foi nesse período que o governo brasileiro começou a promover a educação para adultos. Em 1930, foi promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que estabeleceu as diretrizes gerais para a educação no país. A LDB de 1930 foi um marco importante na história da educação brasileira. A lei estabeleceu a obrigatoriedade do ensino primário para todas as crianças de 7 a 14 anos de idade. Também foi a primeira lei que definiu a educação como um direito universal. No período da ditadura militar (1964-1985), a educação brasileira foi fortemente controlada pelo governo. O governo militar fechou diversas universidades e centros de pesquisa, e também implantou um sistema de educação tecnicista, que privilegiava a formação de mão de obra para o mercado de trabalho. Em 1988, foi promulgada a Constituição Federal, que incluiu o direito à educação como um direito fundamental. A Constituição também estabeleceu a obrigatoriedade do ensino fundamental para todas as crianças de 6 a 14 anos de idade. Após a Constituição de 1988, o governo brasileiro investiu na expansão da educação básica. O governo também criou programas de educação para jovens e adultos, e programas de educação profissional. Nos últimos anos, a educação brasileira tem sido alvo de debates e controvérsias. Alguns especialistas criticam o modelo de educação vigente, que é visto como centrado no vestibular e na formação de profissionais para o mercado de trabalho. Outros especialistas defendem a necessidade de uma educação mais ampla e humanística, que prepare os alunos para a vida em sociedade. Com isso, relacionamos a condição da educação para o exercício da cidadania.

[...] a educação é condição inarredável para o exercício da cidadania, constituindo-se, portanto, em direito fundamental de todos os seres humanos. Em especial nas sociedades complexas e economicamente embasadas no conhecimento, aqueles que não têm acesso à educação são impedidos de participar da vida tanto cultural quanto econômica da sociedade. Mais que isso, os sujeitos são prejudicados na sua realização como seres humanos, uma vez que a identidade do sujeito se constitui em sociedade (GOERGEN, 2013, p. 740).

A construção histórica das políticas educacionais no Brasil é um processo complexo e dinâmico. As políticas educacionais brasileiras têm sido influenciadas por diversos fatores, como a economia, a política, a cultura e a sociedade. As políticas educacionais brasileiras têm também evoluído ao longo do tempo, em busca de uma educação mais justa e inclusiva.

Aqui estão alguns dos principais marcos da história das políticas educacionais no Brasil:

- a) 1549: Fundação da primeira escola no Brasil, em Salvador;
- b) 1827: Lei Geral de Instrução Pública, que torna a educação obrigatória para todos os brasileiros;
- c) 1890: Lei 1.420, que cria o ensino primário gratuito e obrigatório;
- d) 1931: Lei 19.851, que cria o ensino superior no Brasil;
- e) 1961: Lei 4.024, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- f) 1988: Constituição Federal, que garante o direito à educação básica gratuita e obrigatória para todos os brasileiros;
- g) 2014: Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece metas para a educação brasileira até 2024.

Nesse sentido cabe também o questionamento quanto ao direito à educação no Brasil. Este é assegurado pela Constituição Federal de 1988, que prevê a educação básica como obrigatória e gratuita para todos os brasileiros. A educação básica compreende o ensino infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Conceitualmente cabe observar que “[a] educação básica é um conceito mais do que inovador para um país que, por séculos, negou, de modo elitista e seletivo, a seus cidadãos, o direito ao conhecimento pela ação sistemática da organização escolar” (CURY, 2008, p. 294). A construção histórica do direito à educação no Brasil é marcada por avanços e retrocessos. A garantia do direito à educação no Brasil tem

uma história longa e complexa. Os primeiros registros de escolas no Brasil datam do século XVI, mas a educação era destinada apenas a uma pequena elite. Foi apenas no século XIX, com a chegada da República, que a educação passou a ser universalizada.

No período colonial, a educação era destinada apenas aos filhos dos colonos e dos jesuítas, e os indígenas eram proibidos de frequentar a escola. No período imperial, a educação passou a ser obrigatória para todos os cidadãos, mas a qualidade do ensino era muito baixa. Na República Velha, a educação continuou a ser negligenciada, e o analfabetismo era muito alto. A partir da década de 1930, o governo federal passou a investir mais na educação, e foram criados novos órgãos e instituições para a educação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1961, foi um marco na história da educação brasileira, pois definiu os princípios e diretrizes da educação nacional. Na década de 1980, o movimento de redemocratização do país impulsionou a educação, e foram criadas novas políticas públicas para a educação básica e superior. A Constituição Federal de 1988, por sua vez, garantiu o direito à educação básica gratuita e obrigatória para todos os brasileiros. Nos anos 2000, o governo federal continuou a investir na educação, e foram criados novos programas e projetos para melhorar a qualidade do ensino. O Plano Nacional de Educação (PNE), de 2014, é um dos principais documentos da política educacional brasileira, e estabelece metas para a educação brasileira até 2024.

Este processo de construção histórica é apresentado de forma teórico-conceitual por Kuenzer (2008) que aborda a definição de *inclusão excludente* que acaba por indicar um processo de massificação do acesso à educação em função das novas relações de trabalho que se apresentaram a partir do século XX e XXI.

A inclusão excludente, portanto, é a lógica que rege as relações entre trabalho e educação no regime de acumulação flexível; neste sentido, poderá ser atenuada por efeito dos enfrentamentos políticos, mas jamais resolvida neste modo de produção [...] (KUENZER, 2008).

Ainda dentro desse processo apresentado de *inclusão excludente* que é apresentado por Kuenzer soma-se a contribuição de Gentili que em seu artigo O Direito à Educação e as dinâmicas de exclusão na América Latina aborda como que o processo de construção histórico das políticas educacionais ocorreu de forma semelhante e levando em consideração os diferentes fatores que constituem a

formação das sociedades latino-americanas. Nesse sentido, cabe observar o que é apresentado como noção de exclusão e de inclusão. “*A exclusão é uma relação social, e não um estado ou posição ocupada na estrutura institucional de uma determinada sociedade*” (GENTILI, 2009, p. 1062).

Dessa forma, os que estão excluídos do direito à educação não estão excluídos somente por permanecerem fora da escola, mas também por formarem parte de um conjunto de relações e circunstâncias que os afastam desse direito, negando ou atribuindo-lhes esse direito de forma restrita, condicionada ou subalternizada (GENTILI, 2009, p. 1062).

“*A inclusão é um processo democrático integral, que envolve a superação efetiva das condições políticas, econômicas, sociais e culturais que historicamente produzem a exclusão*” (GENTILI, 2009, p. 1062). Essas definições apresentadas por Gentili somam-se aquelas que Kuenzer apresenta sobre a mesma temática. Nesse sentido é importante observar que o processo de inclusão da população latino-americana em especial a brasileira dentro do sistema educacional formal se deu através do tempo levando em consideração as inúmeras desigualdades sociais e por consequência levaram a um processo de elitização da educação em nossa sociedade.

Nesse sentido é importante constatar que as políticas educacionais foram sendo construídas em função de demandas e necessidades de diferentes grupos sociais, desde os mais pobres até os grupos detentores do capital econômico que possuem algum tipo de interesse em políticas educacionais que visem os seus interesses. Nesse sentido cabe identificar um processo que também se relaciona com as situações anteriormente citadas nesse capítulo que dizem respeito ao processo de inclusão dos excluídos e por consequência daqueles que historicamente dependem das ações do Estado e de suas políticas para acessarem ao sistema de educação vigente. Segundo Arroyo (2011) este é um processo que resulta em uma dicotomia, pois se por um lado há uma inclusão dentro do sistema de educação formal daqueles que historicamente eram deixados de lado, por outro lado este mesmo sistema não garante as condições mínimas necessárias para que haja a permanência desse aluno.

Na função de incluir os excluídos, a escola e as políticas educativas sentem-se em sua função. Primeiro por ser uma função mais leve do que acabar com as desigualdades. Segundo porque a dicotomia incluídos-excluídos, dentro dos muros, atrás dos muros, do lado de dentro e do lado de fora, pressupõe que são aqueles que estão dentro os que decidem e controlam as políticas de inclusão. Eles dão os vistos, os passaportes para entrar, selecionar, definir, gerenciar as condições e exigências de inclusão. É tarefa dos de dentro definir os percursos escolares, os atestados, diplomas, os êxitos ou fracassos, os que passam de ano, de lugar social e espacial. Tarefa dos

formuladores de políticas e de regimentos, de currículos e de normas, de avaliações e aprovações-reprovações (ARROYO, 2011, p. 89-90).

Assim é importante verificar que a exclusão bem como a inclusão é um processo que permeia as relações sociais e que possui um objetivo a ser alcançado através de políticas públicas, neste caso de políticas públicas educacionais. Bem como é importante observar que este processo de construção das políticas educacionais, historicamente negou aos pobres o direito do acesso à educação o que fez com que grande parte da população brasileira ficasse à margem do desenvolvimento educacional e técnico científico existente. Gentili comenta que este processo de negação da educação à população pobre se fez em um primeiro momento com o impedimento desta população aos espaços escolares e em um segundo momento através da falta de qualidade que esses espaços oferecem a esta mesma população.

Historicamente, negou-se aos pobres o direito à educação impedindo seu acesso à escola. Hoje, esse direito é negado quando não lhes é oferecida outra alternativa a não ser a de permanecer em um sistema educacional que não garante nem cria condições para o acesso efetivo a uma educação de qualidade, quando se limitam as condições efetivas de exercício desse direito pela manutenção das condições de exclusão e desigualdade que se transferiram para o interior do próprio sistema escolar [...]. Estas condições bloqueiam, travam e limitam a eficácia democrática do processo de expansão educacional, conduzindo os pobres para o interior de uma instituição que, em um passado próximo, dispunha de um conjunto de barreiras que limitavam suas oportunidades de acesso e permanência (GENTILI, 2009, p. 1062).

Desta forma o que se observa é que a política pública educacional brasileira vem procurando ao longo dos anos permitir com que a população mais pobre ocupe os espaços de educação formal, porém ao mesmo tempo nega esses espaços ao não os modificar em suas estruturas e mantê-las igual a um passado relativamente próximo.

Dentro deste cenário deve-se procurar entender que as políticas públicas educacionais devem permear o princípio de que a educação é um direito humano fundamental para o desenvolvimento das sociedades humanas, tanto em aspectos técnico-científico como em aspectos econômicos o que indica que o direito à educação não pertence a ninguém ou a nenhum grupo específico e sim ao conjunto das sociedades humanas, portanto não deve ser privado, tão pouco deve se pautar por uma lógica privatista. *“Em outras palavras, não há princípio de maioria que se aplique aos direitos humanos: não é porque um grande número de pessoas possui ‘direito à educação’ que o direito à educação é um direito coletivo”* (GENTILI, p. 1075, 2009).

Esta diferenciação entre o que é algo coletivo e universal e o que é individual e privado acaba por ser um ponto chave central para a compreensão e análise sócio-histórica da construção das políticas educacionais e o direito à educação.

Isso é o que diferencia o valor público e político da educação como direito de todos, contra o princípio mercantilizador e privatizador da educação como um direito individual, que somente adquire relevância na medida em que é capaz de criar valores no mercado (GENTILI, 2009, p. 1075).

Esses pontos apresentados por Gentili vão ao encontro daquilo que Cury aborda em relação à questão da qualidade da educação. E nesse ponto deve-se observar que a qualidade, segundo Cury (2014) não tem a ver com o mero acesso ao sistema de educação, mas sim com a formação que ocorre dentro desse sistema de educação e, portanto, com aquilo que de alguma forma é aprendido pelo estudante ao longo do seu processo de formação escolar. Nesse sentido,

[a] qualidade não é a falta de acesso, não é o aligeiramento não é a carência de recursos e, sobretudo, não é a saída dos egressos sem o domínio daquilo que a LDB considera como formação comum (art. 22) e formação básica do cidadão (art. 32) e respectivos objetivos e finalidades (art. 32 e art. 35) (CURY, 2014, p. 1055).

Corroborando com a ideia de Cury, Boto (2005) aborda também a questão da qualidade da educação e, portanto, a importância desta no êxito dos alunos dentro do processo de aprendizagem. “*Consolidado esse primeiro direito político relativo à educação –o acesso à escola pública –, será preciso assegurar uma boa qualidade, que possibilite o êxito dos alunos todos no processo de aprendizado*” (BOTO, 2005, p. 788).

#### **4 POLÍTICAS DE AUSTERIDADE: O QUE SÃO? QUAIS SÃO SUAS CARACTERÍSTICAS, OS SEUS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO PÚBLICA: EXEMPLO DA PEC 241/95 E O DESMONTE DO ESTADO BRASILEIRO**

O presente capítulo aborda o que são as políticas de austeridade em um sentido mais amplo, suas características econômicas, a relação das mesmas com o neoliberalismo e os impactos decorrentes destas nas políticas públicas.

As políticas de austeridade são frequentemente adotadas em períodos de crise econômica, quando os governos precisam reduzir seus gastos para evitar o colapso financeiro. No entanto, as políticas de austeridade também podem ter um impacto negativo sobre a economia, levando ao aumento do desemprego, da pobreza e da desigualdade. Elas podem ser implementadas de diversas maneiras. Uma das formas mais comuns é o corte de gastos públicos em áreas como saúde, educação e assistência social. Outra forma de implementar as políticas de austeridade é aumentar os impostos. Também é comum e frequente ver críticas por seus efeitos negativos sobre a economia. No entanto, os defensores das políticas de austeridade argumentam que elas são necessárias para restaurar a saúde financeira dos governos. Porém antes de apresentar algumas das definições acerca das políticas de austeridade é necessário apontar que este não é um termo de origem econômica. Primeiramente é importante considerar-se alguns pontos acerca do que significa austeridade para uma melhor compreensão teórico-conceitual. O conceito de austeridade surgiu de forma mais ampla a partir da crise econômica de 2008. Aqui cabe um exemplo prático que nos auxilia no entendimento: no Reino Unido que naquele momento era governado pelo partido conservador através do Primeiro Ministro David Cameron que anunciou que o país entraria na chamada “Era da Austeridade”, esta fala acabou por levantar a discussão e o debate, principalmente na esfera, acerca da temática da austeridade e os seus impactos. Dentro de um cenário de crise econômica, acabaram por emergir na Europa diferentes políticas de austeridade econômica que colocaram a palavra austeridade na agenda e ordem do dia. O que significa que as políticas públicas acabam por serem determinadas a partir deste momento por uma estrutura que visa a austeridade, isto é, a contenção de gastos públicos (ARANTES; DWECK; ROSSI, 2018).

Em 2010, o dicionário Merriam-Webster's, um dos mais importantes da língua inglesa, elegeu a palavra 'austeridade' como a palavra do ano com base no número de pesquisas que a palavra gerou na internet (ARANTES; DWECK; ROSSI, 2008, p. 15).

Observa-se assim que a palavra austeridade possui um significado teórico conceito muito adequado ao cenário de crise econômica mundial no qual os países estão inseridos. Do mesmo modo, é importante contextualizar que austeridade é uma palavra cujo conceito remete a filosofia moral, o que indica que está tratando-se de uma palavra é um conceito que é mais amplo. A austeridade dentro deste espectro é um conceito que será tratado como algo que remete a prudência e a sobriedade.

A palavra tem origens na filosofia moral e aparece no vocabulário econômico como um neologismo que se apropria da carga moral do termo, especialmente para exaltar o comportamento associado ao rigor, à disciplina, aos sacrifícios, à parcimônia, à prudência, à sobriedade e reprimir comportamentos dispendiosos, insaciáveis, pródigos, perdulários (ROSSI *et al*, p. 3, 2019).

Também é importante salientar que a definição de austeridade é incorporada pelo discurso econômico, porém, mantém a sua lógica de pensamento que se atrela uma filosofia moral que acaba colocando o indivíduo como detentor da capacidade de passar suas qualidades e defeitos para o plano da esfera pública.

Como veremos mais adiante, o discurso moderno da austeridade ainda carrega essa carga moral e transpõe, sem adequadas mediações, essas supostas virtudes do indivíduo para o plano público, personificando, atribuindo características humanas ao governo (ROSSI *et al*, 2019, p. 3-4).

Assim sendo, cabe refletir sobre como a lógica que envolve a austeridade foi sendo desenvolvida e sendo sustentada ao longo do tempo diante de um processo de desaceleração econômica, em especial, em períodos de crises econômicas que acabam por justificar esse processo.

[...] o argumento moderno pela austeridade foi desenvolvido por um grupo de acadêmicos do qual o mais proeminente é Alberto Alesina. A intuição básica do argumento é que, em tempos de crise, as políticas fiscais restritivas (aumento de impostos ou, preferencialmente, redução de gastos) podem ter efeito expansionista, de aumento do crescimento econômico. O debate econômico em torno dos efeitos da contração fiscal deu corpo ao conceito de austeridade que pode ser definido por seu instrumento (ajuste fiscal — de preferência corte de gastos) e seus objetivos (gerar crescimento econômico/equilibrar as contas públicas). Nesse sentido, a austeridade é a política que busca, por meio de um ajuste fiscal, cortar gastos, ajustar a economia e promover o crescimento, preferivelmente (ROSSI *et al*, 2019, p. 4).

Dentro deste espectro é importante observar que a austeridade fiscal possui uma lógica que se sustenta em cenários econômicos onde há processos de desaceleração da atividade econômica e endividamento público. Dessa forma, o que acaba por sustentar a lógica da austeridade é o processo que envolve o corte de gastos e o aumento de impostos.

A defesa da austeridade fiscal sustenta que, diante de uma desaceleração econômica e de um aumento da dívida pública, o governo deve realizar um ajuste fiscal, preferencialmente com corte de gastos públicos em detrimento de aumento de impostos. Esse ajuste teria efeitos positivos sobre o crescimento econômico ao melhorar a confiança dos agentes na economia (ROSSI *et al*, 2019, p. 4).

A seguir, estão alguns dos principais efeitos das políticas de austeridade:

- a) Aumento do desemprego: as políticas de austeridade podem levar ao aumento do desemprego, pois os governos cortam gastos em áreas como saúde, educação e assistência social;
- b) Aumento da pobreza: as políticas de austeridade também podem levar ao aumento da pobreza, pois as pessoas que perdem seus empregos ou têm seus salários reduzidos têm mais dificuldade para se sustentar;
- c) Aumento da desigualdade: as políticas de austeridade podem aumentar a desigualdade, pois os ricos são menos afetados pelos cortes de gastos do que os pobres.

As políticas de austeridade são uma questão complexa e existem argumentos a favor e contra sua adoção. Nesse sentido, é sempre importante considerar todos os efeitos das políticas de austeridade antes de decidir se elas são a melhor opção para o país. Pinho (2022) aborda os principais efeitos das políticas de austeridade através de análises referentes a constitucionalização da austeridade a partir da PEC 241/EC 95 e das reformas da Previdência Social e Trabalhista que ocorreram em 2016. Análises estas que permitem uma maior compreensão acerca dos efeitos das políticas de austeridade elencados.

A constitucionalização da austeridade fiscal teve efeitos devastadores sobre a economia e o tecido social. Em primeiro lugar, houve a desaceleração da economia e o aumento do desemprego. Segundo, com a reforma trabalhista, que impôs a primazia do negociado sobre o legislado e o contrato intermitente, a correlação de forças entre empresários e trabalhadores ficou amplamente desfavorável a este último grupo, sujeito a baixos salários, à

precarização das condições de trabalho e o temor do desemprego (PINHO, 2022, p. 19).

Outro ponto apresentado por Pinho refere-se a lógica da austeridade e de como esta relaciona-se com a lógica do capitalismo financeiro. Segundo esse autor, o capitalismo financeiro acaba por instrumentalizar as estruturas que compõem o Estado que por sua vez acaba organizando suas ações a partir da lógica da austeridade.

A lógica da austeridade incrementa a estrutura de acumulação do capitalismo financeiro, uma vez que aumenta o desemprego, retrai os salários e desmonta os serviços públicos. As famílias, como não conseguem arcar com os custos de alimentação, saúde, transporte, habitação, são submetidas a um processo de endividamento junto aos bancos, que se apropriam de grande parcela de sua renda, notabilizando o vínculo entre austeridade e financeirização (PINHO, 2022, p. 19)

Outro ponto que corrobora para os efeitos negativos das políticas de austeridade diz respeito ao fato de que estas acabaram por serem institucionalizadas pelos governos, em especial, por aqueles que priorizam as políticas pró-mercado financeiro:

As políticas do governo parlamentar, que institucionalizam a austeridade perene e defenestram o legado da Seguridade Social da Constituição Federal de 1988, priorizam fundamentalmente os interesses da aristocracia financeira, cada vez mais organizada e politicamente estruturada (PINHO; TEIXEIRA, 2018, p. 23).

Os impactos negativos das políticas de austeridade na educação pública brasileira têm sido sentidos por alunos, professores e famílias. Os alunos têm tido mais dificuldade para aprender, os professores têm trabalhado mais e as famílias têm tido que gastar mais com a educação dos filhos, tudo isto posto têm levado a uma diminuição da qualidade do ensino, ao aumento do abandono escolar e à piora das condições de trabalho dos professores. Nesse sentido, cabe observar um estudo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) que mostrou que o número de escolas públicas brasileiras caiu de 182.199 em 2010 para 170.194 em 2017. O estudo também mostrou que o número de professores públicos brasileiros caiu de 2,6 milhões em 2010 para 2,3 milhões em 2017. Os cortes de gastos também levaram à piora da qualidade do ensino. Um estudo do Conselho Nacional de Educação (CNE) mostrou que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) das escolas públicas brasileiras caiu de 4,6 em 2010 para 4,5 em 2017.

Esse ponto em específico refere-se tanto a questões de ordem demográfica quanto de ordem de política de austeridade.

As políticas de austeridade são uma questão complexa e existem argumentos a favor e contra sua adoção. No entanto, é importante considerar os impactos negativos das políticas de austeridade na educação pública brasileira antes de decidir se elas são a melhor opção para o país. Nesse sentido, é importante constatar que as políticas de austeridade têm por objetivo reduzir os déficits orçamentários do governo por meio de cortes de gastos, aumento de impostos ou uma combinação de ambos. Corrobora para esta visão a definição apresentada por Pedro Rossi, Ana Luíza Matos de Oliveira, Flávio Arantes e Esther Dweck (2019) que definem políticas de austeridade como “*uma política de ajuste da economia fundada na redução dos gastos públicos e do papel do Estado em suas funções de indutor do crescimento econômico e promotor do bem-estar social*” (ROSSI *et al*, 2019, p. 2). Essa definição contempla bem como que o processo de austeridade acaba por impactar a sociedade e gerar inúmeras consequências de ordem macroeconômica e condiciona a capacidade de investimentos dos governos nas diferentes áreas que compõem a ação estatal, em especial as áreas sociais, das quais a educação faz parte. Nesse ponto é importante observar que os processos que nortearam as políticas de austeridade começaram a ganhar maior visibilidade no Brasil a partir de 2015 com planos de ajuste econômico a curto prazo, porém foi a partir de 2016 através da PEC 241/EC 95 que esse processo de começou a ganhar destaque e impactar mais a estrutura do Estado brasileiro e por consequência a educação pública.

As práticas políticas em nome dessa ideia assumiram protagonismo no Brasil em 2015 como um plano de ajuste de curto prazo da economia brasileira. Porém, em 2016, os princípios da austeridade passaram a nortear o setor público de forma estrutural com a Emenda Constitucional 95 (EC 95) que impõe uma redução do tamanho relativo do Estado para os próximos 20 anos (ROSSI *et al*, 2019, p. 2).

Também é importante observar e analisar que este processo que é apresentado pelos autores citados levou o Estado brasileiro a se nortear por um princípio de corte de gastos de forma a direcionar estes para atividades que sejam do interesse do capital econômico, deixando assim de lado atividades que se caracterizam por sua matriz de cunho social.

Essa nova forma de gestão do orçamento público tem consequências macroeconômicas e distributivas e condiciona a capacidade dos governos de

induzir o crescimento econômico e de promover o bem-estar social, conforme discutido na literatura econômica. Tal mudança também afeta o financiamento da atuação pública em diversos campos sociais como na educação (ROSSI *et al*, 2019, p. 2).

Quanto aos impactos das políticas de austeridade na educação pública cabe apresentar algumas situações que servem de modelo para a compreensão e análise acerca da forma como estes impactos afetam a educação. Inicialmente cabe analisar como este processo se deu a partir da Constituição Federal. Rossi, Oliveira, Arantes e Dweck apresentam como se deu este processo de financiamento da educação pública em diferentes períodos e como eles foram afetados pela criação da PEC 241 / EC 95.

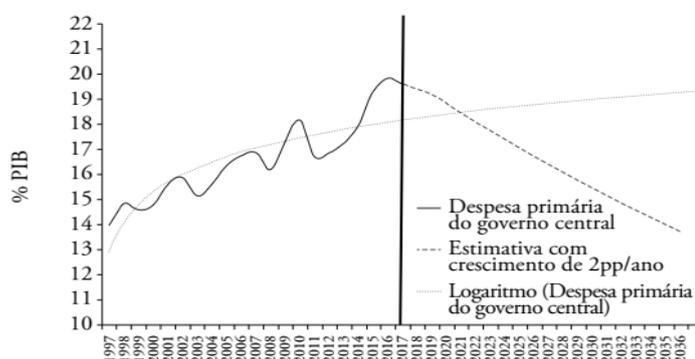
Desde a Constituição Federal (CRFB) de 1934, o principal mecanismo de financiamento da educação é a vinculação de um percentual mínimo de recursos tributários, conforme apontam Pinto e Adrião (2006). Esse mecanismo de financiamento foi interrompido em períodos ditatoriais: o primeiro marcado pela CRFB de 1937, e o segundo na CRFB de 1967, originária do golpe militar de 1964, que suprimiu a vinculação constitucional de recursos para a educação, diminuindo os investimentos governamentais nessa área em relação a outros gastos. Com a redemocratização, a sociedade escolheu reverter o descaso com o gasto em educação e definiu a área como prioridade. Com isso, o texto constitucional de 1988, em seu Artigo 212, ampliou o mínimo para os gastos públicos da União com educação para 18% da Receita Líquida de Impostos (RLI) e manteve a vinculação de 25% de receitas para os estados e municípios. Essa vinculação, que garantiu o crescimento das receitas para a área de educação, é desfeita pela EC 95 de 2016. (ROSSI *et al*, 2019, p. 9).

Percebe-se que antes da criação da PEC 241 / EC 95 os percentuais de investimento na educação estavam diretamente vinculados a percentuais definidos na Constituição Federal. Mesmo com as alterações constitucionais que ocorreram ao longo do tempo de 1934 a 1988 a educação manteve os seus percentuais mínimos de investimentos. Percentuais estes que foram desfeitos a partir de 2016 com a PEC 241 / EC 95.

A EC 95 estabelece um novo regime fiscal, instituindo uma regra para as despesas primárias do Governo Federal com duração para 20 anos e possibilidade de revisão — restrita ao índice de correção — em 10 anos. Nessa regra, o gasto primário do governo federal fica limitado por um teto definido pelo montante gasto no ano de 2017 reajustados pela inflação acumulada, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Em síntese, o novo regime fiscal implica congelamento real das despesas do Governo Federal, o que resulta em redução do gasto público em relação ao PIB e ao número de habitantes, por causa do crescimento da economia e da população ao longo dos anos. Ou seja, de acordo com a regra proposta, os gastos públicos não vão acompanhar o crescimento da renda e da população. (ROSSI; OLIVEIRA; ARANTES; DWECK, p. 9-10, 2019).

É possível analisar os impactos das políticas públicas de austeridade e os impactos das mesmas na educação pública através dos exemplos apresentados nos Gráficos de número 1 e 2. Observa-se que no Gráfico 1 é apresentada a projeção de gasto do governo federal com educação com e sem a PEC 241 / EC 95. Segundo o gráfico a projeção apresenta a partir de 2016, ano de aprovação da PEC 241 / EC 95 uma queda no investimento em educação de forma que a previsão para o ano de 2036 é de que o valor investido seja inferior e/ou próximo ao utilizado no ano de 1997, primeiro ano do levantamento. Já no Gráfico 2 é possível perceber que antes da aprovação da PEC 241 / EC 95 havia um percentual mínimo de que era estipulado em 18% levando em consideração a Receita Líquida de Imposto (RLI). Isto significa que independentemente do montante líquido arrecadado em impostos 18% desse valor deveria ir para educação. Já pela nova regra que leva em consideração a PEC 241 / EC 95 os percentuais de gasto e investimento em educação caem progressivamente dos 18% em 2016 para 13% em 2036. Este exemplo apresentado pelos dois gráficos (Figura 1 e Figura 2) abaixo demonstra bem como ocorrem os impactos de uma política pública baseada na austeridade fiscal e como estas impactam de forma negativa o investimento na educação pública em nosso país.

Figura 1 – Gasto primário do Governo Federal em porcentagem do produto interno bruto (PIB), antes da Emenda Constitucional nº 95 (EC 95) e projeção até 2037

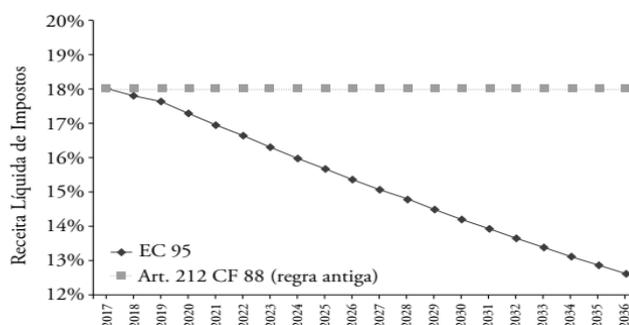


Fonte: (ROSSI *et al*, 2019, p. 10).

Esta primeira figura permite observar que a partir do ano de 2016, ano da aprovação da PEC 241/95, a estimativa de gasto do Governo Federal com a despesa primária é de queda, levando-se em conta a estimativa de crescimento de 2 pontos percentuais ao ano até o ano de 2037. O que o gráfico nos apresenta é que a partir da aprovação da PEC 241/95 mesmo que haja um crescimento de 2 pontos

percentuais anuais no PIB o investimento público em educação sairia dos 19% de 2016 para 13% em 2037. Esta situação é mais visível no gráfico 2 onde são apresentados os valores mínimos constitucionais e como os mesmos ficam a partir da aprovação da PEC 241/95.

Figura 2 – Mínimos para gastos federais com manutenção e desenvolvimento do ensino na regra antiga e na Emenda Constitucional nº 95 (EC 95)



Fonte: (ROSSI *et al*, 2019, p. 12).

Esta segunda figura apresenta de forma bastante clara como que a PEC 241/95 irá afetar a curto, médio e especial a longo prazo os investimentos em educação uma vez que como está apresentado até 2016 seguia-se a regra dos mínimos constitucionais, levando-se em consideração o Artigo 212 da Constituição Federal. Este artigo previa um mínimo de 18% de investimento público em educação a partir da Receita Líquida de Impostos. A partir da nova regra implementada pela PEC 241/95 o que se observa é uma queda no percentual de investimento passando de 18% e 19% em 2016 para 13% em 2036, o que significa retornar ao patamar de investimento do ano 1996. Como análise a respeito dos resultados apresentados por esses dois gráficos pode-se concluir que em relação aos efeitos da PEC 241/95 estes já poderiam ser sentidos e percebidos na prática, a partir de 2023, pelos professores, uma vez que os resultados apresentam uma queda significativa nos percentuais dos valores a serem investidos a partir do ano de 2023.

De forma mais específica, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241/2016, que institui a Emenda Constitucional 95/2016, foi um marco na política brasileira. A PEC 241 / EC 95 estabeleceu um teto para os gastos públicos em educação, saúde e seguridade social, e limitou o aumento desses gastos à inflação. Seu principal objetivo se constitui na redução dos gastos públicos do Estado e, por

consequência, diminuir o tamanho e contrair ao máximo o Estado brasileiro, bem como também ampliar e aumentar o superávit do Estado.

O grande objetivo da EC 95 é reduzir as despesas públicas federais para contrair cada vez mais o tamanho do Estado Brasileiro. O objetivo principal é ampliar o superávit primário sem ter que alterar a arrecadação federal, abrindo espaço inclusive para redução da arrecadação em um futuro próximo, ou seja, um ajuste fiscal permanente (ROSSI; DWECK; SILVEIRA, 2020, p. 51).

Nesse sentido, o problema da pesquisa versa sobre a temática das Políticas de Austeridade e os Impactos nas Políticas Públicas de Educação. O impacto da PEC do Teto de Gastos nas políticas públicas de educação servirá como norte de exemplo a ser considerado no que tange às políticas públicas de austeridade. Sobre a “PEC do Teto de Gastos” cabem algumas considerações a serem observadas: O Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 241 foi uma proposta de alteração da Constituição Brasileira apresentada em 2016, também conhecida como "PEC do Teto dos Gastos" ou "PEC do Novo Regime Fiscal". Ela foi proposta pelo governo do então presidente Michel Temer como uma medida para controlar os gastos públicos e equilibrar as finanças do governo. A PEC 241 propunha estabelecer um limite para o aumento dos gastos públicos pelos próximos 20 anos, ajustado apenas pela inflação do ano anterior. Isso significa que os gastos federais, incluindo áreas como saúde, educação e assistência social, só poderiam ser corrigidos pela inflação, sem considerar o aumento da demanda por serviços públicos decorrente do crescimento populacional e outras necessidades. A justificativa do governo para a proposta era a necessidade de conter o déficit público e controlar o endividamento do país, buscando recuperar a confiança dos investidores e promover a sustentabilidade fiscal. No entanto, críticos da PEC argumentavam que ela poderia comprometer os investimentos em áreas essenciais, como saúde e educação, afetando principalmente os mais vulneráveis e agravando as desigualdades sociais. Após sua apresentação, a PEC 241 foi aprovada pelo Congresso Nacional e promulgada como Emenda Constitucional nº 95 em dezembro de 2016. A EC 95 estabelece o novo regime fiscal para o governo federal, limitando os gastos públicos por 20 anos a partir de 2017, com a correção apenas pela inflação. Desde então, a medida tem sido objeto de debates e discussões sobre seus impactos na sociedade brasileira.

A título de exemplo, a despeito dos impactos da PEC 241 podem ser consideradas dois exemplos: O primeiro deles diz respeito à assistência social, onde

a redução dos recursos afetou programas sociais como o Bolsa Família, que atende a população mais vulnerável, além de prejudicar a oferta de serviços como creches, abrigos e assistência a idosos. E o segundo deles, que é o objeto de estudo dessa pesquisa é a educação, onde a redução dos recursos pode afetar e impactar a contratação de professores, a manutenção das escolas e a oferta de programas educacionais. Isso acabou por comprometer a qualidade da educação oferecida, além de aumentar a evasão escolar, a desigualdade educacional entre outros. Dados apresentados por Rossi, Oliveira, Arantes e Dweck (2019) mostram como a redução dos recursos em função da PEC 241/55 acabou por impactar a educação a partir da aprovação e implementação da PEC.

Para além do projeto de austeridade fiscal a longo prazo, cujo pilar é a EC95, os efeitos dos cortes de gastos já se fazem sentir desde 2015 com a virada na política macroeconômica. Quando se analisa a execução orçamentária da Função Educação (Gráfico 3), que considera todos os recursos federais destinados a pagamento de pessoal e encargos, despesas de custeio e investimentos relacionados aos programas da educação, percebe-se que o governo federal interrompe a trajetória de aumentos das dotações orçamentárias autorizadas para esses gastos em termos reais. O corte dos gastos públicos destinados à educação já ficou evidente a partir de 2015, pois, após o máximo de R\$ 133,1 bilhões naquele ano, o orçamento autorizado para a função educação caiu para R\$ 119,1 bilhões em 2016 e R\$ 116,0 bilhões em 2018. O Gráfico 3 ainda mostra que os empenhos caíram em termos reais de R\$ 119,6 bilhões em 2015 para R\$ 113,9 bilhões em 2018 e os gastos liquidados permaneceram no mesmo patamar (na média de R\$ 104,0 bi) nos últimos três anos. e encargos cresceram ao longo da série, os gastos com investimento caíram a partir de 2012 e os gastos com custeio (outras despesas correntes) começaram a cair a partir de 2014. Os investimentos em educação retrocederam ao patamar de 2002, em torno de R\$ 1,7 bilhão, após o máximo de R\$ 8,2 bilhões em 2012 e os gastos com custeio tiveram queda significativa nos últimos três anos, chegando ao patamar de R\$ 39,5 bilhões em 2018 (ROSSI *et al*, 2019, p. 14-15).

Observa-se assim que a PEC 241 / EC 95 é uma medida de austeridade fiscal, que foi adotada para reduzir o déficit público. No entanto, ela também teve um impacto negativo no Estado brasileiro. Também se observa que ela levou a cortes de gastos em educação, saúde e seguridade social, o que prejudicou a qualidade dos serviços públicos e o bem-estar da população. Ela também contribuiu para o desmonte do Estado brasileiro. A PEC 241 / EC 95 limitou o poder do Estado de investir em políticas públicas, o que contribuiu para o aumento da desigualdade social e da pobreza, sendo uma medida polêmica.

Nessa regra, o gasto primário do governo federal fica limitado por um teto definido pelo montante máximo do ano anterior reajustados pela inflação acumulada, em 12 meses medida pelo Índice Nacional de Preços ao

Consumidor Amplo (IPCA). Em síntese, o novo regime fiscal institui uma austeridade permanente (ROSSI; DWECK; SILVEIRA, 2020, p. 48).

Seus defensores argumentam que ela foi necessária para reduzir o déficit público e evitar uma crise econômica. Outro ponto apresentado e argumentado pelos seus defensores é de que ela é necessária para controlar os gastos públicos e reduzir o déficit fiscal. No entanto, os críticos da EC 95 argumentam que ela é uma medida fundamentalmente antidemocrática, pois limita o poder do governo de atender às necessidades da população. A PEC 241 / EC 95 já teve um impacto significativo no orçamento público. Em 2017, os gastos do governo federal foram reduzidos em R\$135 bilhões de reais, o maior corte da história. Em 2018, os gastos do governo federal devem ser reduzidos em R\$150 bilhões de reais. Esse ponto é constatado através da aritmética que constitui a PEC 241 / EC 95:

[a] aritmética da EC 95 é muito simples: os gastos primários federais crescerão zero enquanto a o PIB vai crescer, assim como a população, logo o gasto vai cair em relação ao PIB e vai cair per capita, inviabilizando melhorias nos serviços públicos e diminuindo o impacto redistributivo da política fiscal (ROSSI; DWECK; SILVEIRA, 2020, p. 50)

No entanto, seus críticos argumentam que a PEC 241 / EC 95 teve um impacto negativo no Estado brasileiro e na qualidade de vida da população. Constata-se assim que ela é uma política de austeridade que tem um impacto negativo na sociedade brasileira. Também nesse sentido, constata-se que ele leva ao desmonte do Estado brasileiro e por consequência ao aumento das desigualdades sociais e à piora da qualidade dos serviços públicos.

Quanto às críticas, à PEC 241 / EC 95 tem sido criticada por diversos setores da sociedade, que argumentam que ela levará ao desmonte do Estado brasileiro e ao aumento das desigualdades sociais. Uma das críticas é que ela afeta principalmente os setores sociais, como saúde, educação e assistência social. Os cortes de gastos nos setores sociais nesse sentido acabam por prejudicar a qualidade dos serviços prestados à população e aumentam a vulnerabilidade social. Outro ponto de crítica à PEC 241 / EC 95 é a sua rigidez. Ela estabelece um teto para os gastos públicos que não pode ser alterado, mesmo que haja uma crise econômica ou uma necessidade social. Isso significa que os cortes de gastos nos setores sociais serão feitos mesmo que haja uma necessidade de aumentar os investimentos nessas áreas. Esta situação é exemplificada no capítulo anterior onde são apresentados dois gráficos que

explicam a situação dos gastos e investimentos em educação por parte do governo federal e como eles são impactados diretamente em função da PEC 241 / EC 95.

A seguir, estão alguns dos principais impactos negativos da EC 95:

- a) Desmonte do Estado brasileiro: a PEC 241 / EC 95 levará ao desmonte do Estado brasileiro, pois ela estabelece um teto para os gastos públicos que não pode ser alterado, mesmo que haja uma crise econômica ou uma necessidade social. Isso significa que os cortes de gastos nos setores sociais serão feitos mesmo que haja uma necessidade de aumentar os investimentos nessas áreas;
- b) Aumento das desigualdades sociais: a PEC 241 / EC 95 levará ao aumento das desigualdades sociais, pois ela afetará principalmente os setores sociais, como saúde, educação e assistência social. Os cortes de gastos nos setores sociais irão prejudicar a qualidade dos serviços prestados à população e irão aumentar a vulnerabilidade social;
- d) Piora da qualidade dos serviços públicos: a PEC 241 / EC 95 levará à piora da qualidade dos serviços públicos, pois ela estabelece um teto para os gastos públicos que não pode ser alterado, mesmo que haja uma crise econômica ou uma necessidade social. Isso significa que os cortes de gastos nos setores públicos irão prejudicar a qualidade dos serviços prestados à população.

Como medida, a PEC 241 / EC 95 é considerada uma medida de longo prazo de forma que os seus efeitos ainda não estão totalmente claros, mas é provável que ela continue a ter um impacto negativo no Estado brasileiro e na qualidade de vida da população, porém alguns já podem ser percebidos e observados. Nesse sentido, conforme demonstrado por Dweck, Silveira e Rossi (2020) existem alguns pontos que corroboram para que haja o cumprimento da PEC 241 / EC 95 dentro dos 25% dos gastos atuais como é apontado pelo Banco Mundial, somente, através de uma combinação das seguintes medidas apresentadas.

- a) Reforma na previdência com impactos imediatos – o que significa mexer com quem hoje já contribui há muito tempo e tinha expectativa de aposentadoria nos próximos dez anos – como, por exemplo, a proposta inicial do governo

de aumento de quinze para vinte e cinco anos o tempo mínimo de contribuição para aposentadoria por idade;

- b) Reforma dos Benefícios de Prestação Continuada (BPC) – possivelmente aumentando a idade, revendo, para baixo, o atual universo de beneficiários e desvinculando o benefício e seu reajuste do salário mínimo;
- c) Fim de novos aumentos reais do salário mínimo – pois isso leva a um aumento dos gastos públicos federais em quase 50%, acima da inflação;
- d) Redução do número de famílias contempladas com o Bolsa Família – há diversas propostas nesse sentido, como a concentração nos 5% mais pobres;
- e) Isto significa reduzir o número atual de 14 milhões para 3 milhões de famílias;
- f) Reforma do abono salarial e do seguro desemprego – com reduções significativas dos benefícios e do número de beneficiários;
- g) Redução dos Subsídios Agrícolas e Industriais – parte já está sendo reduzida, como no caso do PSI, mas, possivelmente, haverá redução também no plano safra da agricultura comercial e familiar e em outros subsídios para os segmentos industriais;
- h) Redução dos Investimentos Públicos – área com maior facilidade de contração dos gastos e, por outro lado, área de maior efeito multiplicador do PIB;
- i) Redução dos gastos de Saúde e Educação em relação aos atuais mínimos constitucionais – essa aliás, é a principal medida que demanda uma emenda constitucional, quase todas as outras, poderiam ser feitas por alteração legal ou infralegal;
- j) Revisão de diversas leis e atos normativos de repasse a estados e municípios – como o repasse ao custeio dos CRAS e CREAS, o Piso de Atenção básica de Saúde, os procedimentos de média e alta complexidade, o repasse às creches do Brasil Carinhoso, etc.;
- k) Redução das políticas finalísticas de todos os demais ministérios – tanto o custeio de manutenção quanto o das políticas finalísticas dos demais ministérios (exceto saúde e educação sofrerão, pois são gastos discricionários);

- I) Fim da reposição da inflação nos salários dos Servidores públicos e, possivelmente, reforma da previdência dos servidores, com impacto no curto prazo.

Como também apresentado por Dweck, Silveira e Rossi (2020) a combinação dessas medidas, mesmo que em caráter parcial, tem o potencial de causar sérios danos ao desenvolvimento de políticas públicas, especialmente nas áreas sociais que mais dependem do aporte estatal e que mais impactam a vida dos cidadãos.

Diante do potencial redistributivo de quase todos esses gastos elencados acima, [...] essas medidas, que já estão sendo parcialmente implantadas, terão impactos extremamente regressivos (ROSSI; DWECK; SILVEIRA, 2020, p. 52).

Assim: *“será preciso fazer um corte muito acentuado nas políticas de todas as áreas, inclusive saúde e educação, e nos próximos anos não haverá limite para despesa nas demais áreas de atuação do governo federal”* (ROSSI; DWECK; SILVEIRA, 2020, p. 52).

A disseminação da modalidade de ensino a distância, a partir do aprimoramento de plataformas de ensino virtual, alavancou a oportunidade para os interessados na educação como bem de mercado e criou impasses, principalmente, para professores e alunos das escolas públicas, pela dificuldade de acesso a estes recursos. Assim, a reorganização da dinâmica escolar por meio remoto privou os estudantes da educação básica e superior do convívio social e desencadeou contradições e tensões, que necessitam ser discutidas (FONTANA; ROSA; KAUCHAKJE, 2020, p. 98).

Todos estes impactos apresentados se agravaram com a Pandemia de Covid-19 que acabou por mexer substancialmente na área de educação. Este é um ponto importante e extremamente sensível para o desenvolvimento deste trabalho de pesquisa uma vez que o objeto de estudo foi impactado pela pandemia de Covid-19 o que acaba exigindo que seja desenvolvida uma seção à parte para que se possa averiguar os impactos da Pandemia de Covid-19 dentro do espaço escolar e assim verificar o que teve maior impacto junto ao grupo de professores que serão pesquisados se a pandemia teve maior impacto no desenvolvimento das atividades docentes ou se as políticas de austeridade de cortes de gastos originadas a partir da PEC 241/55. Esta é uma questão chave para o desenvolvimento e a obtenção dos resultados acerca do tema pesquisado. Desde já é importante salientar que a pandemia de Covid-19 que teve o seu início no começo do ano de 2020 a partir da China e rapidamente se alastrou pelo mundo impactou significativamente todo o

conjunto de relações sociais, inclusive nas relações educacionais e os ambientes que as constituem.

O estado de pandemia ocasionado pelo novo Coronavírus COVID-19 e a necessidade do distanciamento social como estratégia de saúde pública para reduzir o contágio têm agravado problemas políticos, econômicos e sociais, desencadeados pelo ideário neoliberal, em acirramento nas últimas três décadas. Conforme analisa Mattei (2020), trata-se de uma crise sanitária de proporção global, distinta de outras crises derivadas do funcionamento das estruturas econômicas. Esta conjuntura demanda medidas urgentes para conter a pandemia e buscar estimular a economia para evitar o caos econômico e social, o que reforça a *“importância do Estado enquanto agente decisivo para implementar políticas efetivas capazes de reaquecer as atividades econômicas”* (FONTANA; ROSA; KAUCHAKJE, 2020, p. 98 *apud* MATTEI, 2020, p. 3).

Um primeiro ponto a ser observado e que foi o principal causador de mudanças nos espaços e ambientes educacionais foi o distanciamento social que obrigou que tanto professores quanto estudantes tivessem que a partir daquele momento transformar suas casas em ambientes escolares e de trabalho. Nesse sentido, cabe observar que o distanciamento social como uma medida de segurança desencadeou em praticamente todos os níveis de educação o desenvolvimento do regime de educação remoto que foi elaborado de acordo com as diferentes normas e regras que foram estabelecidas nos documentos relacionados à educação. Entre os principais organismos internacionais ligados à Organização das Nações Unidas (ONU) que elaboram documentos para organização do ensino de forma remota destacam-se: Organização Mundial de Saúde (OMS), Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) (FONTANA; ROSA; KAUCHAKJE, 2020). A partir deste cenário onde de forma compulsória a educação passa ser de forma remota sendo feita à distância foi onde a pandemia encontrou aqueles que querem ver a educação como um bem de mercado: as plataformas de ensino à distância. Plataformas estas que se utilizam da lógica de mercado e que, portanto, se beneficiam tanto de forma direta quanto de forma indireta do chamado desmonte do Estado e das políticas públicas que visam tornar a educação pública em uma mercadoria. A disseminação da modalidade de ensino a distância, a partir do aprimoramento de plataformas de ensino virtual alavancou a oportunidade para os interessados na educação como bem de mercado

e criou impasses, principalmente, para professores e alunos das escolas públicas, pela dificuldade de acesso a estes recursos. Assim, a reorganização da dinâmica escolar por meio remoto privou os estudantes da educação básica e superior do convívio social e desencadeou contradições e tensões, que necessitam ser discutidas. (FONTANA; ROSA; KAUCHAKJE, p. 98, 2020)

É importante salientar que a pandemia de Covid-19 não criou nenhum problema social novo, apenas evidenciou problemas sociais que já existiam, porém estavam à margem de outros problemas sociais. Porém cabe observar que o agravamento destes problemas sociais acabou por escancarar as desigualdades existentes em nosso país.

O sistema de ensino remoto desencadeou problemas de natureza socioeconômica, política, pedagógica, tecnológica e de saúde, no contexto da nova configuração da educação básica e superior. Entre os problemas, são enfatizados: a falta de acesso às tecnologias digitais e rede de internet; a intensificação do trabalho dos profissionais da educação [...]” (FONTANA; ROSA; KAUCHAKJE, 2020, p. 99).

Neste sentido é necessário observar, também, que as plataformas de ensino à distância já existiam antes da pandemia e já se valiam da lógica de mercado, porém, com a pandemia elas puderam ampliar de forma significativa os seus espaços atingindo assim públicos que antes da pandemia elas não atingiam.

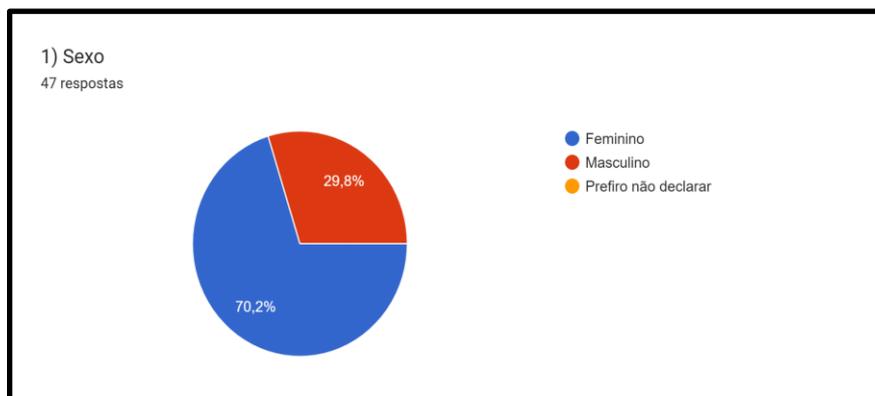
## **5 ESTUDO DE CASO: REFLEXOS PRÁTICOS DA AUSTERIDADE ECONÔMICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA. COMO QUE A BUROCRACIA DO NÍVEL DE RUA É IMPACTADA PELAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE AUSTERIDADE**

O presente capítulo apresenta os resultados da pesquisa de campo que foi realizada a partir de um Estudo de Caso em uma escola pública estadual do estado do Rio Grande do Sul. Foi avaliado junto ao grupo de professores da instituição o nível de percepção dos mesmos, como integrantes da burocracia do nível de rua, acerca dos impactos das políticas de austeridade econômica na educação básica e o como políticas públicas educacionais com viés de austeridade impactam na prática docente. Assim, buscou-se a partir do estudo de caso analisar e verificar como que o conjunto de docentes percebem e constatarem os impactos das políticas públicas dentro do espaço escolar e a percepção dos mesmos quanto aos impactos dessas políticas no exercício profissional docente.

Quanto aos resultados do presente estudo de caso deve-se ressaltar que o mesmo foi realizado na mesma escola onde o pesquisador que realizou esta pesquisa trabalha, de forma que os resultados, também refletem a relação do pesquisador com o grupo de pesquisados. Do mesmo deve-se ressaltar, também, que a escolha dessa escola por parte do pesquisador deve-se ao fato de que ela possui um grupo de professores que atendem a todos os níveis da educação básica, tendo a escola um número de 39 turmas, sendo dessas: 9 turmas de Ensino Fundamental, compreendendo uma turma por ano do 1º ao 9º, e 30 turmas de Ensino Médio. Esses números fazem com o corpo docente da escola tenha um número total de 47 docentes, sendo 70,2% do sexo feminino e 29,8% do sexo masculino.

## 5.1 1ª PARTE DO QUESTIONÁRIO: IDENTIFICAÇÃO

Gráfico 1 – Distribuição por sexo autodeclarado dos respondentes

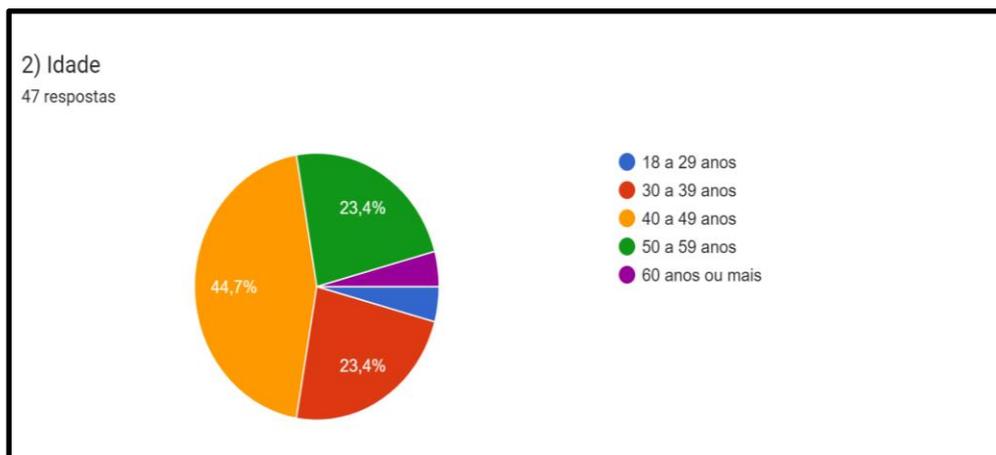


Fonte: elaborado pelo autor.

Estes dois fatores foram importantes na definição do local escolhido para a realização do presente estudo de caso, uma vez que a escola escolhida possui turmas em todos os anos da educação básica do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, assim possuindo um grupo que compõem o corpo docente bastante heterogêneo o que permite uma melhor representação da rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, a escolha de uma escola com essas características acaba por representar o conjunto de escolas que se tem na rede estadual de ensino.

Quanto às características de composição do grupo observou-se que quanto a faixa etária dos pesquisados 44,7% está na faixa etária dos 40 a 49 anos e que 23,4% estão nas faixas etárias dos 50 a 59 anos e dos 30 a 39 anos respectivamente. Já nas faixas etárias dos 18 a 29 anos e 60 anos ou mais há 4,2% em cada uma. Estes dados referentes a faixa etária do grupo pesquisado são importantes para demonstrar a heterogeneidade temporal que há dentro do grupo pesquisado.

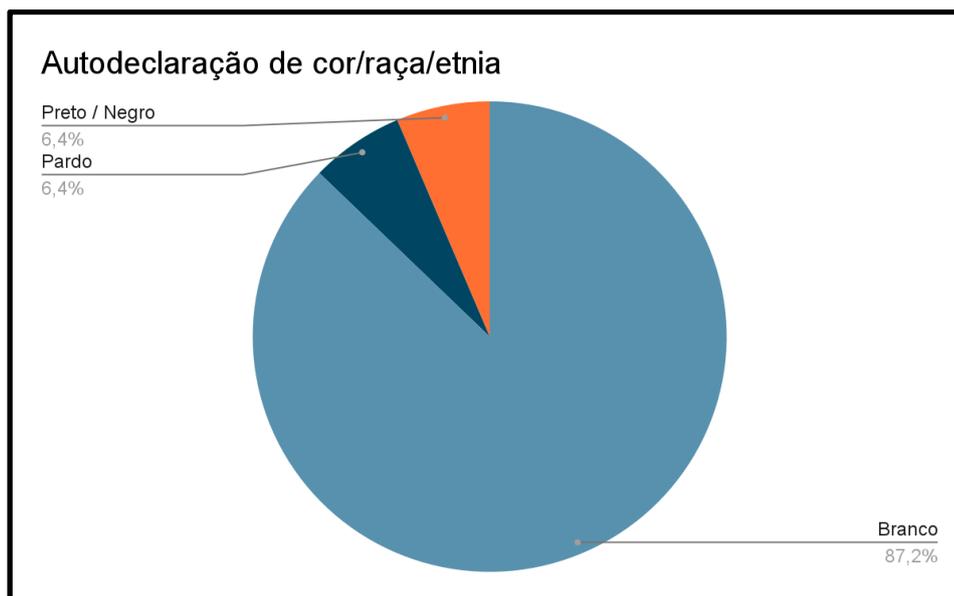
Gráfico 2 – Distribuição de idade dos respondentes



Fonte: elaborado pelo autor.

Já quanto às características étnicas do grupo o que se observou é que maioria do grupo se declaram da cor branca, totalizando 87,2% enquanto que apenas 6,4% declaram-se da cor parda e outros 6,4% da cor preto/negro. Estes percentuais referentes a autodeclaração étnica são condizentes com os dados da população geral no estado onde se localiza a escola que compõem este estudo de caso. Corroboram para a confirmação destes dados os Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) do IBGE – do 2º trimestre de 2022 demonstram que a 20,6% da população do estado do Rio Grande do Sul declara-se como negra (preta + parda) enquanto 79,4% declara-se como não negra (branca + amarela + indígena). “*Dados do 2º trimestre de 2022 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), do IBGE, revelam que a população negra corresponde a 55,8% dos brasileiros*” (DIEESE, 2023).

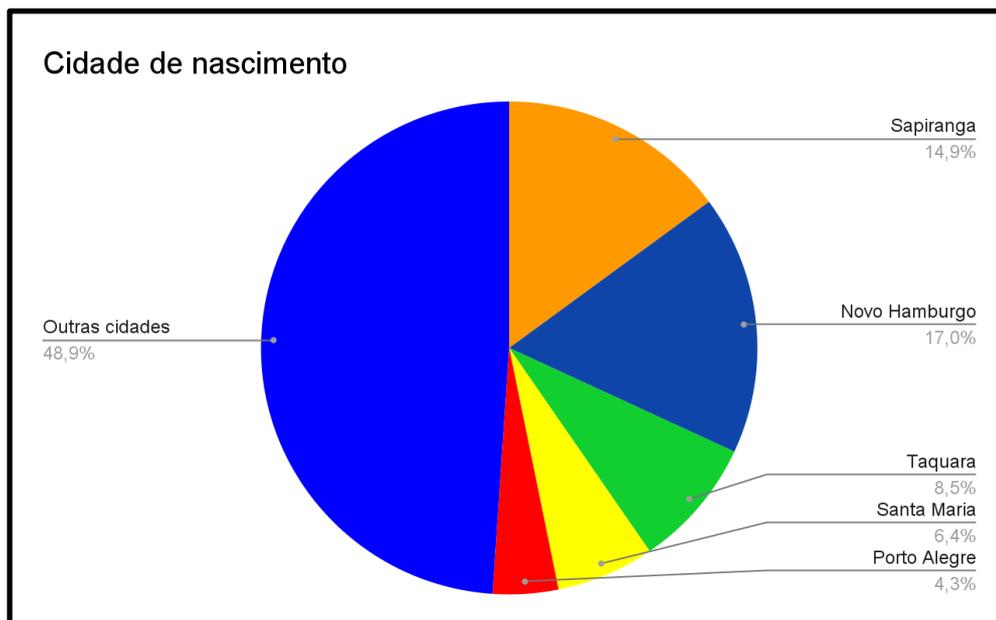
Gráfico 3 – Distribuição de cor, raça/etnia autodeclarado dos respondentes



Fonte: elaborado pelo autor.

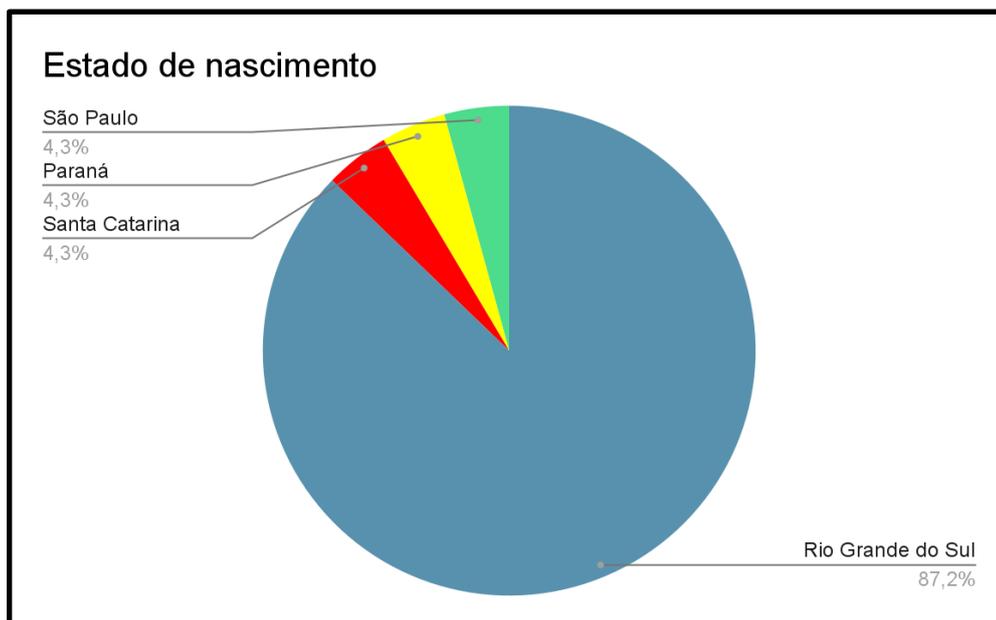
Quanto a cidade de nascimento de forma individual, a mais citada pelos participantes do estudo de caso foi a cidade de Novo Hamburgo com 17% seguida de Sapiranga com 14,9%, seguida das cidades de Taquara com 8,5%, Santa Maria com 6,4% e Porto Alegre com 4,3%. Já as outras cidades por terem percentuais de citação muito baixos foram incorporadas em um único grupo, totalizando assim 48,9%. O que este gráfico referente a cidade de nascimento nos mostra é que a maioria dos participantes, um total de 85,1%, do presente estudo de caso, não nasceu na cidade onde se localiza a escola. Quanto ao estado de nascimento, o que se observa é que 87,2% dos participantes do estudo de caso nasceram no estado do Rio Grande do Sul, estado onde localiza-se a cidade onde está a escola que compõem este estudo de caso. Apenas 12,9% dos participantes relataram terem nascido em outros estados, sendo 4,3% em Santa Catarina, 4,3% no Paraná e 4,3% em São Paulo. Estes dois gráficos acabam por demonstrar o fenômeno do deslocamento interno que ocorre entre as diferentes cidades do estado do Rio Grande do Sul, bem como entre diferentes estados do Brasil, em escala menor.

Gráfico 4 – Distribuição da cidade de nascimento autodeclarada dos respondentes



Fonte: elaborado pelo autor.

Gráfico 5 – Distribuição do estado de nascimento autodeclarado dos respondentes



Fonte: elaborado pelo autor.

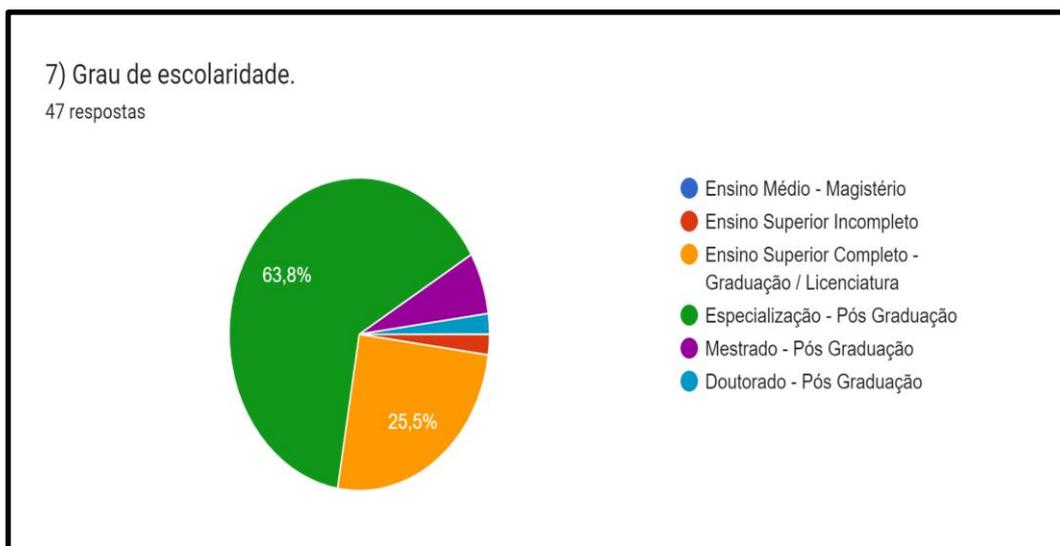
Nesta primeira parte do questionário que compõem o presente Estudo de Caso o que se pode apontar como tendência são alguns pontos que refletem a realidade social do ambiente escolar e confirmam dados e informações que já são de conhecimento público. A primeira diz respeito ao público docente que compõem a escola, sendo este de maioria de mulheres. O segundo ponto a ser observado e que

também se caracteriza como um recorte da região geográfica onde está localizada a escola é a composição étnica racial dos docentes pesquisados, onde a maioria se autodeclarou como branco o que se reflete na composição étnica da população local. Já quanto à composição etária do grupo pesquisado o que se observou foi uma heterogeneidade em termos de faixas etárias, sendo a principal faixa etária de 40 a 49 anos e em segundo lugar, empatadas, as faixas etárias de 30 a 39 e de 50 a 59 anos, respectivamente. Quanto às cidades de nascimento de dos docentes pesquisados, o que se observou é que mais da metade dos docentes não nasceu na cidade onde localiza-se a escola, o que acaba por demonstrar um fluxo migratório significativo dentro do estado do Rio Grande do Sul por diferentes motivos. Quanto ao estado de nascimento dos docentes pesquisados o que se observou é que maioria nasceu no estado do Rio Grande do Sul, porém a pesquisa realizada também aponta que há um pequeno percentual de docentes que nasceram em outros estados do Brasil.

## 5.2 2ª PARTE DO QUESTIONÁRIO: FORMAÇÃO E ATUAÇÃO NO MAGISTÉRIO

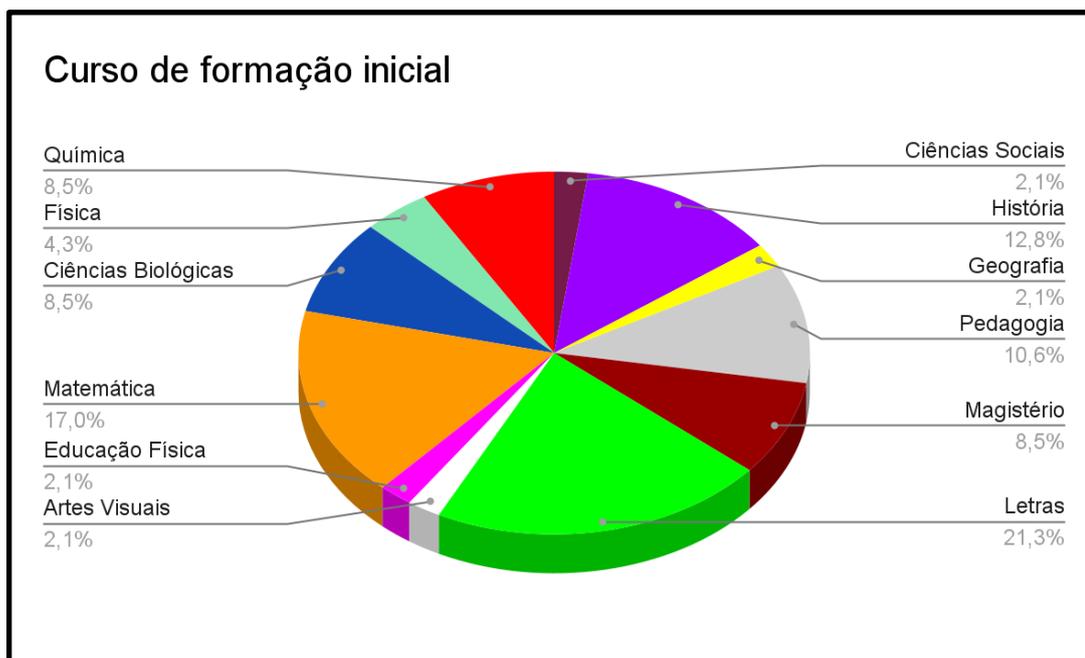
A segunda parte do questionário abordou junto aos docentes pesquisados a sua formação e atuação no magistério. Dessa forma foram questionadas questões como por exemplo: nível de escolaridade e curso de formação inicial. Quanto aos itens da escolaridade e da formação docentes o que se observou foi que quanto ao grau de escolaridade 63,8% dos participantes do estudo de caso relataram terem Pós Graduação no nível Especialização, seguido de 25,8% que relataram terem Ensino Superior Completo – Graduação/Licenciatura. Os demais participantes relataram terem: Pós Graduação no nível Mestrado, totalizando 6,4%, Pós Graduação nível Doutorado com 2,1% e Ensino Superior Incompleto com 2,1%. Quanto ao curso de formação inicial, isto é, o primeiro curso ao qual o participante da pesquisa se formou, constata-se que o curso mais respondido pelos participantes da pesquisa foi o curso de Letras com 21,3% das respostas seguido do curso de Matemática com 17%. É importante salientar que estes dois cursos são os que habilitam para as disciplinas com o maior número de períodos hora/aula em cada turma na rede estadual do Rio Grande do Sul, Língua Portuguesa e Matemática.

Gráfico 6 – Distribuição do grau de escolaridade dos respondentes



Fonte: elaborado pelo autor.

Gráfico 7 – Distribuição do curso de formação inicial autodeclarado dos respondentes

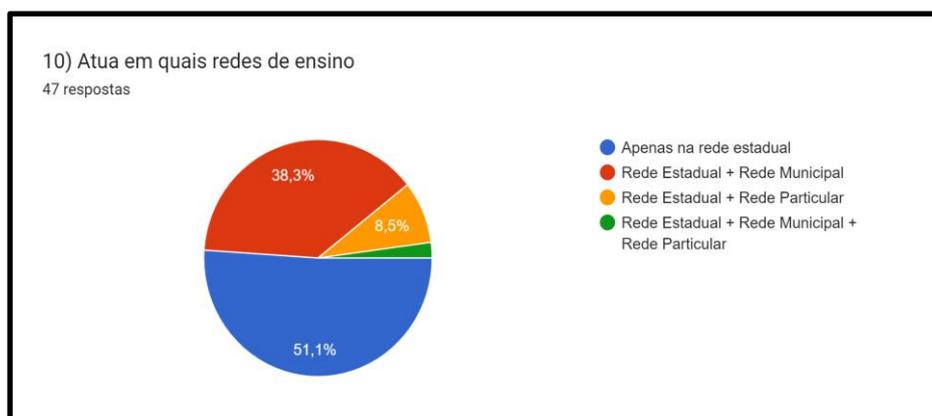


Fonte: elaborado pelo autor.

Finalizando a parte de formação e atuação no magistério, perguntou-se em quais redes de ensino os participantes lecionam. Foram consideradas as seguintes possibilidades: Apenas na rede estadual que obteve 51,1% das respostas, Rede

Estadual mais Rede Municipal que obteve 38,3% das respostas, Rede Estadual mais Rede Particular que obteve 8,5% das respostas e Rede Estadual mais Rede Municipal mais Rede Particular que obteve 2,1%. Este é um ponto importante a ser observado pois mostra que mais da metade dos participantes atuam apenas em escolas da rede pública estadual não atuando em outras redes de ensino, sejam elas municipais ou particulares.

Gráfico 8 – Distribuição das redes de ensino em que os respondentes atuam.



Fonte: elaborado pelo autor.

Nesta segunda parte do questionário que compõem o presente Estudo de Caso o que se pode apontar como tendência foram os seguintes pontos quanto ao grau de escolaridade e formação do grupo pesquisado. Quanto ao grau de escolaridade o que se pode observar é que o grupo pesquisado é composto majoritariamente por docentes com Pós Graduação em nível de Especialização seguido de Graduação. Este é um ponto importante pois indica intenção por parte dos pesquisados em continuar a sua formação após a conclusão do curso de graduação. Quanto ao curso de formação inicial dos docentes o que se observou é que o curso de formação inicial, isto é, o primeiro curso que o docente realizou mais citado foi o curso de Letras seguido do curso de Matemática. Quanto à atuação nas redes de ensino pelos docentes, o que se constatou foi que a metade atua apenas na rede estadual (51,5%), enquanto 38,3% atua na rede estadual e na rede municipal. Esses resultados apontam para uma situação a ser observada que é a seguinte: cerca de 89% dos docentes pesquisados atuam apenas em escolas públicas, considerando o somatório de escolas estaduais com escolas públicas.

### 5.3 3ª PARTE DO QUESTIONÁRIO: PERCEPÇÃO DO(A) PROFESSOR(A) SOBRE OS IMPACTOS OCORRIDOS NA ESCOLA NOS ÚLTIMOS 5 ANOS (JANEIRO DE 2019 A MAIO DE 2023)

Na terceira parte do estudo de caso, os participantes da pesquisa foram questionados quanto ao espaço onde trabalham. As questões abordaram os seguintes pontos:

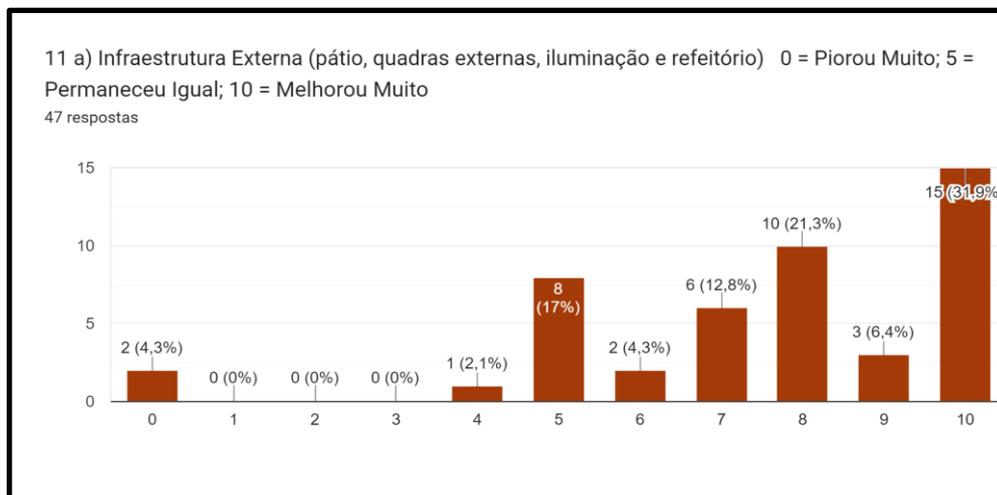
- a) Infraestrutura Externa da escola;
- b) Infraestrutura Interna (salas de aula);
- c) Infraestrutura de Laboratórios (Ciências e Informática);
- d) Infraestrutura de Apoio (biblioteca, multimídia e sala de artes);
- e) Infraestrutura de Desenvolvimento de trabalho (sala dos professores e internet);
- f) Alimentação (lanche, almoço e janta);
- g) Limpeza;
- h) Atividades Extracurriculares;
- i) Materiais de Apoio Pedagógico.

Em cada um dos pontos citados os participantes da pesquisa deveriam indicar o seu grau de satisfação com o ponto que estava sendo questionado, apontando um número em uma escala de 0 a 10 onde 0 indica que o item pesquisado piorou muito nos últimos cinco anos, 5 indica que o item permaneceu igual nos últimos cinco anos e 10 indica que o item melhorou muito nos últimos cinco anos. Os participantes da pesquisa poderiam ainda indicar números que estivessem dentro desta escala numérica de 0 a 10, sendo: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 ou 9, além de 0, 5 e 10. Esta escala é de suma importância pois auxilia no entendimento referente à compreensão dos participantes da pesquisa que compõem a chamada burocracia do nível de rua quanto ao espaço de trabalho da escola e como este está de acordo com as práticas docentes e pedagógicas.

Ao analisar a infraestrutura externa da escola constata-se que 31,9% considera que melhorou muito nos últimos cinco anos, ao mesmo tempo que a soma dos indicadores 6, 7, 8 e 9 que indicam percepção de melhora é de 44,8%. Constata-se também neste gráfico que 4,3% consideram que a infraestrutura externa da escola piorou muito nos últimos cinco anos, ao mesmo tempo que a soma dos indicadores 1,

2, 3 e 4 que indicam percepção de piora é de 2,1%, enquanto 17% consideram que a infraestrutura externa permaneceu igual ao longo dos últimos cinco anos.

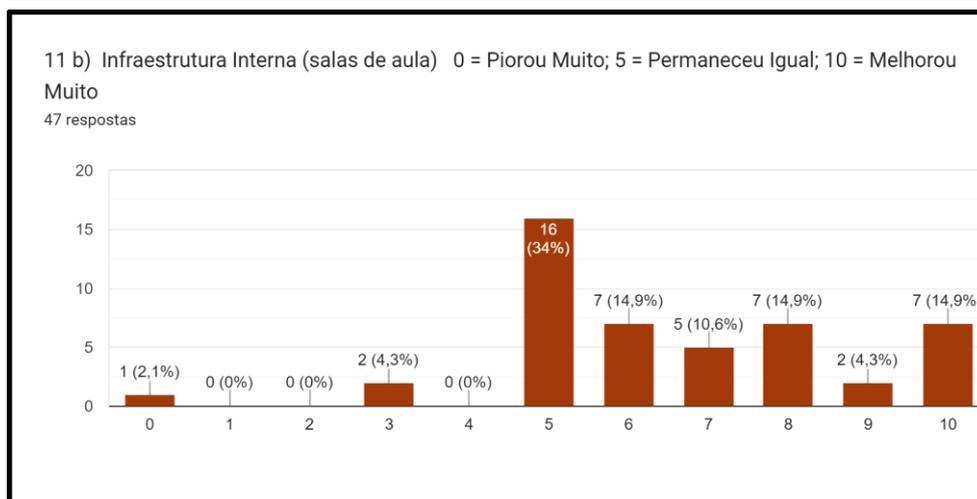
Gráfico 9 – Percepção quanto à Infraestrutura Externa.



Fonte: elaborado pelo autor.

Ao analisar a infraestrutura interna da escola constata-se que 14,9% considera que melhorou muito nos últimos cinco anos, ao mesmo tempo que a soma dos indicadores 6, 7, 8 e 9 que indicam percepção de melhora é de 44,7%. Constata-se também neste gráfico que 2,1% consideram que a infraestrutura interna da escola piorou muito nos últimos cinco anos, ao mesmo tempo que a soma dos indicadores 1, 2, 3 e 4 que indicam percepção de piora é de 4,3%, enquanto 34% consideram que a infraestrutura interna permaneceu igual ao longo dos últimos cinco anos.

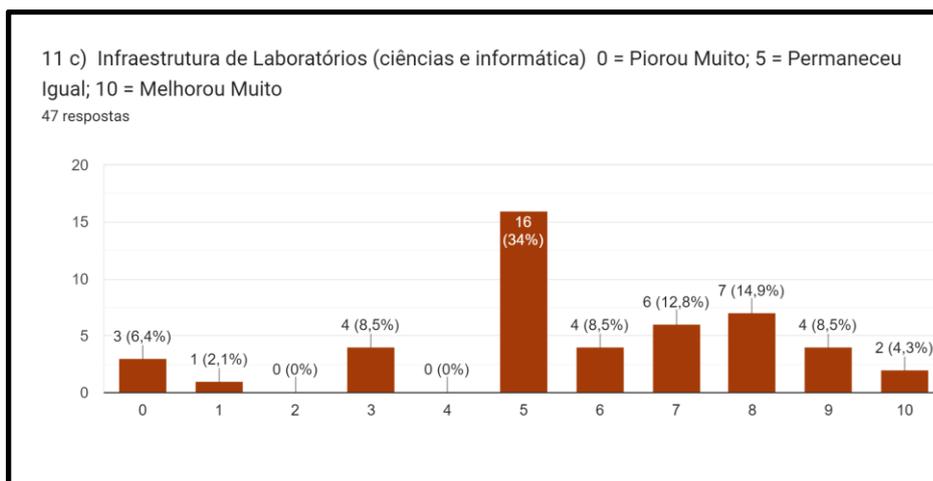
Gráfico 10 – Percepção quanto à Infraestrutura Interna.



Fonte: elaborado pelo autor.

Ao analisar a infraestrutura de laboratórios da escola constata-se que 4,3% considera que melhorou muito nos últimos cinco anos, ao mesmo tempo que a soma dos indicadores 6, 7, 8 e 9 que indicam percepção de melhora é de 44,7%. Constata-se também neste gráfico que 6,4% consideram que a infraestrutura de laboratórios da escola piorou muito nos últimos cinco anos, ao mesmo tempo que a soma dos indicadores 1, 2, 3 e 4 que indicam percepção de piora é de 10,6%, enquanto 34% consideram que a infraestrutura de laboratórios permaneceu igual ao longo dos últimos cinco anos.

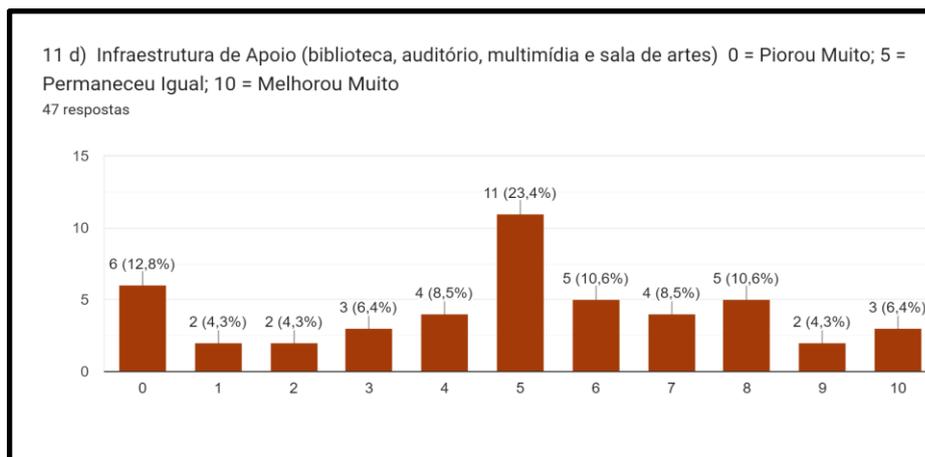
Gráfico 11 – Percepção quanto à Infraestrutura de Laboratórios



Fonte: elaborado pelo autor.

Ao analisar a infraestrutura de apoio da escola constata-se que 6,4% considera que melhorou muito nos últimos cinco anos, ao mesmo tempo que a soma dos indicadores 6, 7, 8 e 9 que indicam percepção de melhora é de 34%. Constata-se também neste gráfico que 12,8% consideram que a infraestrutura de apoio da escola piorou muito nos últimos cinco anos, ao mesmo tempo que a soma dos indicadores 1, 2, 3 e 4 que indicam percepção de piora é de 23,5%, enquanto 23,4% consideram que a infraestrutura de apoio permaneceu igual ao longo dos últimos cinco anos. Neste sentido, se observarmos apenas a soma dos indicadores de 0 a 4 veremos que o percentual de percepção de piora atinge 36,3% enquanto o somatório dos percentuais que indicam melhora da infraestrutura de apoio, de 6 a 10, atinge 40,4%. Observa-se assim que há percentuais muito próximos entre os pesquisados que consideram que houve melhora na infraestrutura de apoio e aqueles que consideram que houve piora na infraestrutura de apoio. Esses resultados são importantes para entender o comportamento de respostas dos pesquisados, uma vez que os indicadores totais (somatório) tanto de melhora quanto de piora foram maiores do que o indicador que aponta que a infraestrutura de apoio permaneceu igual, não tendo essa melhorado nem piorado. O que esta questão apresenta como resultado é que ao serem questionados em relação a infraestrutura de apoio o que se constata é que a maioria dos pesquisados entende que esta não melhorou, tendo permanecido igual, ou piorou ao longo dos últimos cinco anos.

Gráfico 12 – Percepção quanto à Infraestrutura de apoio.



Fonte: elaborado pelo autor.

A tabela abaixo exemplifica a situação apresentada pelo Gráfico 12.

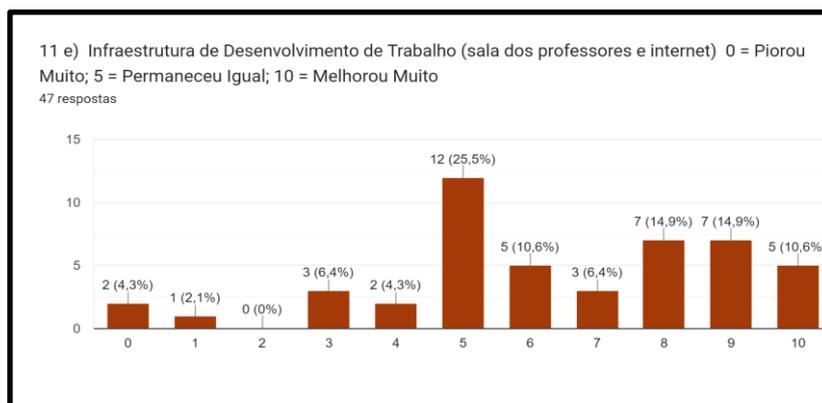
Tabela 1 – Percepção quanto à Infraestrutura de apoio.

<b>Infraestrutura de Apoio (biblioteca, auditório, multimídia e sala de artes).</b>	
Percepções	%
Melhorou Muito - 10	6,4
Percepção de melhora (6 a 9)	34
Permaneceu Igual - 5	23,4
Percepção de piora (1 a 4)	23,5
Piorou muito – 0	12,8

Fonte: elaborado pelo autor.

Quanto à infraestrutura de desenvolvimento de trabalho da escola, constata-se que 10,6% considera que melhorou muito nos últimos cinco anos, ao mesmo tempo que a soma dos indicadores 6, 7, 8 e 9 que indicam percepção de melhora é de 46,8%. Constata-se também neste gráfico que 4,3% consideram que a infraestrutura de desenvolvimento de trabalho da escola piorou muito nos últimos cinco anos, ao mesmo tempo que a soma dos indicadores 1, 2, 3 e 4 que indicam percepção de piora é de 12,8%, enquanto 25,5% consideram que a infraestrutura de trabalho permaneceu igual ao longo dos últimos cinco anos.

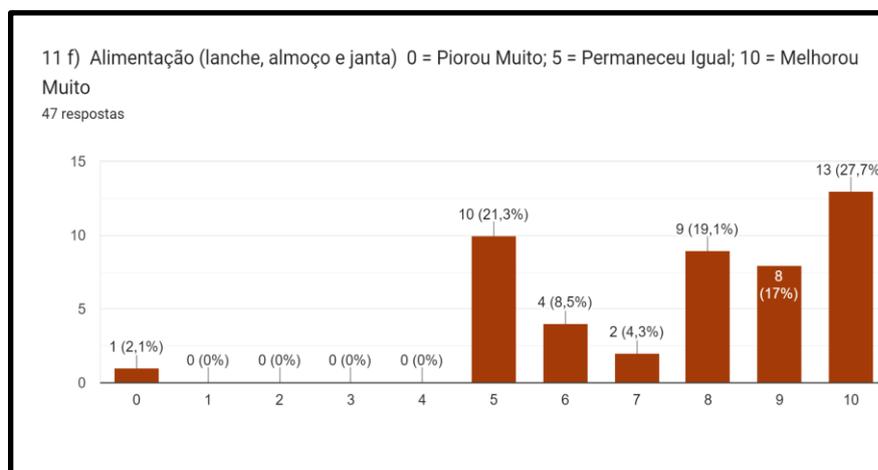
Gráfico 13 – Percepção quanto à Infraestrutura de Desenvolvimento de Trabalho.



Fonte: elaborado pelo autor.

Quanto à alimentação da escola, constata-se que 27,7% considera que melhorou muito nos últimos cinco anos, ao mesmo tempo que a soma dos indicadores 6, 7, 8 e 9 que indicam percepção de melhora é de 48,9%. Constata-se também neste gráfico que 2,1% consideram que a alimentação da escola piorou muito nos últimos cinco anos, ao mesmo tempo que a soma dos indicadores 1, 2, 3 e 4 que indicam percepção de piora é de 0%, enquanto 21,3% consideram que a alimentação oferecida pela escola permaneceu igual ao longo dos últimos cinco anos.

Gráfico 14 – Percepção quanto à Alimentação oferecida pela escola.

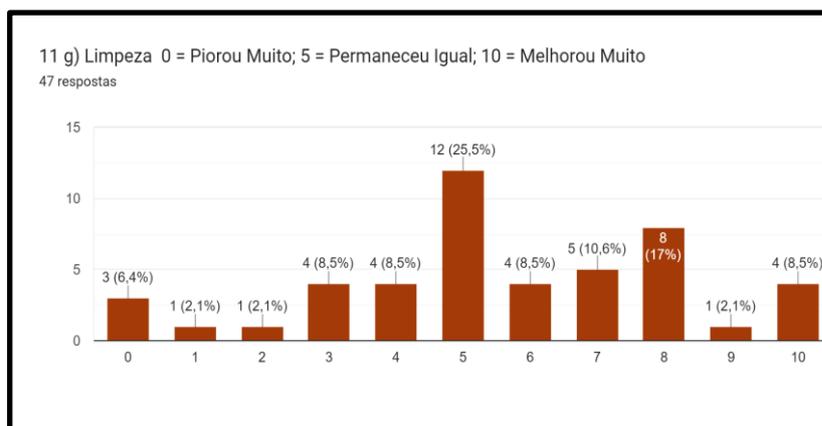


Fonte: elaborado pelo autor.

Quanto à limpeza da escola, constata-se que 8,5% considera que melhorou muito nos últimos cinco anos, ao mesmo tempo que a soma dos indicadores 6, 7, 8 e

9 que indicam percepção de melhora é de 38,2%. Constata-se também neste gráfico que 6,4% consideram que a limpeza da escola piorou muito nos últimos cinco anos, ao mesmo tempo que a soma dos indicadores 1, 2, 3 e 4 que indicam percepção de piora é de 21,2%, enquanto 25,5% consideram que a limpeza da escola permaneceu igual ao longo dos últimos cinco anos.

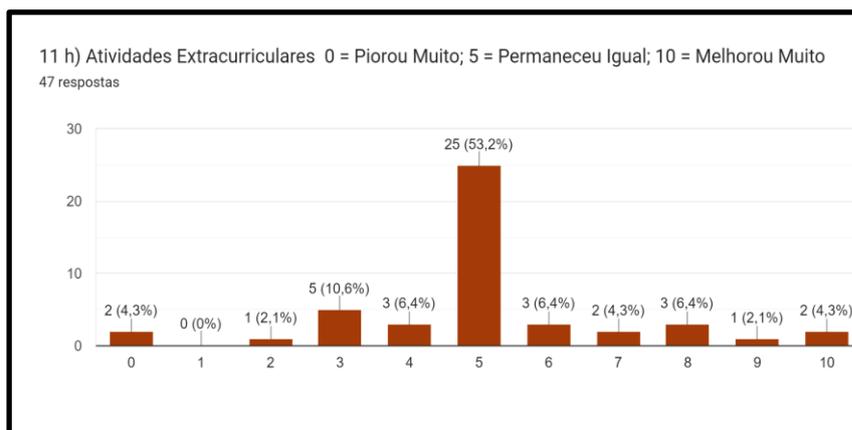
Gráfico 15 – Percepção quanto à limpeza dos ambientes da escola.



Fonte: elaborado pelo autor.

Quanto às atividades extracurriculares oferecidas pela escola, constata-se que 4,3% considera que melhorou muito nos últimos cinco anos, ao mesmo tempo que a soma dos indicadores 6, 7, 8 e 9 que indicam percepção de melhora é de 19,2%. Constata-se também neste gráfico que 4,3% consideram que as atividades extracurriculares oferecidas pela escola pioraram muito nos últimos cinco anos, ao mesmo tempo que a soma dos indicadores 1, 2, 3 e 4 que indicam percepção de piora é de 19,1%, enquanto 53,2% consideram que as atividades extracurriculares oferecidas pela escola permaneceram igual ao longo dos últimos cinco anos.

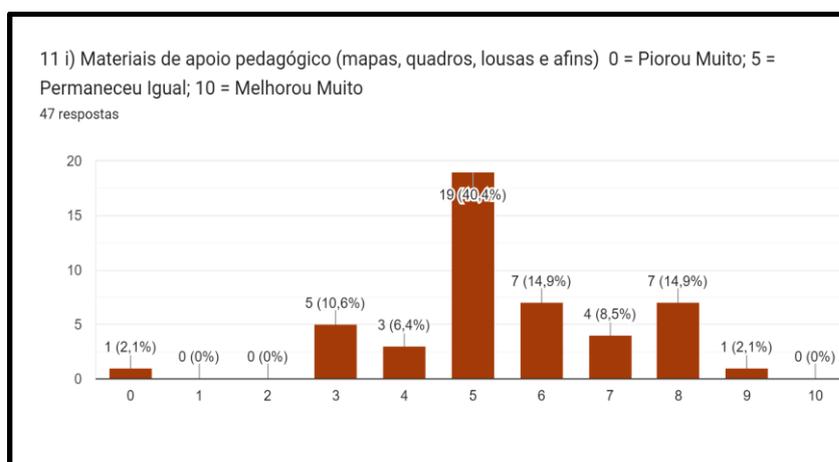
Gráfico 16 – Percepção quanto às Atividades Extracurriculares oferecidas pela escola.



Fonte: elaborado pelo autor.

Quanto aos materiais de apoio pedagógico ofertados pela escola, constata-se que 0% considera que melhorou muito nos últimos cinco anos, ao mesmo tempo que a soma dos indicadores 6, 7, 8 e 9 que indicam percepção de melhora é de 40,4%. Constata-se também neste gráfico que 2,1% consideram que os materiais de apoio pedagógico ofertados pela escola pioraram muito nos últimos cinco anos, ao mesmo tempo que a soma dos indicadores 1, 2, 3 e 4 que indicam percepção de piora é de 17%, enquanto 40,4% consideram que os materiais de apoio pedagógico ofertados pela escola permaneceram igual ao longo dos últimos cinco anos.

Gráfico 17 – Percepção quanto aos materiais de apoio pedagógico oferecidos pela escola.



Fonte: elaborado pelo autor.

Essa terceira parte do estudo de caso permite tecer algumas tendências acerca das respostas apresentadas pelos pesquisados quanto às percepções dos mesmos, referente ao espaço da escola que constitui o presente estudo de caso. Sobre esta parte do estudo de caso é importante reafirmar que ela procura analisar como os pesquisados observam o espaço onde trabalham, especialmente em termos de infraestrutura e se estes percebem alguma alteração e modificação dentro do espaço da escola que possa ser atribuída ao contexto de corte de gastos que ocorrem decorrente da aprovação de medidas de austeridade. Nesse sentido cabe considerar que as respostas que se apresentam nesta parte do questionário dizem respeito a forma como os pesquisados enxergam o espaço onde trabalham, por isso as respostas dizem respeito ao contexto da escola que está compondo o presente estudo de caso. O que os resultados apontam é uma primeira tendência que aponta manutenção das condições dos espaços da escola ao longo dos últimos cinco anos (2019-2023), o que significa que não houve melhora, tampouco piora nos espaços da escola e uma segunda tendência que aponta melhora nas condições dos espaços da escola. É importante observar que como nesta parte do questionário foram questionados e analisados diferentes pontos é necessário considerar que os pesquisados poderiam apresentar mais de uma resposta a depender da questão que lhes estava sendo realizada. Um exemplo que demonstra esta situação diz respeito às condições de Infraestruturas Externa e Interna. Enquanto na Infraestrutura Externa os resultados apresentados foram que 31,9% considera que esta melhorou muito nos últimos cinco anos, ao passo que a percepção de melhora atingiu 44,8%, e que 4,3% e que consideram que a infraestrutura externa da escola piorou muito nos últimos cinco anos, ao passo que a percepção de piora atingiu 2,1%, enquanto 17% consideram que a infraestrutura externa permaneceu igual ao longo dos últimos cinco anos, o que acaba por indicar uma percepção positiva em relação ao espaço externo da escola. Já em relação à Infraestrutura Interna os resultados apresentados foram ligeiramente diferentes: 14,9% considera que melhorou muito nos últimos cinco anos, ao passo que a percepção de melhora atingiu 44,7%, enquanto ao referir-se a percepção de piora na infraestrutura interna os resultados foram estes: 2,1% consideram que a infraestrutura interna da escola piorou muito nos últimos cinco anos, ao passo que a percepção de piora foi de 4,3%, enquanto 34% consideram que a infraestrutura interna permaneceu igual ao longo dos últimos cinco anos.

O que se observa de forma mais clara ao longo desta terceira parte do questionário que compõem o presente estudo de caso foi a tendência por parte dos pesquisados de apontar como positivos, isto é, tendo melhoras ou permanecendo iguais, os espaços que compõem a escola. Um ponto que pode esclarecer esta tendência refere-se ao enviesamento que compõem o desenvolvimento, uma vez que o presente estudo de caso foi realizado pelo pesquisador na mesma instituição onde trabalha e em função disso os pesquisados também são colegas de trabalho do pesquisador. Em vista disso, há a necessidade de apontar os resultados dessa parte como resultados que passaram por um processo que leva o participante do estudo de caso a responder o questionário levando em consideração a sua relação profissional com o pesquisador no ambiente da escola.

#### 5.4 4ª PARTE DO QUESTIONÁRIO: COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO

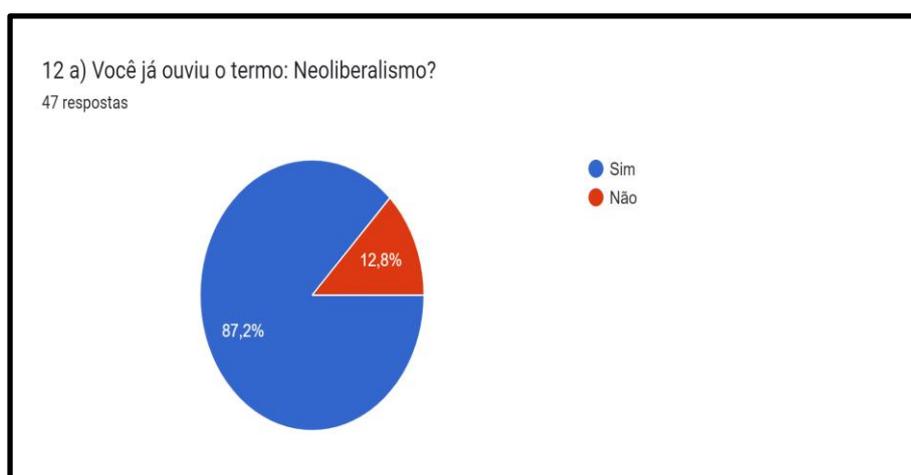
Na quarta parte do estudo de caso, os participantes da pesquisa foram questionados a respeito da sua percepção e conhecimento sobre as definições e sobre o que tratam:

- a) neoliberalismo;
- b) políticas de austeridade;
- c) políticas públicas;
- d) políticas públicas na área de educação;
- e) PEC 241/EC 95;
- f) Impactos das políticas públicas na educação;
- g) Percepções acerca dos impactos das políticas públicas na burocracia do nível de rua, em especial no espaço da escola.

Esta parte do estudo de caso inicia-se com questionamentos diretos a respeito do conhecimento dos participantes do estudo de caso sobre os termos: neoliberalismo, políticas de austeridade, políticas públicas e conhecimento de políticas públicas na área de educação. Consta-se que 87,2% já ouviram falar no termo neoliberalismo, sendo que 76,6% sabem do que se trata. Por ser um termo mais difundido no senso comum estes dois resultados demonstram estarem mais próximos

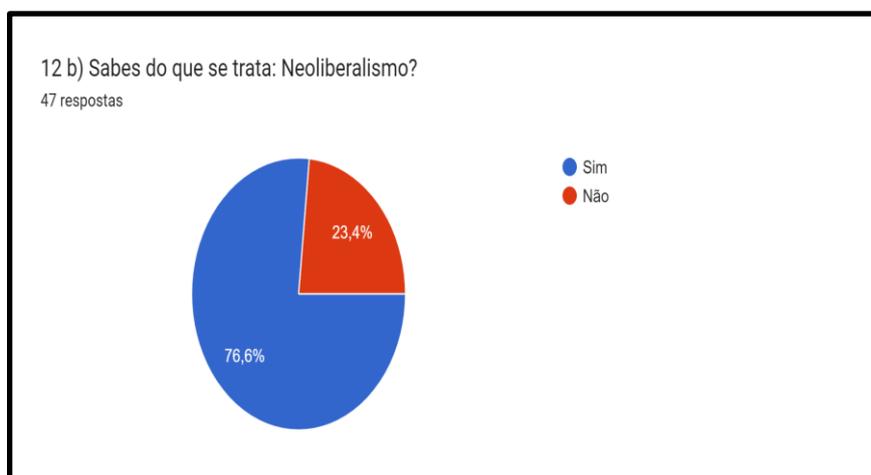
da realidade que permeia o grupo participante do estudo de caso. Tanto que ao serem deflagrados com as perguntas a respeito de já terem ouvido falar no termo Políticas de Austeridade e saberem para o que elas servem os percentuais caem para 59,6% e 55,3%. Estes primeiros resultados acabam por demonstrar que apesar de o termo austeridade ter uma proximidade teórica com o termo neoliberalismo, isto não se observa na prática. Ainda assim, o que se observa neste estudo de caso é que mais da metade dos participantes demonstram ter conhecimento tanto do termo neoliberalismo quanto do termo políticas de austeridade, bem como saber para que ambos servem. Os gráficos abaixo ilustram estes dados.

Gráfico 18 – Você já ouviu o termo: Neoliberalismo?



Fonte: elaborado pelo autor.

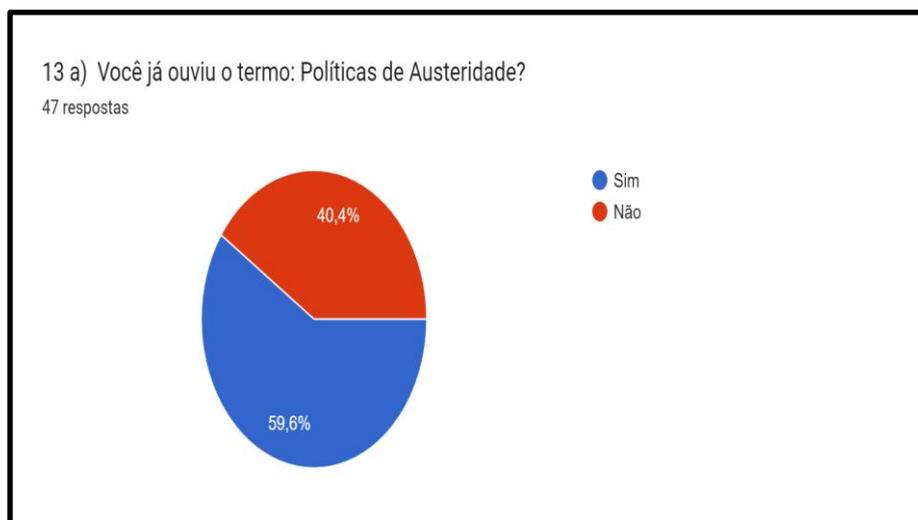
Gráfico 19 – Sabes do que se trata: Neoliberalismo?



Fonte: elaborado pelo autor.

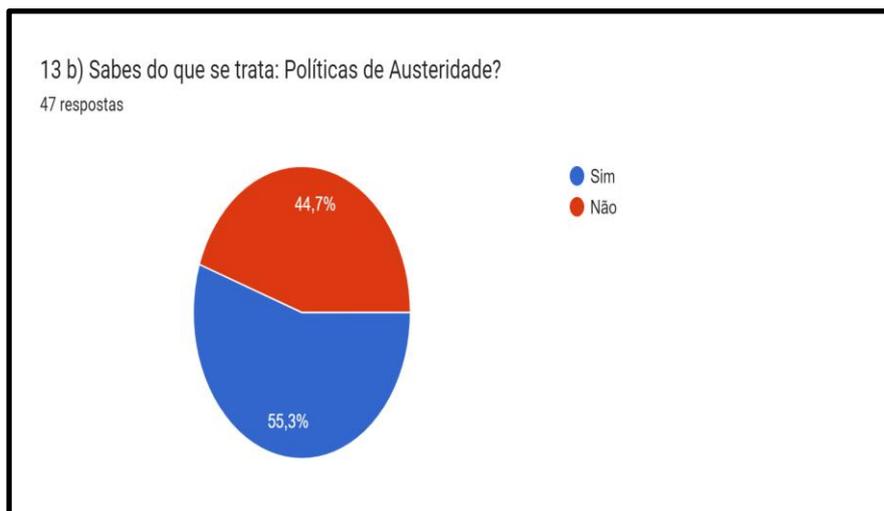
Nesse sentido, ao analisar os resultados dos gráficos 16 e 17 que questionam a respeito do entendimento sobre o que é e do que se trata o Neoliberalismo que mais de  $\frac{3}{4}$  dos pesquisados já ouviram falar e sabem do que se trata. Porém estes resultados se alteram quando se aborda o termo Políticas de Austeridade onde cerca de 40,4% afirmam nunca terem ouvido o termo e 44,75% afirmam não saberem do que se tratam as políticas de austeridade. Um dos pontos a serem observados pelo pesquisador e que contribuem para este resultado está no fato do termo *Políticas de Austeridade* estar diretamente vinculado à literatura acadêmica e não ser muito difundido e utilizado no senso comum o que de certa contribui para este resultado. Esta análise é corroborada por resultados obtidos em outras questões que abordam a percepção a respeito dos impactos do *sucateamento* e dos *cortes de gastos* na educação: termos estes que são de uso mais comum e são utilizados pelos pesquisados.

Gráfico 20 – Você já ouviu o termo: Políticas de Austeridade?



Fonte: elaborado pelo autor.

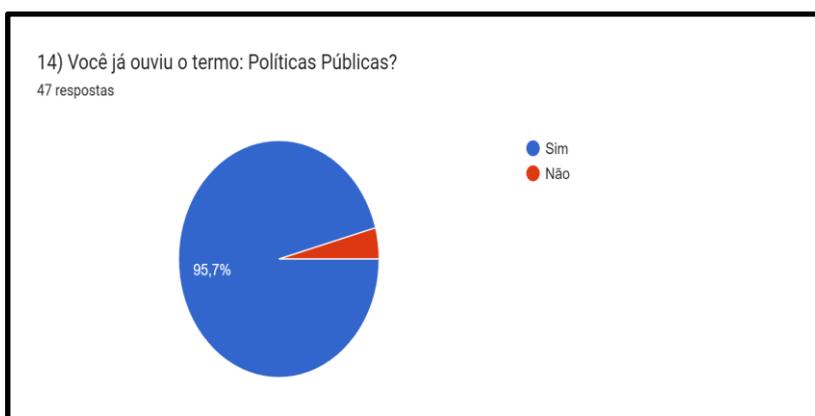
Gráfico 21 – Sabes do que se trata: Políticas de Austeridade?



Fonte: elaborado pelo autor.

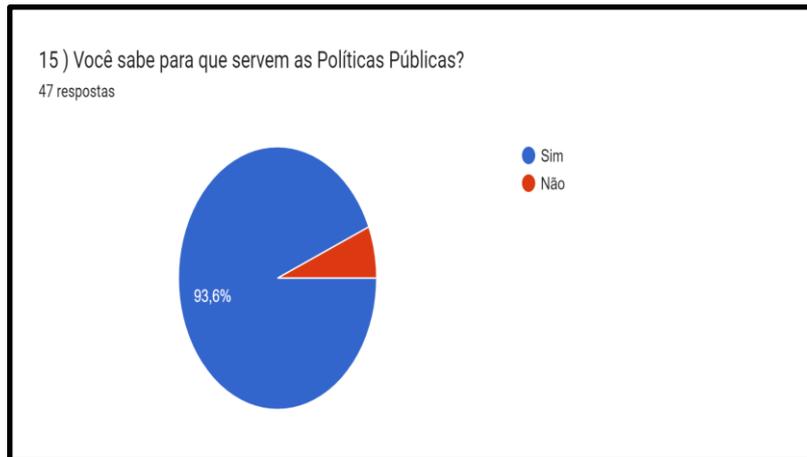
Quanto ao grau de conhecimento do termo Políticas Públicas constata-se que o grupo de participantes do estudo de caso possui um amplo conhecimento a respeito do mesmo. Quando perguntados se já ouviram o termo Políticas Públicas 95,7% dos participantes relataram já terem ouvido o termo e quando questionados a respeito do que servem as políticas públicas 93,6% relataram saberem para o que elas servem. Quando questionados a respeito do conhecimento da existência de políticas públicas na área de educação, 74,5% relataram conhecerem alguma política pública dessa área. E quanto à implementação de políticas públicas na área de educação 61,7% disseram saber. Observa-se aqui que apesar de trabalharem no ensino público, um quarto desconhece as políticas públicas.

Gráfico 22 – Você já ouviu o termo: Políticas Públicas?



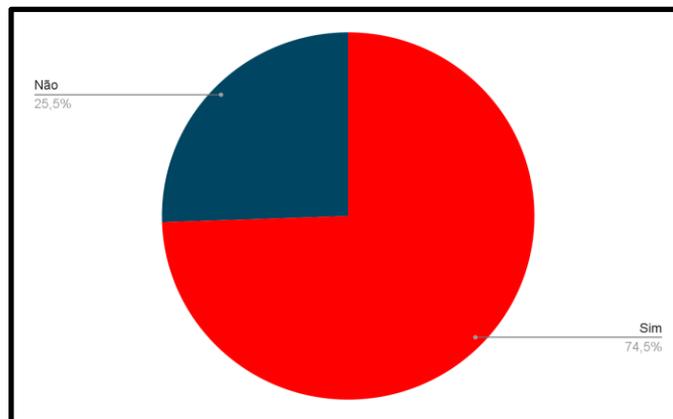
Fonte: elaborado pelo autor.

Gráfico 23 – Você sabe para que servem as Políticas Públicas?



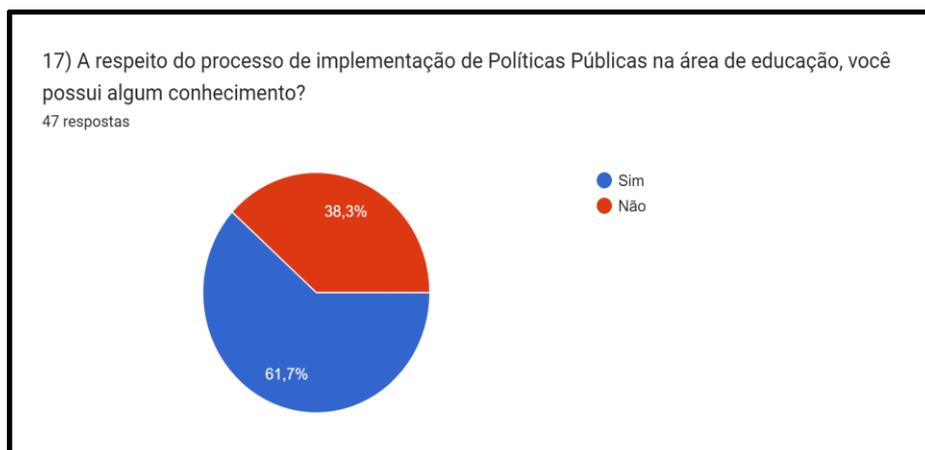
Fonte: elaborado pelo autor.

Gráfico 24 – Conhecimento a respeito de Políticas Públicas na área de educação.



Fonte: elaborado pelo autor.

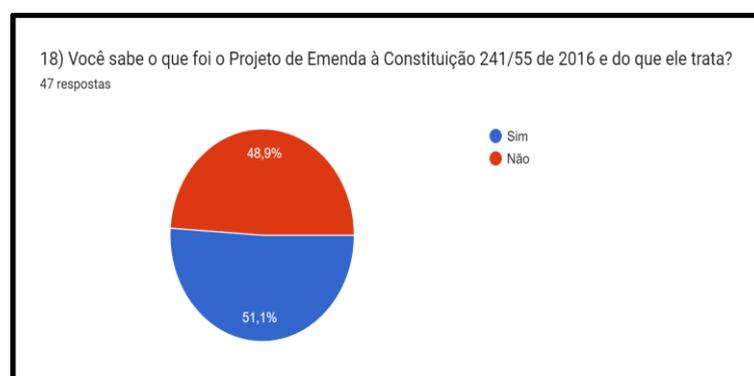
Gráfico 25 – Conhecimento a respeito do processo de implementação de Políticas Públicas na área de educação.



Fonte: elaborado pelo autor.

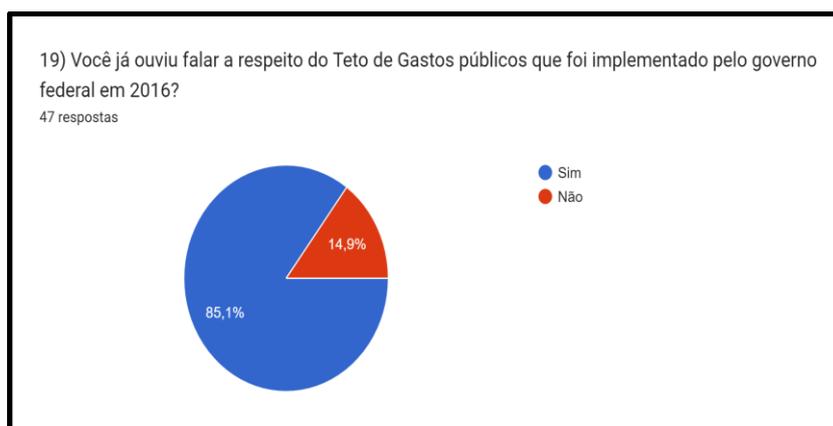
Quanto ao grau de conhecimento do Projeto de Emenda à Constituição 241 e ao Teto de Gastos Públicos implementado pelo governo federal em 2016 constatou-se que quanto à PEC 241 cerca de metade dos participantes 51,1% relataram saber o que foi enquanto 48,9% relataram não saber o que foi. Porém ao serem questionados se já ouviram falar do Teto de Gastos implementado em 2016, 85,1% dos participantes relataram conhecer o “Teto” e, ao serem questionados a respeito do congelamento de gastos públicos, inclusive para a educação, que a PEC 241 prevê, 80,9% relataram terem conhecimento. Nesse sentido, observa-se que o grupo de participantes do estudo de caso têm conhecimento e informação a respeito da PEC 241 e de seus impactos na educação na educação pública.

Gráfico 26 – Conhecimento a respeito do processo do Projeto de Emenda à Constituição 241.



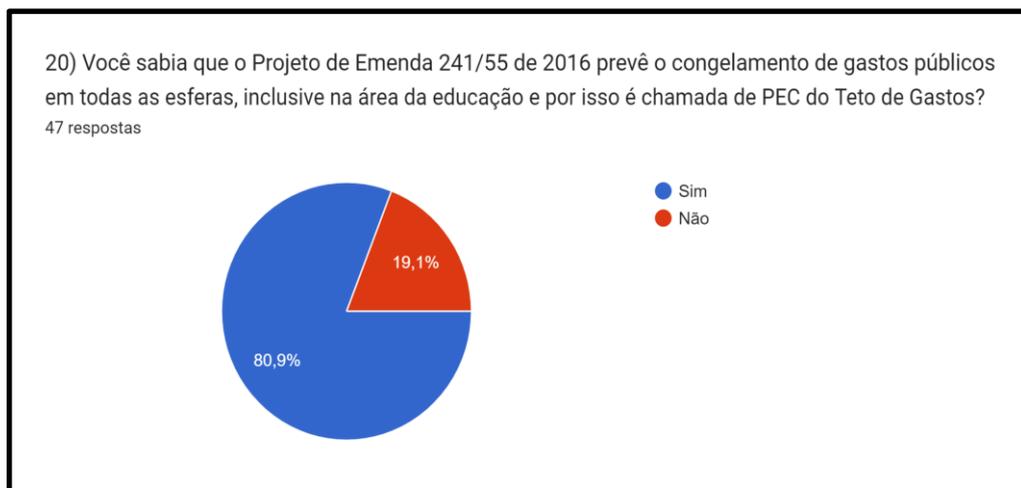
Fonte: elaborado pelo autor.

Gráfico 27 – Conhecimento a respeito do Teto de Gastos públicos implementado pelo governo federal em 2016.



Fonte: elaborado pelo autor.

Gráfico 28 – Conhecimento a respeito da previsão de congelamento de gastos públicos em todas as esferas, inclusive na área da educação, por parte da PEC 241.

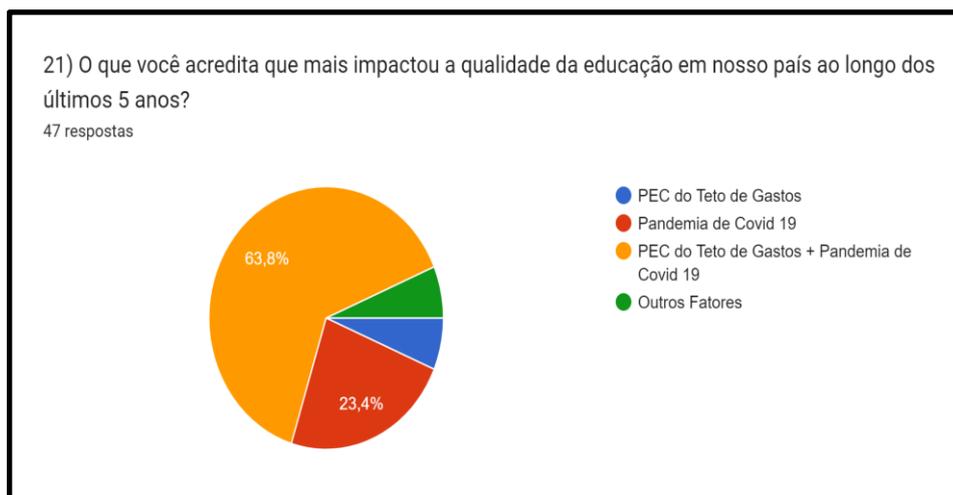


Fonte: elaborado pelo autor.

Quanto ao grau de percepção referente aos impactos que ocorreram na educação pública nos últimos cinco anos, os participantes do estudo de caso foram questionados sobre o que eles perceberam que mais impactou a educação. Dentro dos fatores que impactaram a qualidade da educação nos últimos cinco anos devem ser levados em consideração os seguintes fatores:

- a) PEC do Teto de Gastos;
- b) Pandemia de Covid-19;
- c) PEC do Teto de Gastos mais Pandemia de Covid-19;
- d) Outros fatores.

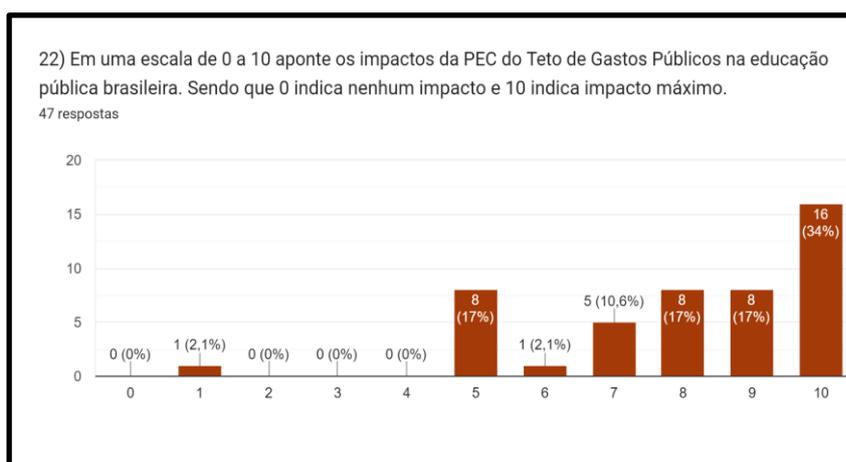
Gráfico 29 – O que você acredita que mais impactou a qualidade da educação em nosso país ao longo dos últimos 5 anos?



Fonte: elaborado pelo autor.

Observa-se que para os participantes do estudo de caso a combinação PEC do Teto de Gastos associada a Pandemia de Covid-19 foi o principal fator que impacta a qualidade da educação no Brasil nos últimos cinco anos com 63,8%, em seguida da Pandemia de Covid-19 de forma individual com 23,4%. A PEC do Teto de Gastos de forma individual foi considerada por apenas 6,4%. Esses números apresentam a percepção de que a Pandemia de Covid-19 teve um impacto maior do que PEC do Teto de Gastos. Assim, para uma melhor compreensão destes dados perguntou-se aos participantes do estudo de caso o quanto eles consideravam que a PEC do Teto de Gastos Públicos impactou na educação pública brasileira, em uma escala de 0 a 10. O resultado foi de dezesseis participantes apontando para 10, o que indica que 34% dos participantes consideram que a PEC do Teto de Gasto teve impacto máximo na educação pública brasileira.

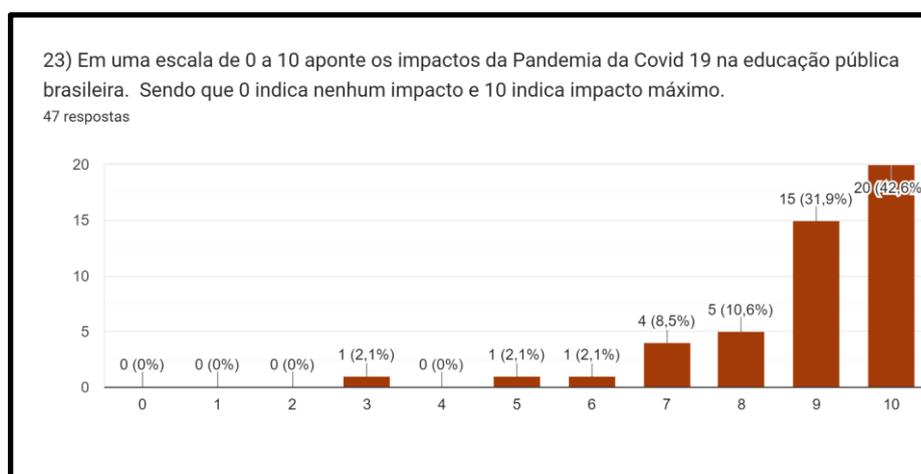
Gráfico 30 – Percepção dos Impactos da PEC do Teto de Gastos Públicos na educação pública brasileira.



Fonte: elaborado pelo autor.

Quanto à Pandemia de Covid-19, fez-se o mesmo questionamento para os participantes do estudo de caso e o resultado apresentado foi de vinte participantes indicando o número 10 o que indica que 42,6% dos participantes consideram que a Pandemia de Covid-19 teve impacto máximo na educação pública brasileira.

Gráfico 31 – Percepção dos Impactos da Pandemia da Covid-19 na educação pública brasileira.



Fonte: elaborado pelo autor.

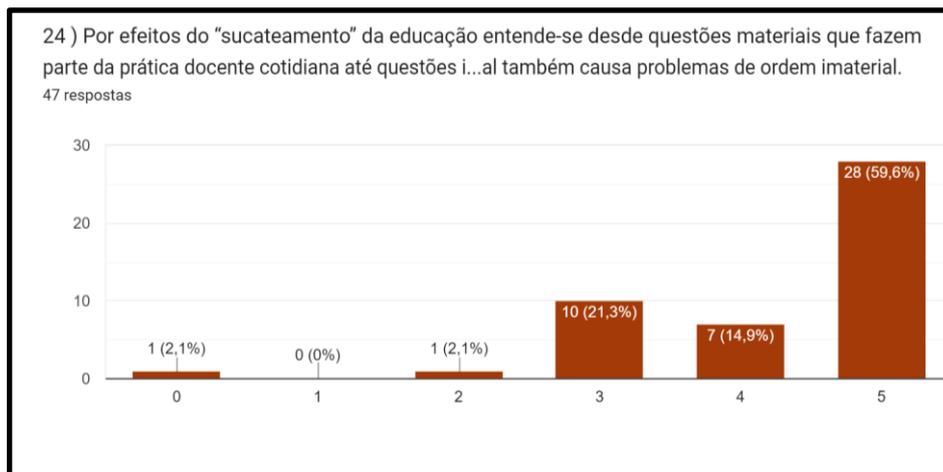
Esta compreensão e percepção dos participantes do estudo de caso acerca dos impactos da PEC do Teto de Gastos Públicos e da Pandemia de Covid-19 faz-se necessária para analisar os efeitos do chamado “sucateamento” da educação. Por

efeitos do “sucateamento” da educação entende-se desde questões materiais que fazem parte da prática docente cotidiana até questões imateriais que envolvem condição psicológica docente. Os resultados obtidos através do estudo de caso demonstram que a maioria dos participantes consideram que o “sucateamento” causa problemas tanto de ordem material quanto de ordem imaterial, bem como problemas à saúde física, mental e psicológica. Quanto aos impactos de ordem material e imaterial constata-se que 59,6% concorda plenamente com a seguinte afirmação proposta: *O “sucateamento” da educação além de causar problemas de ordem material também causa problemas de ordem imaterial.* Quanto aos impactos à saúde física 40,4% concorda plenamente com a afirmação: *O “sucateamento” da educação prejudica ou já prejudicou a minha saúde física.* Quanto aos impactos à saúde mental e psicológica 48,9% concorda plenamente com a afirmação: *O “sucateamento” da educação prejudica já prejudicou a minha saúde mental e psicológica.* Este acaba sendo um ponto importante em termos de compreensão e percepção por parte da burocracia do nível de rua acerca dos impactos ocasionados pelas políticas públicas, em especial a PEC do Teto de Gastos no desenvolvimento da sua atividade profissional, bem como em problemas materiais, imateriais e de saúde ocasionado em virtude dessa política. Os gráficos abaixo apresentam os resultados a respeito da compreensão e percepção acerca dos impactos do “sucateamento” da educação pública.

Levando em consideração a questão acima, indique o grau de concordância com estas frases, sendo:

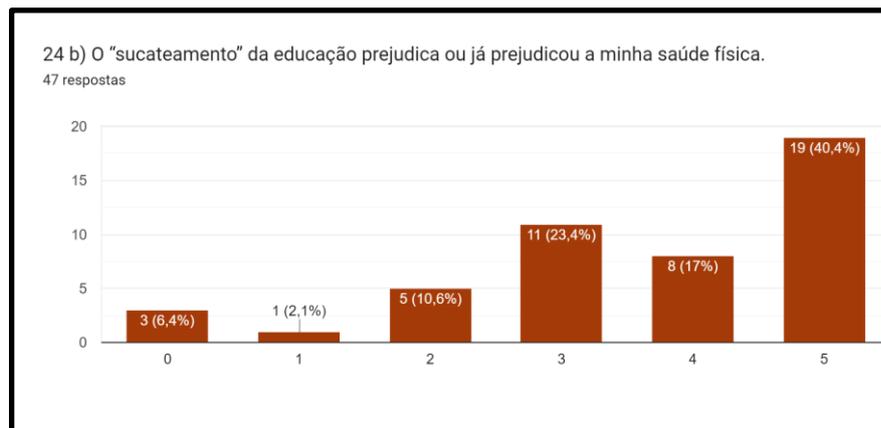
- 0 – NÃO CONCORDO NEM UM POUCO
- 1 – NÃO CONCORDO
- 2 – NÃO CONCORDO NEM DISCORDO
- 3 – CONCORDO UM POUCO
- 4 – CONCORDO
- 5 – CONCORDO PLENAMENTE

Gráfico 32 – Percepção dos efeitos do “sucateamento” da educação quanto a problemas de ordem material e imaterial.



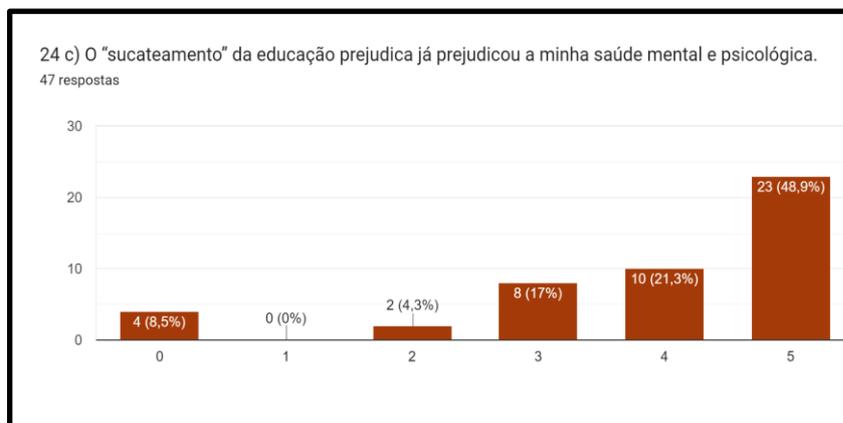
Fonte: elaborado pelo autor.

Gráfico 33 – Percepção dos efeitos do “sucateamento” da educação quanto a prejuízos à saúde física.



Fonte: elaborado pelo autor.

Gráfico 33 – Percepção dos efeitos do “sucateamento” da educação quanto a prejuízos à saúde mental e psicológica.



Fonte: elaborado pelo autor.

Por último, o estudo de caso buscou analisar o quanto o grupo de participantes compreende a importância das políticas públicas para o desenvolvimento da educação pública. Nesse sentido buscou-se analisar a percepção acerca da importância dos investimentos financeiros, de recursos humanos, materiais e de infraestrutura. Os resultados obtidos pelo estudo de caso apontam que 48,9% concorda plenamente com a seguinte afirmação: *Para melhorar a qualidade da educação pública em nosso estado e em nosso país são necessários grandes investimentos financeiros de forma que a maior parcela do orçamento público deveria estar destinado à educação.* 76,6% concorda plenamente com a afirmação: *Para melhorar a qualidade da educação pública em nosso estado e em nosso país é necessário o investimento em recursos humanos.* 68,1% concorda plenamente com a afirmação: *Para melhorar a qualidade da educação da educação pública em nosso estado e em nosso país é necessário o investimento em recursos materiais e de infraestrutura.* O que se observa que nas três afirmações apresentadas aos participantes do estudo de caso a opção mais escolhida foi a que informa: *Concordo plenamente.* O que acaba indicando uma tendência de compreensão a respeito da educação pública de que esta depende de recursos financeiros, bem como de recursos humanos e de recursos materiais e infraestrutura adequada para o seu pleno desenvolvimento.

Indique o grau de concordância com as afirmações abaixo, sendo:

0 – NÃO CONCORDO NEM UM POUCO

1 – NÃO CONCORDO

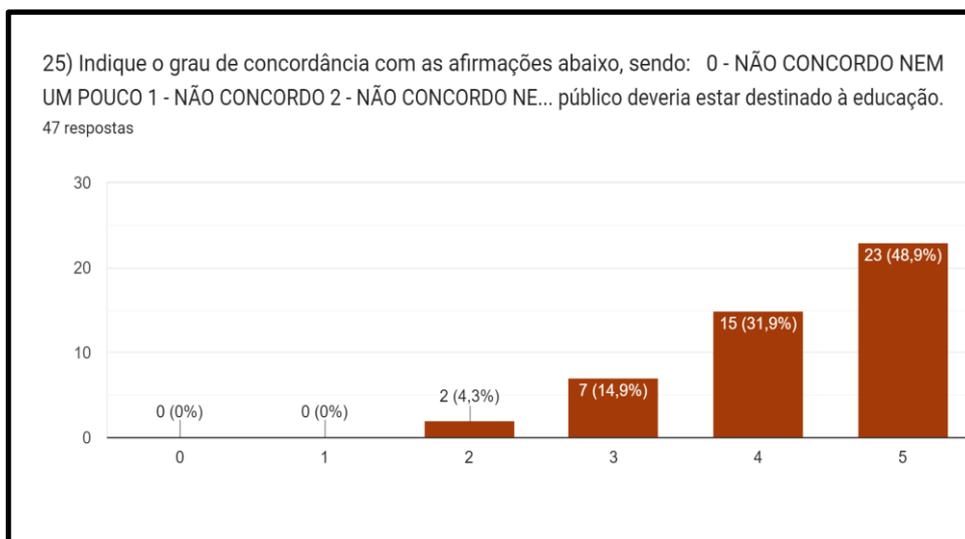
2 – NÃO CONCORDO NEM DISCORDO

3 – CONCORDO UM POUCO

4 – CONCORDO

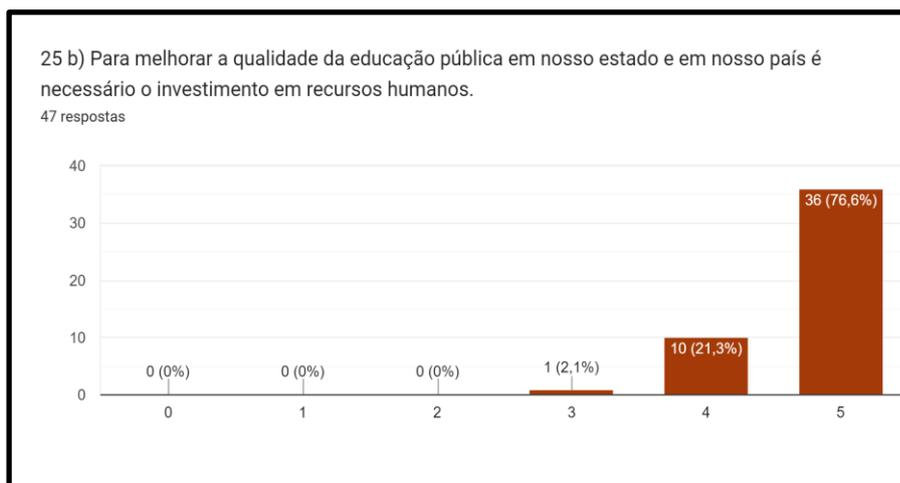
5 – CONCORDO PLENAMENTE

Gráfico 34 - Para melhorar a qualidade da educação pública em nosso estado e em nosso país são necessários grandes investimentos financeiros de forma que a maior parcela do orçamento público deveria estar destinada à educação.



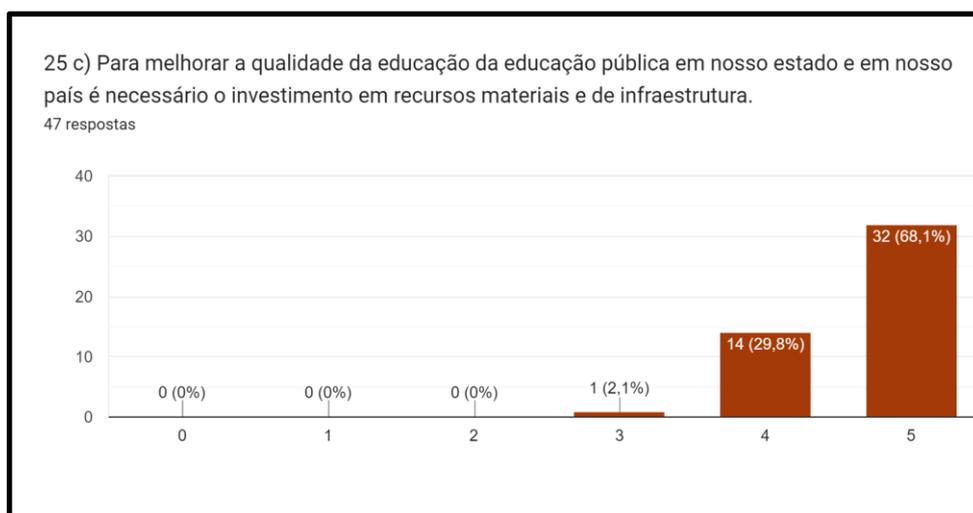
Fonte: elaborado pelo autor.

Gráfico 35 - Para melhorar a qualidade da educação pública em nosso estado e em nosso país é necessário o investimento em recursos humanos.



Fonte: elaborado pelo autor.

Gráfico 36 - Para melhorar a qualidade da educação pública em nosso estado e em nosso país é necessário o investimento em recursos materiais e de infraestrutura.

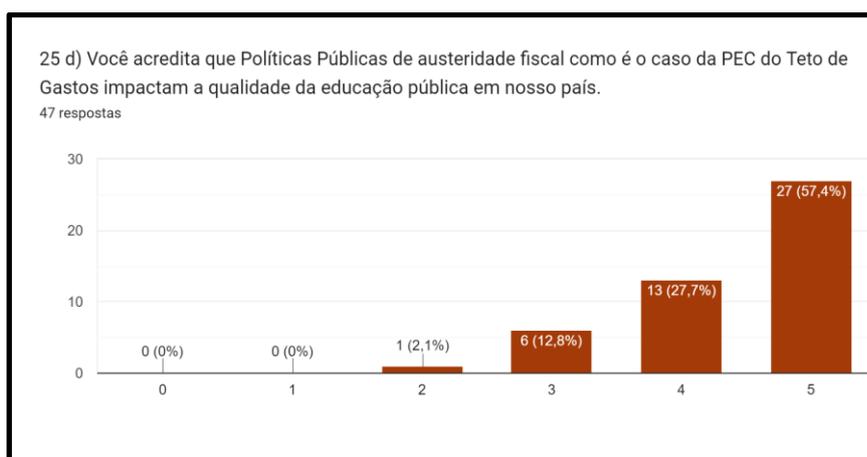


Fonte: elaborado pelo autor.

Quanto aos impactos das políticas públicas de austeridade fiscal como é o caso da PEC do Teto de Gastos bem como aos impactos em geral, positivos e negativos, de políticas públicas os participantes do estudo de caso responderam que concordam plenamente em 57,4% com a seguinte afirmação: *Você acredita que Políticas Públicas de austeridade fiscal como é o caso da PEC do Teto de Gastos impactam a qualidade da educação pública em nosso país;* e 63,8% concordando plenamente com

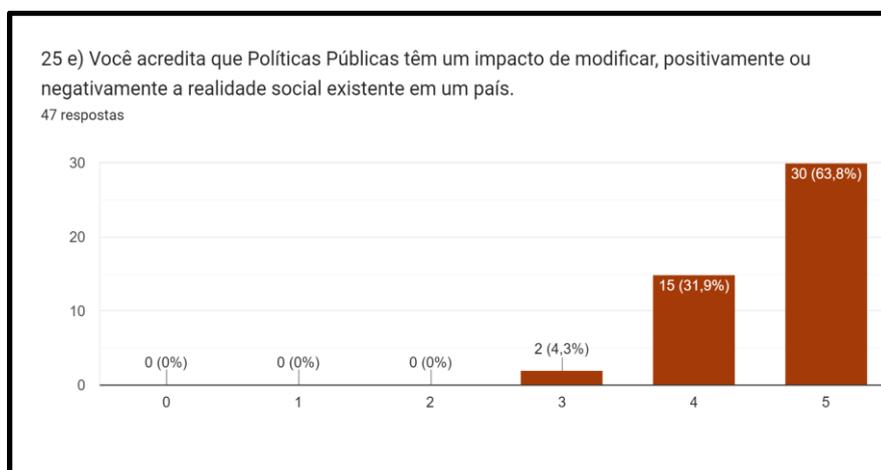
a afirmação: *Você acredita que Políticas Públicas têm um impacto de modificar, positivamente ou negativamente a realidade social existente em um país.* Esses dois resultados acabam por apresentar uma compreensão de que as políticas públicas têm a capacidade de modificar a realidade social, inclusive no âmbito da educação, bem como há a compreensão de que as políticas de austeridade impactam a qualidade, de forma negativa, da educação no Brasil.

Gráfico 37 – Você acredita que Políticas Públicas de austeridade como é o caso da PEC do Teto de Gastos impactam a qualidade da educação pública em nosso país.



Fonte: elaborado pelo autor.

Gráfico 38 – Você acredita que Políticas Públicas têm impacto de modificar, positivamente ou negativamente, a realidade social existente em um país.



Fonte: elaborado pelo autor.

Neste sentido, cabe uma reflexão apresentada por Lotta & Pires (2019) acerca do trabalho realizado pela burocracia do nível de rua e como esta está sujeita às regras rígidas e formais do serviço público e ao mesmo tempo tem a possibilidade de pensar sobre a sua ação perante a sociedade.

O trabalho nas linhas de frente do serviço público é, ironicamente, saturado de regras, mas não a elas restrito. [...] [F]azem julgamentos sobre 'quem são os merecedores'. A partir daí, recorrem às normas e regras da política pública ou do serviço para embasar a concessão ou racionalizar e justificar seus julgamentos [...] (LOTTA; PIRES, 2019a, p. 138).

Dessa forma verifica-se uma capacidade de reflexão acerca do trabalho que permeia o serviço público na área da educação e os impactos que sofre em função de decisões superiores.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quanto às considerações finais deste trabalho devem-se levar em conta os seguintes pontos a respeito do presente trabalho de pesquisa. Os resultados referem-se um Estudo de Caso que procura apresentar as percepções dos docentes frente aos inúmeros desafios que permeiam a educação pública, em especial após um período de tempo que envolve a afirmação de políticas públicas de austeridade, através da PEC 241/ EC 95 somadas a Pandemia de Covid-19. É importante salientar que os resultados se referem especificamente ao grupo pesquisado, porém podem ser replicados dentro do universo de escolas que compõem a rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul, uma vez que o presente estudo de caso procurou focar na percepção docente frente aos impactos das políticas públicas e também o seu conhecimento e compreensão a respeito das mesmas. Por esse motivo esse capítulo de fechamento da presente dissertação de mestrado em ciências sociais deve ser entendido como um capítulo de considerações finais e não como um capítulo de conclusão, uma vez que deixa pontos para reflexões futuras.

Assim sendo, é importante observar que os pesquisados, que constituem a chamada burocracia do nível de rua, demonstraram possuir terem conhecimento da temática das políticas públicas respondendo de forma afirmativa terem conhecimento dos termos: políticas públicas, políticas de austeridade e neoliberalismo. Eles se constituem em um grupo da burocracia pública que possui entendimento a respeito dos impactos das políticas públicas dentro do espaço da escola, isto é, compreendem como que o espaço da escola é afetado e impactado pelas políticas públicas, ao mesmo tempo que avaliam de maneira positiva o espaço da estrutural da escola, de forma a considerarem que a escola em questão que compõem o presente estudo de caso não é diretamente afetada pelas políticas públicas. Essa situação acaba por apresentar à pesquisa uma contradição por parte da burocracia do nível de rua. Contradição esta que permitiu uma nova formatação quanto a análise dos resultados da pesquisa, bem como também uma análise mais aprofundada acerca do conceito de burocracia do nível de rua, bem com o seu papel dentro da estrutura do Estado.

Esse conhecimento dos termos conceituais que permeiam de forma conceitual o presente trabalho são fundamentais para a análise dos resultados obtidos ao longo do estudo de caso.

Também deve-se considerar que o conjunto de políticas públicas é algo muito mais amplo e que por isso o que foi buscado ao longo do trabalho de pesquisa foi a contextualização histórica e a apresentação dos impactos sociais que as mesmas possuem, através do exemplo da PEC 241 / 95. Também buscou-se relacionar os impactos das políticas públicas com os exemplos conceituais de neoliberalismo e de burocracia do nível de rua. Nesse sentido, observou-se ao longo da pesquisa uma compreensão acerca desses temas o que deve levar em consideração a percepção docente quanto ao desenvolvimento de políticas públicas e seu impacto na educação, possibilitando assim uma análise mais aprofundada em estudos futuros sobre a temática da relação entre as políticas públicas e a educação.

Sobre o estudo de caso realizado faz-se destacar alguns pontos importantes a respeito do mesmo e que constituem estas considerações finais. Em primeiro lugar observa-se que foram realizadas quatro baterias de perguntas. Destas, a primeira dizia respeito às identificações dos integrantes da presente pesquisa e tinha como objetivo verificar as principais características do grupo pesquisado. A segunda, a terceira e a quarta bateria de perguntas compuseram três blocos de perguntas que buscaram analisar a respeito da compreensão dos pesquisados sobre políticas públicas e os impactos das mesmas. Nesse sentido, cabe observar que estas baterias revelaram algumas tendências. A primeira tendência a ser observada foi de que a escola foi muito bem avaliada na grande maioria, de forma que os pesquisados não perceberam os impactos da austeridade no dia a dia da escola, tendência esta observada na segunda bateria de perguntas. Entretanto na terceira e quarta bateria de perguntas os pesquisados demonstraram ter entendimento do que são as políticas públicas, em especial no que se refere ao conceito de neoliberalismo, e um pouco menos quanto ao conceito de austeridade. Em face disso constata-se que o este grupo que compõem o presente estudo de caso possui conhecimento a respeito do que está acontecendo, mas que por algumas razões não perceberam isto dentro do espaço da escola.

Nesse sentido, buscando trazer algumas hipóteses para esta situação de dispersão / disparidade apresentada faz-se levantar algumas hipóteses. A primeira hipótese delas diz respeito ao fato de a pesquisa ter sido realizada na mesma escola onde o pesquisador trabalha, de forma que os pesquisados podem ter levado em consideração a relação dos mesmos com o pesquisador respondendo às questões de forma mais “politicamente correta” de forma a “evitar conflitos internos”. Nesse sentido

faz-se novamente ressaltar que a presente pesquisa levou em conta desde o seu início todos os aspectos referentes a parte ética, permitindo assim que, mesmo com essa ocorrendo no ambiente de trabalho do pesquisador, a mesma viesse a obter resultados que atendessem a todos os critérios técnico-científicos estabelecidos para o desenvolvimento da presente pesquisa. A segunda hipótese a ser levantada diz respeito ao financiamento das escolas públicas estaduais do estado do Rio Grande do Sul. Esta hipótese levanta a ideia de que o orçamento estadual para a área de educação não tenha sido afetado de forma significativa após a aprovação da PEC 241 / EC 95.

Nesse sentido o que se observa como principal tendência a respeito dos resultados apresentados ao longo da presente pesquisa diz ao fato de que na primeira bateria de perguntas onde os pesquisados foram questionados a respeito dos espaços e ambientes da escola o que se constatou foi uma avaliação extremamente positiva, isto indica que os pesquisados percebem o espaço da escola como um espaço que sofreu pouco com as políticas públicas de austeridade e neoliberais. A segunda tendência que pode ser observada como resultado da pesquisa diz respeito a uma compreensão por parte do grupo pesquisado do são as políticas públicas, tanto de forma geral, como as políticas referentes à área de educação, bem como os conceitos de austeridade, em menor escala, e de neoliberalismo em maior escala. Também se verificou que o grupo pesquisado apresenta entendimento a respeito das questões relacionadas ao sucateamento da educação e os seus impactos, tanto dentro do ambiente escolar como também no exercício e prática docente quanto em suas esferas de vida privada.

Assim, constata-se através desta pesquisa a necessidade de uma maior observação da relação que os docentes das escolas públicas têm com o seu espaço de trabalho e a compreensão dos mesmos no que tange às políticas públicas e os seus impactos.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Nelson Cardoso. PEC 241/55: a “morte” do PNE (2014-2024) e o poder de diminuição dos recursos educacionais. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, [S. l.], v. 32, n. 3, p. 653–673, 2016. DOI: 10.21573/vol32n32016.70262. Disponível em: <<https://www.seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/70262>>. Acesso em: 22 abr. 2023.

ARROYO, Miguel. Políticas educacionais, igualdade e diferença. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, [S.l.], v. 27, n. 1, p. 83-94, 2011. Disponível em <<http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/19969/11600>> Acesso em: 27 de julho de 2023

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático*. 7ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

BECKER, Howard S. *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Editora Hucitec:1993.

BOTO, Carlota. A educação como direito humano de três gerações: identidades e universalismos. *Educação & Sociedade*, v. 26, n. 92, p. 777-798, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v26n92/v26n92a04.pdf>> Acesso em: 27 de julho de 2023

BROWN, Wendy. E agora, que o neoliberalismo está em ruínas? Disponível em: <<https://outraspalavras.net/mercadovsdemocracia/e-agora-que-o-neoliberalismo-esta-emruinas/>>. Acesso em abr. 2023.

BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. Brasil no Tempo Presente: Regressão, desmonte de direitos, democracia em risco. *Revista Transformare*, Fortaleza – CE, v.1, n. 1, out/nov 2017.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A qualidade da educação brasileira como direito. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1053-1066, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v35n129/0101-7330-es-35-129-01053.pdf>> Acesso em: 27 de julho de 2023.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação básica como direito. *Cadernos de Pesquisa*, v. 38, n. 134, p. 293-303, 2008. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v38n134/a0238134.pdf>> Acesso em 27 de julho de 2023.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/infografico/2022/populacaoNegra2022/index.html?page=6>> Acesso em 22 de agosto de 2023.

FONTANA, Maria Iolanda; ROSA, Maria Arlete; KAUCHAKJE, Samira. A educação sob o impacto da pandemia Covid-19: uma discussão da literatura. *Revista Práxis*, v. 12, n. 1 (Sup.), dezembro, 2020.

GENTILI, Pablo. O direito à educação e as dinâmicas de exclusão na América Latina. *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 30, n. 109, p. 1059-1079, set./dez. 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/7CLbgiQSMbW6hX7T9wbQ4mn/abstract/?lang=pt>> Acesso em 27 de julho de 2023

GOES, José Henrique de. Direito fundamental à educação: núcleo essencial e retrocesso em relação à PEC 241/2016 e à MP 746/2016. *Cadernos de Direito*, Piracicaba, v. 17, n. 32, p. 77-100, jan.-jun. 2017.

GOMES, Pedro Santana. *PEC 241: uma análise dos potenciais impactos do novo regime fiscal sobre o direito à educação*. 2016. 84f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016. [https://bdm.unb.br/bitstream/10483/16731/1/2016\\_PedroSantanaGomes\\_tcc.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/16731/1/2016_PedroSantanaGomes_tcc.pdf) Acesso em 5 de abril 2023.

GOERGEN, Pedro. A educação como direito de cidadania e responsabilidade do Estado. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 34, n. 124, p. 723-742, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v34n124/05.pdf>> Acesso em: 27 de julho de 2023.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. 10ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

LIPSKY, Michel. *Burocracia do nível de rua: dilemas do indivíduo nos serviços públicos*. Brasília: ENAP, 2019.

LOTTA, Gabriela. O papel das burocracias do nível da rua na implementação de políticas públicas: entre o controle e a discricionariedade. In: FARIA, C. A (Org). *Implementação de políticas públicas: teoria e prática*. Belo Horizonte: 2012. Editora PUCMINAS, 2012.

LOTTA, Gabriela; PIRES, Roberto Rocha C. Burocracia de nível de rua e (Re)Produção de desigualdades sociais: comparando perspectivas de análise. In: PIRES, Roberto Rocha C. (org.) *Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas*. Rio de Janeiro: Ipea, 2019.

LOTTA, Gabriela; PIRES, Roberto Rocha C. Contribuições dos estudos sobre burocracia de nível de rua. In: CAVALCANTI, Sérgio; LOTTA, Gabriela; PIRES, Roberto Rocha C. (Org.). *Burocracia e políticas públicas no Brasil – interseções analíticas*. Brasília: Ipea/Enap, 2019a.

MCCONNELL, Allan; HART, Paul T. Inaction and public policy: understanding why policymakers 'do nothing'. *Policy Sciences*, v. 52, p. 645-661, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s11077-019-09362-2>> Acesso em: 31 de agosto de 2023.

PINHO, Carlos Eduardo Santos. Como o Estado fortalece ou destrói políticas públicas? Comparando os governos Joe Biden e Jair Bolsonaro. *Revista Brasileira de Economia Social e do Trabalho*. Campinas - SP. 2022.

PINHO, Carlos Eduardo Santos; TEIXEIRA, Sonia Maria Fleury. Liquefação da rede de proteção social no Brasil autoritário. *R. Katálysis*, Florianópolis - SC, v. 21, n. 1, p. 14-42, jan./abr. 2018

PEC 241 desmonta o Estado Social brasileiro, afirma economista e ex-ministro de FHC. Portal IHU UNISINOS, 2016. Página inicial. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/noticias/560992-bresser-pereira-pec-241-desmonta-o-estado-social-brasileiro>> Acesso em: 1º de maio de 2023.

ROSSI, Pedro; DWECK, Esther; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de. Avanços e retrocessos na Educação Básica: da Constituição de 1988 à Emenda Constitucional 95. In: CARA, Daniel; PELLANDA, Andressa (Orgs.). *Economia para poucos: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil*. São Paulo: Editora Autonomia Literária, 2018.

ROSSI, Pedro; DWECK, Esther; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de. Educação superior no Brasil: a inclusão interrompida. In: OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de (Org.). *Economia para poucos: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil*. São Paulo: Editora Autonomia Literária, 2020.

ROSSI, Pedro; DWECK, Esther; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de. Educação na pandemia: oferta e financiamento remoto. In: CARA, Daniel; PELLANDA, Andressa (Orgs.). *Economia pós pandemia: desmontando os mitos da austeridade fiscal e construindo um novo paradigma econômico*. São Paulo: Editora Autonomia Literária, 2020a.

ROSSI, Pedro; DWECK, Esther; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de. Austeridade e desigualdade social no Brasil. *Economia para poucos: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil*. São Paulo: Editora Autonomia Literária, 2020b.

ROSSI, Pedro; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de; ARANTES, Flávio; WECK, Esther. Austeridade Fiscal e o Financiamento da educação no Brasil. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 40, 2019, p. 1-20.

SPRINGER, Simon. The discourse of neoliberalism. an anatomy of a powerful idea. London/New York: Rowman Littlefield International, 2016.

**APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) –  
TERMO DE ASSENTIMENTO (TA)**

**Título do estudo:** Políticas de Austeridade na Educação Básica: um estudo das percepções de professores de uma escola estadual no Rio Grande do Sul

**Pesquisador responsável:** Mateus Henrique Jung Nascimento

**Instituição:** Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS.

**Orientadora:** Dra. Monika Weronika Dowbor

**Telefone para contato:** (51)9.9297-1687

**Email para contato:** mateushjnascimento@gmail.com

**Local da coleta de dados:** Instituto Estadual Coronel Genuíno Sampaio através de formulários online.

Eu Mateus Henrique Jung Nascimento, aluno do curso de Mestrado em Ciências Sociais no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Unisinos responsável pela pesquisa Neoliberalismo e educação: impactos das políticas públicas de austeridade na educação pública, juntamente com a professora orientadora Dra. Monika Weronika Dowbor, convido você para participar como voluntário/a deste nosso estudo.

Esta pesquisa é voltada para os professores da rede pública estadual de educação que trabalham no Instituto Estadual Coronel Genuíno Sampaio e assim pretende verificar e analisar como você e os demais professores que trabalham nesta escola identificam e percebem a falta de investimentos que ocorrem na educação pública, de uma forma geral. Neste sentido, esta pesquisa é importante pois procura analisar como que um grupo de docentes de uma escola específica identifica o impacto da ausência de recursos públicos no dia a dia da prática docente. Para a realização da pesquisa será aplicado este questionário para que você possa respondê-lo.

É possível que aconteçam pequenos desconfortos ao longo da pesquisa em função do fato de você, enquanto voluntário/a desta pesquisa, já conhecer pessoalmente o pesquisador. Os benefícios que esperamos com esta pesquisa são compreender como os professores de uma instituição da rede pública estadual do Rio

Grande do Sul compreendem o processo de desmonte do Estado e como isso impacta diretamente na execução do serviço público, especificamente na educação.

Durante todo o período da pesquisa você terá a possibilidade de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento. Para isso, entre em contato com o pesquisador através do número de telefone ou por e-mail disponibilizado no cabeçalho de introdução deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido / Termo de Assentimento ou, também, pessoalmente. Você tem garantida a possibilidade de não aceitar participar ou de retirar sua permissão a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo pela sua decisão.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e poderão ser divulgadas, apenas, em eventos ou publicações, sem a identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação.

### **Autorização**

Eu, \_\_\_\_\_, após a leitura ou a escuta da leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, estou suficientemente informado, ficando claro para que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade. Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso minha concordância em participar deste estudo e assino este termo em duas vias, uma das quais foi-me entregue.

**Assinatura do(a) voluntário(a)**

**Assinatura do responsável pela obtenção do TCLE / TA**

**Sapiranga, de maio de 2023**

## TERMO DE AUTORIZAÇÃO

**Título do estudo:** Políticas de Austeridade na Educação Básica: um estudo das percepções de professores de uma escola estadual no Rio Grande do Sul

**Pesquisador responsável:** Mateus Henrique Jung Nascimento

**Instituição:** Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS.

**Orientadora:** Dra. Monika Weronika Dowbor

**Telefone para contato:** (51)9.9297-1687

**email para contato:** mateushjnascimento@gmail.com

**Local da coleta de dados:** Instituto Estadual Coronel Genuíno Sampaio através de formulários online.

### Autorização

Eu, \_\_\_\_\_,

Diretora do Instituto Estadual Coronel Genuíno Sampaio autorizo o professor Mateus Henrique Jung Nascimento, professor deste estabelecimento de ensino, a realizar a sua pesquisa de mestrado com o grupo de professores que trabalham neste estabelecimento de ensino.

**Assinatura do(a) voluntário(a)**

**Assinatura do responsável pela obtenção do Termo de Autorização**

Sapiranga, de abril de 2023

## APÊNDICE B – MODELO DE QUESTIONÁRIO

### 1ª PARTE – Apresentação

**1) Sexo:**

- a) Feminino
- b) Masculino
- c) Prefiro não declarar

**2) Idade:**

- a) 18 a 30 anos
- b) 31 a 40 anos
- c) 41 a 50 anos
- d) 51 a 60 anos
- e) + 60 anos

**3) Autodeclaração de Cor / Raça / Etnia:**

- a) Qual? (Dissertativa)
- b) Prefiro não declarar

**4) Cidade de nascimento (dissertativa)**

**5) Estado de nascimento (dissertativa)**

**6) Data de nascimento (dissertativa)**

### 2ª PARTE – Formação escolar e atuação no Magistério

**7) Grau de Escolaridade**

- a) Ensino Médio - Curso Magistério
- b) Ensino Superior Incompleto
- c) Ensino Superior Completo – Graduação
- d) Especialização – Pós Graduação
- e) Mestrado - Pós Graduação
- f) Doutorado - Pós Graduação

**8) Curso de formação inicial (dissertativa)**

**9) Tempo de atuação profissional no magistério como professor(a)**

- a) Até 5 anos
- b) 5 a 10 anos

- c) 10 a 15 anos
- d) 15 a 20 anos
- e) + 20 anos

**10) Atua em quais redes de ensino.**

- a) Apenas na rede Estadual
- b) Rede Estadual + Rede Municipal
- c) Rede Estadual + Rede Municipal + Rede Particular
- d) Rede Estadual + Rede Particular

**3ª PARTE – Percepção do(a) professor(a) sobre os impactos ocorridos na escola nos últimos 5 anos. (janeiro de 2019 a maio de 2023)**

**11) Considerando os últimos 5 anos, indique, em uma escala de 0 a 10, o que você considera que tenha melhorado, permanecido igual ou piorado na escola, sendo:**

**0 = Piorou Muito;**

**5 = Permaneceu Igual;**

**10 = Melhorou Muito**

- Infraestrutura Externa (pátio, quadras externas, iluminação e refeitório)
- Infraestrutura Interna (salas de aula);
- Infraestrutura de Laboratórios (ciências e informática);
- Infraestrutura de Apoio (biblioteca, auditório, multimídia e sala de artes);
- Infraestrutura de Desenvolvimento de Trabalho (sala dos professores e internet);
- Alimentação (lanche, almoço e janta)
- Limpeza.
- Atividades Extracurriculares
- Materiais de apoio pedagógico (mapas, quadros, lousas e afins)

**4ª PARTE – Compreensão e Interpretação de Políticas de educação**

**12 a) Você já ouviu o termo: Neoliberalismo?**

- a) Sim

b) Não

**12 b) Sabes do que se trata: Neoliberalismo?**

a) Sim

b) Não

**13 a) Você já ouviu o termo: Políticas de Austeridade?**

a) Sim

b) Não

**13 b) Sabes do que se trata: Políticas de Austeridade?**

a) Sim

b) Não

**14) Você já ouviu o termo: Políticas Públicas?**

a) Sim

b) Não

**15 - a) Você sabe para que servem as Políticas Públicas?**

a) Sim

b) Não

**15 - b) Caso você tenha respondido SIM na questão anterior, saberia citar o nome de 1 Política Pública e para que ela serve. (dissertativa)**

**16) Você conhece alguma Política Pública na área da educação? Caso você tenha respondido SIM na questão, cite o nome desta Política Pública e para que ela serve.**

a) Sim. Qual? Para que ela serve?

b) Não

**17) A respeito do processo de implementação de Políticas Públicas na área de educação, você possui algum conhecimento?**

a) Sim

b) Não

**18) Você sabe o que foi o Projeto de Emenda à Constituição 241/55 de 2016 e do que ele trata?**

a) Sim

b) Não

**19) Você já ouviu falar a respeito do Teto de Gastos públicos que foi implementado pelo governo federal em 2016?**

- a) Sim
- b) Não

**20) Você sabia que o Projeto de Emenda 241/55 de 2016 prevê o congelamento de gastos públicos em todas as esferas, inclusive na área da educação e por isso é chamada de PEC do Teto de Gastos?**

- a) Sim
- b) Não

**21) O que você acredita que mais impactou a qualidade da educação em nosso país ao longo dos últimos 5 anos?**

- a) PEC do Teto de Gastos
- b) Pandemia da Covid 19
- c) PEC do Teto de Gastos + Pandemia da Covid 19
- d) Outros fatores

**22) Em uma escala de 0 a 10 aponte os impactos da PEC do Teto de Gastos Públicos na educação pública brasileira. Sendo que 0 indica nenhum impacto e 10 indica impacto máximo.**

**23) Em uma escala de 0 a 10 aponte os impactos da Pandemia da Covid 19 na educação pública brasileira. Sendo que 0 indica nenhum impacto e 10 indica impacto máximo.**

**24) Por efeitos do “sucateamento” da educação entende-se desde questões materiais que fazem parte da prática docente cotidiana até questões imateriais que envolvem condição psicológica docente.**

**Levando em consideração a questão acima, indique o grau de concordância com estas frases, sendo:**

- 0 - NÃO CONCORDO NEM UM POUCO
- 1 - NÃO CONCORDO
- 2 - NÃO CONCORDO NEM DISCORDO
- 3 - CONCORDO UM POUCO
- 4 - CONCORDO
- 5 - CONCORDO PLENAMENTE

- A) O “sucateamento” da educação além de causar problemas de ordem material também causa problemas de ordem imaterial.
- B) O “sucateamento” da educação prejudica ou já prejudicou a minha saúde física.
- C) O “sucateamento” da educação prejudica já prejudicou a minha saúde mental e psicológica.

**25) Indique o grau de concordância com a afirmação abaixo, sendo:**

0 - NÃO CONCORDO NEM UM POUCO

1 - NÃO CONCORDO

2 - NÃO CONCORDO NEM DISCORDO

3 - CONCORDO UM POUCO

4 - CONCORDO

5 - CONCORDO PLENAMENTE

- A) Para melhorar a qualidade da educação pública em nosso estado e em nosso país são necessários grandes investimentos financeiros de forma que a maior parcela do orçamento público deveria estar destinado à educação.
- B) Para melhorar a qualidade da educação pública em nosso estado e em nosso país é necessário o investimento em recursos humanos.
- C) Para melhorar a qualidade da educação da educação pública em nosso estado e em nosso país é necessário o investimento em recursos materiais e de infraestrutura.
- D) Você acredita que Políticas Públicas de austeridade fiscal como é o caso da PEC do Teto de Gastos impactam a qualidade da educação pública em nosso país.
- E) Você acredita que Políticas Públicas têm um impacto de modificar, positivamente ou negativamente a realidade social existente em um país.

**ANEXO A – APOIO INSTITUCIONAL**



**Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais - Unisinos**



**UNISINOS**

**Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos**

## ANEXO B – FINANCIAMENTO PÚBLICO



**Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes**



**Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - Governo Federal**



**Ministério da Educação - Governo Federal**